

TOGA

literatura

Artigos
Crônicas
Músicas
Pinturas
Poesias

Revista Literária do Amapá
Agosto 2017 - #14

Amapá 60 Anos

Idealismo, dedicação e trabalho

Saudamos os 60 anos da Amapar!

Aqui estão nominadas as 33 diretorias e os 23 presidentes destes 60 anos. Em 1957, os associados fundadores contribuíam com 20 cruzeiros mensais em dinheiro, pagos diretamente ao tesoureiro e que servia, quase exclusivamente, para o aluguel de uma sala comercial e o pagamento de uma secretária. Atualmente, após enfrentar tantos desafios, a Amapar ocupa um prédio espelhado, moderno, seis pisos e aproximadamente 1300 associados.

A poesia delicada e firme de Helena Kolody é homenagem aos magistrados idealistas, íntegros e desprendidos que, num momento de sua carreira, interromperam a atividade judicante para dirigir os destinos da Amapar, muitas vezes em detrimento de sua saúde e da família. Nesta 14ª edição, dez ilustres presidentes brindam a Amapar com significativas palavras, resgatando nossas raízes e gerando bom augúrio aos próximos dirigentes.

José Meger, Frederico Mattos Guedes e Jamil Lourenço, protagonistas da história da magistratura, escrevem sobre acontecimentos, uns pitorescos, excêntricos, outros perigosos, retratando a vida do juiz, que é uma repetição de excesso de trabalho, constante emoção e nenhuma monotonia. Munir Karam relembra episódio remoto, tempos da faculdade, envolvendo o insigne ministro Nélson Hungria, do Supremo Tribunal Federal, magistrado de origem e patrono do fórum de Nova Fátima, numa proeza nada acadêmica. Paulo Hapner homenageia o saudoso Jair Braga e Haroldo Wolff relata o longo percurso para a conquista da Sala dos Desembargadores Aposentados. O presidente do Tribunal de Justiça, des. Renato Braga Bettega, na reprodução de seu belo discurso de posse traz estímulo e incentivo aos magistrados paranaenses.

A presente edição teve participação inestimável do jornalista Rômulo Cardoso. Além de disponibilizar banco de dados fotográficos, sugerir artigos, indicar autores, entrevistou o presidente Luiz César e os magistrados Roberto Massaro e Nivaldo da Rosa, unindo esforços para o êxito da publicação.

Aos funcionários da Amapar e Judicemed, pela constante colaboração, o meu agradecimento.

Neste agosto repleto de comemorações a de instalação dos Cursos Jurídicos no Brasil, do Dia do Advogado, da emancipação política do Paraná, uma vez mais nossos cumprimentos pelos 60 anos da nossa Associação.

Boa leitura.

Chloris Elaine Justen de Oliveira ✍
Editora



EXPEDIENTE

TOGA E LITERATURA

Caderno Cultural da Associação dos Magistrados do Paraná

Fundada em 18 de fevereiro de 2008 – Resolução N.º 67/2008

Presidente da Amapar: Frederico Mendes Junior • **Diretora do Departamento de Memória e Arquivo e Editora:** Chloris Elaine Justen de Oliveira • **Jornalista Responsável:** Marco Medeiros - Drt/PR 3364 • **Edição, projeto e produção gráfica:** M.Medeiros - Editora e Comunicação Ltda. • **Revisão:** Danda Coelho • **Tiragem:** 2.500 exemplares • **Colaboração:** Rômulo Cardoso, Darbi Wolf, Alessandra Scremin, Leydiane Loiola, Irineu Włodarczyk, Sabrina Dantas e Jeremy Wu • **Fotos:** Arquivo Pessoal.

Associação dos Magistrados do Paraná - Amapar

Rua Alberto Folloni, 541/543 - Juvevê - 80.540-000 - Curitiba - PR -
Telefones: (41) 3017-1600 e 3017-1601.

A Revista **Toga e Literatura** não pode ser reproduzida, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa autorização de seus editores.



Com imensa felicidade pela publicação desta edição comemorativa da *Toga e Literatura*, nos 60 anos da Amapar, me propus a fazer uma rápida reflexão que serve de homenagem a todos que, de variadas maneiras, fizeram parte dessa trajetória. Se um dia me perguntassem se a magistratura tem relação com qualquer das onze artes, eu lembraria, certamente, da Literatura. Mas antes, faria uma pequena correção: diria que a judicatura com ela não apenas se relaciona; mas dela, essencialmente, faz parte. A Literatura é, na mais simples das definições, a arte da palavra. Não é apenas a capacidade de bem escrever. Também não significa ter o domínio, ainda que vasto, de todas as variantes que o vocabulário pode permitir. Literatura vai além de tudo isso.

Embora a Literatura tenha na palavra a sua matéria prima, faz dela instrumento para propósitos maiores. Por essência, é a partir da palavra que retrata realidades, transmite ideias, materializa a imaginação, conduz sentimentos, endossa ou desmistifica convicções, registra a história e transforma, de múltiplas maneiras, a vida das pessoas. A Literatura, hoje, não se limita ao que Aristóteles resumiu ser a imitação da realidade a partir da palavra (*mímesis*, quando tratou da ideia de *Poética*).

É com esse espírito que celebro esta especial edição, dos 60 anos da Amapar (1957-2017), enaltecendo a importância e a enorme contribuição da *Toga e Literatura*, não apenas como um essencial espaço de produção cultural da magistratura, mas, fundamentalmente, como efetivo instrumento de seu próprio aprimoramento (incluindo a preservação da memória) e como demonstração de um associativismo produtivo e criador.

Desejo a todos uma boa leitura.

Frederico Mendes Junior

Presidente da Amapar

Gestão 2016/2017





6
**O RAPTO DE
NÉLSON HUNGRIA**



10
**UM CONVITE
À REFLEXÃO**



12
**SOBRE JAIR
RAMOS BRAGA**



**IRINEU WŁODARCZYK
FOTÓGRAFO**

Nasceu em 1957 em Guaíra (PR). Sempre gostou de fotografia. Trabalhou na imprensa curitibana com impressão e revelação de fotos. Frequentou cursos rápidos, exigidos para a função técnica que exercia. Ingressou no TJPR mediante concurso em 1978 sendo designado fotógrafo. Desde então, trabalhou em todas as gestões, aproximadamente 23 presidentes, durante os últimos 40 anos. Colaborou na Toga e Literatura já no primeiro número, em 2008. Nessa bem sucedida trajetória sempre desempenhou o seu trabalho com arte, dedicação e competência.



20
**SALA
DESEMBARGADOR
OSSIAN FRANÇA**



24
**EPOPEIA
DE UM JUIZ**



30
**JUIZ E
PREFEITO**



34
UMA VIAGEM
INESQUECÍVEL!



42
ANDANÇAS E
VIVÊNCIAS
DE UM JUIZ



54
"RESPEITAR A
JUSTIÇA"



62
OS DESAFIOS DA
FORMAÇÃO DE
MAGISTRADOS NA
CONTEMPORANEIDADE

Amapar **60***anos*...75



72
HOMENAGEM AOS
MAGISTRADOS
PARANAENSES

Gilberto Ferreira.....	96
Jorge Wagih Massad.....	100
Ruy Fernando de Oliveira.....	104
Luiz César de Oliveira.....	108
Luís Renato Pedroso.....	112
Fernando Swain Ganem.....	116
Guilherme Luiz Gomes.....	120
Gil Guerra.....	124
Roberto Portugal Bacellar.....	132
Frederico Mendes Junior.....	134

O rapto de Nélson Hungria

Por Munir Karam

É tempo de histórias e recordações ao celebrarmos mais um jubileu da nossa Amapar, com edição comemorativa da prestigiosa revista Toga e Literatura.

Permitimo-nos revirar o baú do tempo para narrarmos uma experiência inesquecível enquanto ainda alunos da Faculdade de Direito da UFPR.

O nome mais destacado do direito penal, na década de 1960 era, sem dúvida, o do ministro Nélson Hungria. Os seus Comentários ao Código Penal são primorosos, sobretudo porque aliava ao jurídico os seus profundos conhecimentos literários. A sua pena e o seu estilo são inconfundíveis e, até hoje, exercício obrigatório para quem tem no vernáculo o principal instrumento de sua profissão.

Causou assim sensação a notícia de que Nélson Hungria viria a Curitiba, a convite de uma empresa jornalística, participar de um debate sobre a pena de morte, a ser

realizado no auditório de uma faculdade de direito confrade.

Acadêmicos da gloriosa Faculdade de Direito da UFPR e diretores do CAHS – Centro Acadêmico Hugo Simas, logo nos veio a ideia de aproveitar a sua vinda para levá-lo a conhecer e expor suas ideias, até então desconhecidas, na Casa de Santos Andrade.

Lembro-me que fiquei algumas horas na cabine telefônica que havia nas proximidades da Av. Luiz Xavier para conseguir uma ligação ao Rio de Janeiro. Ela se completou por volta das 21 horas. Identifiquei-me como presidente do CAHS, o ministro atendeu-me com muita gentileza e aceitou o convite para uma conferência, na parte da manhã, único horário disponível, logo após a chegada do voo a Curitiba.

Anunciamos o evento com enorme entusiasmo. Emocionava-nos receber a visita de tão ilustre personalidade. Mal sabíamos, porém, que isso desagradara profundamente os patrocinadores da vinda do ministro.



Ministro Nélson Hungria.

Resolveram, a todo custo, impedir a sua participação. Achavam que tinham a preferência e que, outra apresentação, apenas após o debate programado.

Ao chegarmos no aeroporto, logo nos deparamos com dois carros oficiais, os diretores da Faculdade e da empresa jornalística, carros chapas brancas e oficiais da Polícia Militar em uniformes de gala. Sentimos que a barra estava pesada. Na desigualdade de forças, tínhamos que agir com rapidez.

Estávamos nos servindo de um carro do pai do desembargador Fernando Vidal de Oliveira, um possante Buick 58, com 250 hps, para conduzir o ministro.

Assim que o avião pousou e a escada foi encostada, avistando o ministro invadimos a pista, infringindo regras de segurança, nos identificamos e *gentilmente* o conduzimos ao carro do então colega Fernando, saindo por uma porta lateral, logo perseguidos por aquela luzidia comitiva.

O que se seguiu foi uma dramática corrida do aeroporto até o centro da cidade. O Fernando sentiu que precisava abrir alguma vantagem e pisou fundo. Mas os carros oficiais, sirenes ligadas, vinham atrás e não descolavam. O ministro nada estava entendendo. E nós fazíamos de conta que tudo estava na perfeita normalidade. Em meio ao trajeto, os nossos seguidores tentaram uma manobra arrojada para resgatar a ilustre personalidade raptada. Fecharam o Fernando, para obrigá-lo a parar fora da pista. Mas o Fernando conseguiu dar um golpe no volante e, acelerando ao máximo, desviar e ultrapassar o carro que vinha fechando. Houve colisão lateral, com a roda traseira do carro do Fernando. Com o impacto, perdeu ele a chamada *saia* da roda, peça rara para um carro importado. Ficou imaginando o tamanho da *bronca* que levaria de seu pai, o líder empresarial Calos Alberto

www.historico.aen.pr.gov.br



Munir Karam

Nasceu em Curitiba (PR), no ano de 1937. Bacharel em Direito pela UFPR, Turma 1962. Pós-graduado pela Universidade de La Sapienza, Itália. Ingressou na magistratura em 1970, judicando nas comarcas de Goioerê, Cascavel, Maringá, Curitiba. Promovido a juiz de alçada no TAPR em 1991. Nomeado desembargador em 2002. Participou da Amapar nos cargos de diretor Cultural e dos Aposentados. Professor da EMAP, UEM e Faculdade de Direito da UFPR. Membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas. Aposentou-se em 2007. Assumiu o cargo de Superintendente da Parana Previdência.

Nélson Hungria Hoffbauer

Patrono do Fórum de Nova Fátima PR. Nascido em Além-Paraíba MG em 1881. Ingressou na magistratura do antigo Distrito Federal em 1924 nas funções de juiz de direito e, em 1944, ascendeu ao cargo de desembargador no Tribunal de Justiça daquele Estado. Nomeado em 1951 ministro do Supremo Tribunal Federal pelo presidente Getúlio Vargas. Participou da elaboração do Código Penal, do Código de Processo Penal, da Lei de Contravenção Penal e da Lei de Economia Popular. Professor, livre-docente de Direito Penal na Faculdade Nacional de Direito, autor de inúmeras obras, notadamente em sua especialidade, dentre as quais a coleção Comentários ao Código Penal, adotada por muitos anos pelos professores das faculdades de direito brasileiras. Faleceu em 1969 no Rio de Janeiro.

Pereira de Oliveira, eleito e reeleito muitas vezes presidente da Associação Comercial do Paraná.

Mas, afinal, em um prazo recorde de doze minutos chegamos do Aeroporto Afonso Pena à Faculdade de Direito. O entusiasmo pela proeza foi indescritível. Os colegas e o diretor, o saudoso desembargador Ernani Guarita Cartaxo, estavam aflitos esperando nas escadarias. Ao desembarcar o ministro, viu-se um raro sorriso se iluminar no rosto austero do nosso diretor, orgulhoso com o desempenho de seus alunos.

A conferência, salão lotado, foi um grande sucesso. O tema estava na moda, pois muito se debatia – em todo o mundo – a pena de morte, pela execução iminente de Caryl Chessman, o chamado *bandido da luz vermelha*.

E foi uma surpresa agradável quando Nélson Hungria se manifestou abertamente contra a pena de morte, chamando-a de resquício de barbárie. Dizia que a vida humana passou a não valer mais que a de uma formiga ou de uma abelha. Sustentava que ela não era nem necessária nem exemplar nem intimidativa. Era necessário matar-se o criminoso no homem e não matar o próprio homem. A sua exposição foi entremeada de citações latinas, bem ao gosto do nosso diretor. Citava os doutores da Igreja, para quem matar o homem era coisa nefasta: “*occidere hominem sit semper nefas, quem Deus sanctum animal esse voluit*”.

Ficamos aliviados em ouvir aquela pregação pela valorização da vida humana e pela crescente solidariedade entre os homens.

Devolvemos Nélson Hungria, são e salvo, aos patrocinadores do evento, com o nosso pedido de desculpas, prontamente atendido e, para nosso gáudio, com um convite para participarmos do debate programado, ao qual comparecemos com grande satisfação.

Um convite à reflexão

O magistrado Nivaldo Paulo da Rosa resgata antigas anotações e lança livro sobre filosofia

Em tempos atuais, com grande apego à objetividade das informações e conectividade de meios e mensagens, algumas áreas do conhecimento têm sido postergadas pela ânsia desenfreada do ineditismo e rápidos acessos. As redes e convívios sociais estão pormenorizados sem atentar às origens, às formas mais puras, como as essenciais frentes do saber.

Matérias propedêuticas – corolários essenciais do conhecimento – ou a filosofia pura, com o estudo da razão, do humanismo e até a linguística são, atualmente, apenas poeira e mofo para a juventude dos aplicativos. Hoje, as áreas do conhecimento, da origem e purismo são tachadas de anacrônicas para a juventude desenfreada e sem paciência para textos mais aprofundados.

Na contramão resistente está a parcela de pessoas que

resgatam – e ainda vivem – os valores essenciais da vida social, dos apontamentos para a evolução natural do homem. Um exemplo da valorização à essência do saber encontra modelo na pessoa do dr. Nivaldo Paulo da Rosa, magistrado aposentado no Paraná, associado à Amapar e que lançou recentemente o livro “Metafísica. Crítica – teoria do conhecimento”.

Professor de latim por mais de 10 anos no tradicional Colégio Estadual do Paraná, Nivaldo resgatou anotações do tempo em que cursou filosofia pura para reunir na obra em que, segundo o autor, após um longo tirocínio no campo do magistério, na advocacia e na magistratura, julgou que os apontamentos poderiam ser úteis aos apreciadores da filosofia. “Acossado por uma inexplicável necessidade de apresentar uma





Nivaldo Paulo da Rosa

Ingressou na magistratura paranaense no final do ano de 1980. Exerceu a atividade jurisdicional em Campo Mourão, Alto Piquiri, Toledo e Maringá. Nasceu em Laguna (SC).

“A crítica constituiu-se em instrumento ao alcance do homem para indagar sobre a possibilidade e alcance do conhecimento verdadeiro do ser humano”

oportunidade para a reflexão, debruicei-me sobre as antigas anotações escolares, então tidas como apostilas – fundadas na filosofia tomista, principalmente a espelhada na obra de Carlos Bayer”, explica.

As práticas da sabedoria, da reflexão e da correta ação, como escreveu o magistrado autor, são aditivos ao combate da letargia, pois não é a sorte que plenifica o existir. “Podemos dizer que a filosofia é um conhecimento científico que a razão natural nos permite obter de todas as coisas”, defende.

Para não ser considerado anacrônico, Nivaldo também observa que os avanços tecnológicos e científicos são bem-vindos. Mas, como faz ressalva, os valores humanísticos, necessários para construção e preservação da dignidade humana são peregrinos. “Em certas pessoas ou sociedades, foram simplesmente extirpados”, critica.

Entrevista ao jornalista Rômulo Cardoso

Sobre Jair Ramos Braga

Por Paulo Roberto Hapner

Ao mesmo tempo em que a nossa querida Associação dos Magistrados do Paraná comemora seu sexagésimo aniversário de criação, completamos um ano da perda de um dos mais expressivos e competentes juízes do estado do Paraná e, por este motivo, na qualidade de um de seus alunos, atrevo-me a homenageá-lo com uma poesia e estudo que seria de seu gosto, pelas conversas que sempre mantivemos, no sentido de aprimorar os nossos queridos magistrados que se iniciam na carreira.

A poesia é para lembrar um juiz, de autoria de um magistrado e poeta carioca:

***Com a velha capa negra, desbotada,
Pelo tempo da dura profissão,
Vi-o buscar a última pousada
Adormecido e frio em seu caixão***

***Refletia na face fatigada
Quanto em vida guardou no coração,***

***Da rude faina mal recompensada
Das pedradas zurzidas sem razão***

***Na comarca longínqua, ao desconforto,
Viu passar legiões que o preteriram...
A esse bom, a esse justo, e grande morto,
Que humildemente vai, como viveu,
Que deu Justiça a todos que pediram,
E que a seus tristes dias ninguém deu***

O estudo é para recordar suas abalizadas opiniões sobre o exercício da função, um verdadeiro sacerdócio, onde o melhor juiz não é o que não erra: é o que erra menos, porém, deve ser honesto e trabalhador e, se possível, conhecer direito e razoavelmente o Direito.

Começaria por invocar o tema do erro judiciário que foi matéria de nossos inúmeros encontros e troca de opiniões, desde os primeiros anos de minha carreira até quando dividimos gabinetes em nosso egrégio Tribunal.



Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, Jair Ramos Braga, durante entrevista coletiva na sede da Secretaria.

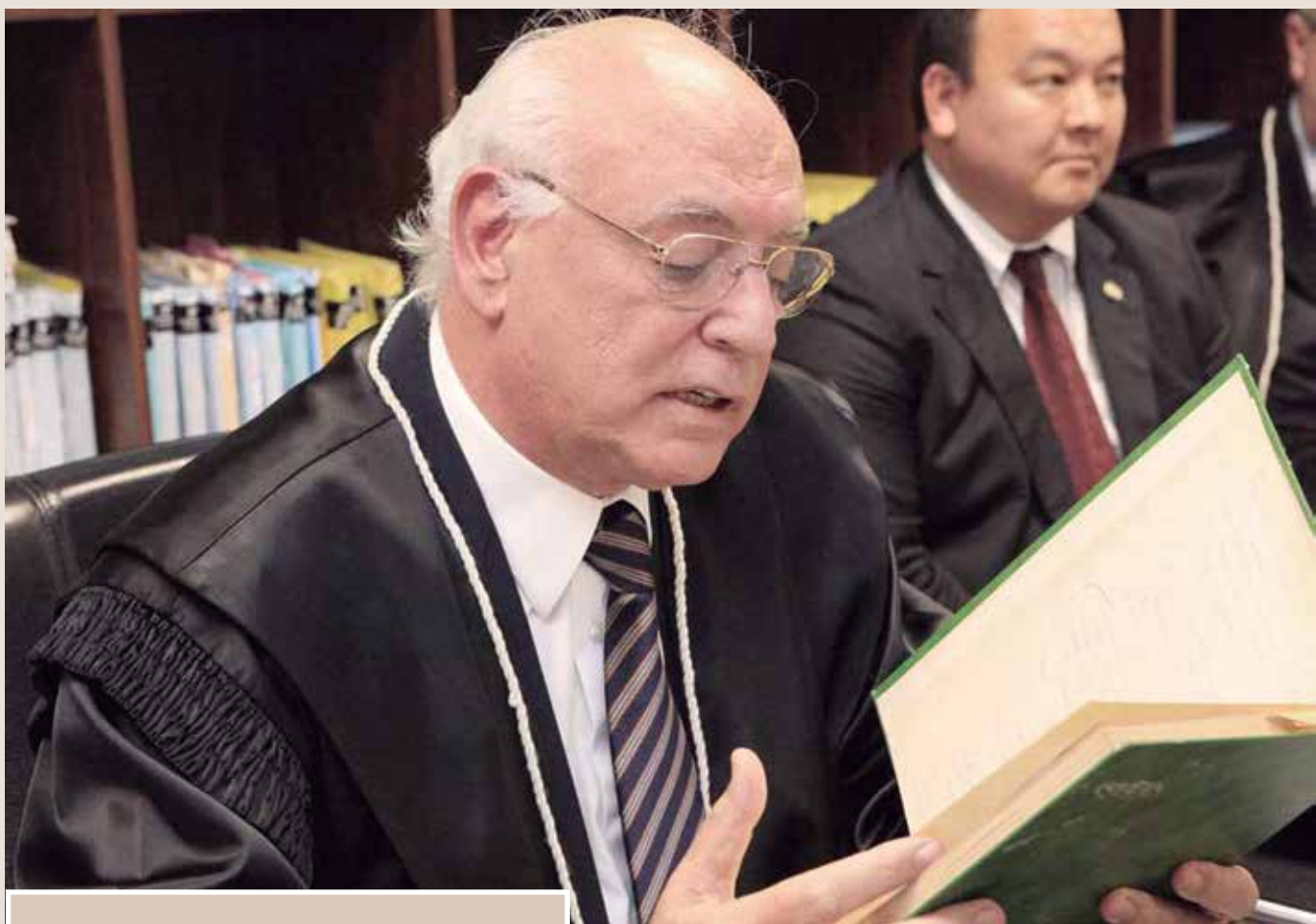
Trocávamos ideias sobre a pretensa infalibilidade do juiz mitológico ou semideus. Sabe-se que esta não existe em termos jurisdicionais, nem mesmo quando a Suprema Corte afirma que sua infalibilidade decorre de decidir por último. Os ministros da Corte Suprema são infalíveis porque decidem por último ou decidem por último porque são infalíveis?

Esquecem-se de que desgraçado é o juiz que pratica a injustiça e não aquele que a sofre.

Por isso, é comum nos meios forenses a desculpa do “*errare humanum est*”, notadamente em segunda instância, quando surge a discussão sobre *error in judicando* e *error in procedendo*, cabendo solução jurídica diversa para cada qual das hipóteses.

Error in judicando é aquele cometido pelo juiz quer por errada aplicação da lei, quer por sua errada interpretação ou da interpretação dos fatos e das provas constantes do processo.

Error in procedendo é, em matéria jurídica, o erro que se comete quando não se obedece a determinadas normas processuais, cabendo



Paulo Roberto Hapner

Nasceu em Curitiba (PR), no ano de 1944. Bacharel em Direito pela UFPR, Turma 1966 e em Ciências Econômicas PUC-PR, Turma 1968. Ingressou na magistratura em 1968, judicando nas comarcas de São José dos Pinhais, Araucária, Engenheiro Beltrão, Peabiru, Assis Chateaubriand, Mandaguaçu, Santo Antônio do Sudoeste e Cascavel. Promovido ao cargo de juiz de alçada em 2004 e ao de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, em 2005. Conselheiro Fiscal da Amapar, gestão 1985/86. Reconhecido esportista, na juventude integrou a seleção paranaense de basquete. Aposentou-se em 8 de maio de 2014. Atualmente preside o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná - IHGPR.

normalmente agravo de instrumento contra a decisão interlocutória que descumpra a ritualística imposta e, logicamente, causa gravame a uma das partes envolvidas na demanda.

Este último é bem mais fácil de apreender, bastando um conhecimento apurado da ciência processual, respeito à praxe forense e guardando-se o bom senso e a sabedoria eloquente da evolução jurisprudencial, no sentido de corrigir ou sanar o defeito que cause prejuízo à descoberta da verdade e futura solução adequada do litígio instaurado em juízo.

Por isso os juízes neófitos não devem desprezar a prática antiga daqueles que foram, pouco a pouco, adquirindo sabedoria e destreza no trato processual, como os juízes mais antigos e os experientes escrivães que, logicamente, ambos errando no princípio, com o passar inexorável do tempo foram corrigindo os erros, porquanto, *errando, corrigitur error*.

A constatação dos erros dos outros não nos exime e nem nos liberta dos nossos próprios erros e defeitos, conquanto assim se pretenda justificar.

A recomendada prudência, em dose excessiva, leva à inércia que não confere nenhuma vitória e não comete erros porque nada faz. Pelo contrário, a audácia e o trabalho, com todos os perigos de que se revestem, são mais salutares nos meios jurídicos porque evitam a prescrição da ação ou a decadência do direito e demonstram a verdadeira intenção de resolver os conflitos de interesse que são submetidos ao foro judicial, cumprindo o servidor público a tarefa pela qual é pago pelo Estado.

Já o erro no julgar, ou seja, na aplicação

do direito ao fato merece maior cuidado na sua apreciação, mormente para que a segunda instância não cometa um erro maior do que aquele cometido no primeiro grau de jurisdição.

Algumas vezes esses erros são corrigíveis, quer em primeira ou em segunda instância, desde que o julgador (ele pessoalmente e não por seus assessores) identifique a desconformidade entre o sujeito e o objeto e, desse modo, repare o desacordo entre a realidade e a nossa mente ou juízo.

As causas de erro podem ser intrínsecas e extrínsecas, segundo venham do interior do julgador ou do exterior. Outra classificação as distingue em lógicas ou morais, segundo provenham do raciocínio ou do sentimento.

Para mim, os erros judiciais nascem de causas subjetivas ou objetivas. As causas subjetivas são as que provêm da pessoa do julgador e as objetivas as que provêm do objeto, fato ou caso a julgar, ou da sua prova.

Subdividimos as causas subjetivas (intrínsecas) em lógicas, morais ou materiais, conforme provenham do raciocínio, do sentimento ou dos sentidos.

As causas objetivas (extrínsecas) são aquelas que provêm de fatores alheios à pessoa do julgador, as que provêm das pessoas das partes e de outras pessoas, ou das provas, ou da própria lei.

Tentarei expor rapidamente este ponto, sem contudo fazer uma exposição detalhada de cada uma porque são de fácil compreensão.

Quanto às *questões de fato*, podem causar erro a exposição ou análise insuficiente ou má do fato, do caso ou da questão, exposição

feita pelas partes litigantes ou interessadas na causa.

Já quanto às *questões de direito*, podemos ter uma defesa nula, insuficiente ou má do direito da parte (autor, réu ou terceiro interessado), direito que é objeto da causa ou do processo; emprego de sofismas ou de chicana, etc.

A instrução da causa pode trazer uma prova nula, insuficiente, ou adulterada ou falsa, circunstâncias que merecem o maior cuidado analítico fruto da experiência judicante.

Não é incomum a existência misteriosa e invisível de atos ou obstáculos opostos por funcionários ou outras pessoas, que causem dano ou prejuízo à atuação de alguma das partes, ou à produção da prova, ou à atuação do juiz.

Igualmente, podem surgir obstáculos oriundos da própria lei, tais como: formalidades excessivas, exigências descabidas, limitação ou cerceamento de prazo, de recurso, de garantias ou de medidas favoráveis semelhantes; tolerância de meios que se prestem à protelação do julgamento definitivo, que causem prejuízo à prova, que impeçam o julgador de agir no sentido de obter a verdade e reconhecer o Direito. São as medidas ou meios que causem dano ou prejuízo à atuação de alguma das partes, ou à produção da prova, ou à atuação do julgador.

Quanto às causas subjetivas, ou sejam, aquelas que resultam da pessoa do juiz, a literatura indica que todas elas consistem na falta ou insuficiência, ou vício de capacidade mental, moral ou física.

Sabe-se que a capacidade pessoal se constitui pela dotação natural ou hereditariedade, pela educação, pela instrução e pelo exercício

Jair Ramos Braga

Nasceu em Mafra (SC), no ano de 1933. Bacharel em Direito pela PUC-PR. Ingressou na magistratura em 1966, julgando nas comarcas de Jaguapitã, Joaquim Távora, Nova Fátima, Paraíso do Norte, Cianorte e Curitiba. Nomeado juiz de alçada e escolhido presidente do TAPR, biênio 1997/98. Juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça durante sete anos e juiz auxiliar da presidência na gestão Mário Lopes dos Santos. Promovido ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná em 2000. Aposentou-se em 7 de agosto de 2003. Assumiu o cargo de Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania. Artista plástico de reconhecido talento, faleceu no dia 23 de fevereiro de 2016, aos 83 anos de idade.

frequente ou repetido e mais ou menos longo. Alguns já trazem inteligência além do comum do berço e, depois, por obra da educação e da instrução enriquecem-na consideravelmente, fortificam-na mediante o exercício e, por via de longo tirocínio profissional, tornam-na ágil, penetrante, privilegiada.

A falta, a insuficiência ou vício de *capacidade física* resulta de falha na percepção pelos sentidos materiais (vista, ouvido, tato, paladar e olfato); ou provém de falta, insuficiência ou vício de atenção; de pressa ou precipitação; de estado mórbido corporal, que se reflita sobre os sentidos ou sobre a sanidade mental; de preguiça física, etc.

No tocante à *capacidade mental*, sabe-se que é comprometida por diversos fatores e a sua falta, insuficiência ou vício acarreta in-

compreensão ou desentendimento dos fatos (percepção mental viciada ou incompleta). A falta de perspicácia ou penetração na averiguação ou apreciação do caso; preguiça mental; falta de memória, de propósito de acertar, de educação e de instrução, de experiência ou tirocínio, etc. Nesses casos o julgador aplica método, ou processo, ou meio inadequado, ou segue critério inidôneo, tem raciocínios falsos ou viciosos, atende a preconceitos e desvarios da imaginação, sofre a influência da má sugestão alheia, dos sofismas e chicanas, etc.

Quanto à *capacidade moral*, da qual a magistratura não está imune, os erros decorrem da influência da vaidade ou do orgulho, do sentimento exagerado ou paixão, do amor próprio excessivo, dos interesses de toda a espécie, de falta, ou insuficiência, ou vício de educação moral (de moralidade), etc.

Cabe ao julgador de segundo grau, cuja experiência se mostra indispensável, visualizar e neutralizar os atos judiciais contaminados por essas deformidades ou imperfeições humanas, por ocasião da fase recursal em que, muitas vezes, depende da participação do colegiado para melhor identificar a prestação jurisdicional impregnada de algum desses defeitos. A tarefa não é fácil, porém não é misteriosa aos que detêm largo tirocínio judicante.

Assim sendo, as injustiças decorrem: a) da errônea interpretação dos fatos, de errônea apreciação dos danos da causa ou do processo; b) da errônea avaliação dos elementos de prova; c) de errônea ou inadequada interpretação da lei; ou d) de aplicação de norma ou preceito jurídico inadequado ao caso, ou que traduz mal o Direito, ou que não é sua expressão acertada.

Da experiência judicante e do contato com aqueles que viveram no mundo forense, juízes, promotores de justiça, advogados, delegados de polícia, serventuários, oficiais de justiça, empregados de cartório, partes, testemunhas, réus e outras pessoas que eventualmente conosco se comunicavam quotidianamente, passamos a fazer um levantamento do subjetivismo dos julgadores.

Durante quarenta e seis ininterruptos anos de vida judiciária a individualidade dos colegas de magistratura foram demonstradas. O conjunto de qualidades, as inclinações, aptidões, instintos, sentimentos, pensamentos, educação, instrução, disposições orgânicas inatas e adquiridas, hábitos, crenças, taras, preconceitos, estados mórbidos, congênitos ou supervenientes, etc.

Posso afirmar que neste período convivi com grandes e memoráveis juízes, dentre os quais o nosso estimado e querido padrinho de casamento Jair Ramos Braga, conhecido na intimidade como “General”, a quem eu dedico este estudo.

Cada indivíduo possui temperamento próprio, por isso o filósofo grego orienta a máxima romana no sentido do *nosce te ipsum* (conhece-te a ti mesmo), a fim de que cada qual possa fazer um estudo aprofundado de suas tendências, disposições orgânicas inatas e adquiridas, de seus instintos, sentimentos, hábitos, preconceitos e amizades para adquirir a plena consciência de suas fraquezas habituais, ou seja, a exata dimensão de sua insignificância cósmica e de seu papel em defesa do Estado.

Aquela realidade que sofre a deformação

dos nossos sentidos e do processo psíquico que se instaura em nosso cérebro nem sempre é a bússola de nosso tirocínio. A imaginação é inimiga da percepção e altera forçosamente o conhecimento da causa. Num determinado momento histórico exagera-se na proeminência de certas qualidades ou quantidades de circunstância e, daí, mostra-se a face desagradável dos acontecimentos o que cria reações diferentes para os otimistas, comedidos e pessimistas.

Um simples sentimento de simpatia ou de antipatia já torna daltônica, unilateral a apreciação que uma pessoa faz da outra, ao ponto de só ver e indicar na pessoa simpática os primores e acertos, na antipática as descortesias, indelicadezas e defeitos.

Nesse sentido é que se deve exaltar a conduta do nosso querido Jair Ramos Braga que, na esfera criminal, sempre nos advertiu para que nos acautelássemos contra o subjetivismo e não víssemos o mundo do nosso ponto de vista individual, sem nos colocar em guarda contra os próprios sentimentos, preconceitos e interesses no momento de proferir um julgamento, já que a pena não pode passar da pessoa do delinquente e o que está em exame é o ato praticado e não o próprio criminoso, cuja personalidade será analisada somente na dosimetria penal.

Na comarca de Cianorte, onde passei minha fase estagiária na magistratura, no ano de 1969, como juiz substituto, então com 25 anos de idade, tinha ele rara sensibilidade, viva inteligência e vontade inquebrantável para servir uma população de dez municípios que confiava em seu trabalho e em seu tirocínio judicante.

Por força de suas condições subjetivas estava apto para julgar os outros, livre de cometer injustiças. Embora enérgico, era sóbrio e comedido, pronunciando-se com rapidez nas questões que lhe eram submetidas. Jamais foi indeciso e dominava com maestria seus sentimentos, optando sempre pela solução mais justa, convivendo em clima de camaradagem com os advogados e membros do Ministério Público, sem jamais perder a autoridade inata que possuía e o levou ao cargo de Secretário da Justiça após sua aposentadoria.

Na confecção do Código de Normas, em sua primeira feição, foi o responsável pela parte das serventias criminais, ilustrando com sua inegável sabedoria as reuniões da comissão pioneira e contribuindo nas demais questões, diante de sua experiência em todos os ramos da judicatura.

Na qualidade de juiz auxiliar da Corregedoria, não se tem notícia de não ter alcançado o maior e mais significativo prestígio no seio da família forense, assim considerada a salutar convivência com a classe dos serventuários do foro judicial e extrajudicial. Respeitado pelos tabeliães e registradores, escrivães e oficiais de justiça, soube granjear a admiração de todos, indistintamente. Embora ativo e cumpridor das regras de conduta ou das normas específicas de cada serventia, pelo modo cavalheiresco e respeitoso com que tratava a todos sempre foi laureado em todas as comarcas de nosso Estado.

Como juiz de alçada, ao presidir aquela Corte, demonstrou sua capacidade administrativa, sendo elogiado por diversas ações e atitudes de bom sendo na condução dos



Paulo Roberto Hapner, sua esposa Irecê Marques Hapner e os filhos Bruno Luiz, Paulo Roberto, Isabela e netos.

destinos do colegiado.

Na condição de desembargador, sempre se preocupou com o Direito e a Justiça, independente da ingrata tarefa de discordar de seus colegas ou de concordar sistematicamente com outros; admitindo a opinião contrária para firmar a posição do órgão fracionário.

Pelo seu notável grau de cultura, algumas vezes predominava sua opinião e por isso se destacava no âmbito da Corte, não só pela experiência como também pela inteligência que sabia joeirar os argumentos deturpados, superficiais ou precipitados que surgiam nos debates internos.

Detinha farto conhecimento de Direito Penal, Processo Penal e Política Criminal, bem como suficiente conhecimento de outros ra-

mos do Direito, podendo-se afirmar que sua cultura era enciclopédica, pois não se restringia às ciências jurídicas.

Acredito que o nosso pranteado Jair Ramos Braga merece receber todas as justas honorárias do juiz integral pelo destacado papel que representou na vida judiciária paranaense. Não foi apenas um jurista, versado nas leis, foi um sociólogo e político, conhecedor da vida em todos os seus aspectos. Era um filósofo, no bom sentido, vislumbrando o futuro com perspicácia. Foi um ser humano na alta expressão do vocábulo, sem desfrutar de privilégios, demonstrando coragem profissional e desinteresse por coisas materiais, a não ser o conforto e proteção à sua família, sempre escorado em sua dedicada esposa, a nossa estimadíssima madrinha Jacy Feltrin Braga.

Dizia o nosso General: “*Só não comete erros o juiz que não trabalha*” e “*cabe ao tribunal, quando provocado, corrigir as falhas porventura anotadas*”.

Portanto, juiz infalível ou indefectível é quimera: devem todos se esforçar para errar o menos possível.

O nosso octogenário exemplo de magistrado partiu para a eterna noite de sono sem sonhos e nos deixou a perpétua lembrança do juiz que, certamente, cometeu poucos ou, talvez, nenhum erro judiciário.

Está nos braços do Criador, certamente feliz pelos sessenta anos da Amapar, que contou com sua dedicação por mais de cinquenta anos, em diversas atividades, principalmente zelando pela Colônia de Férias de Guaratuba, onde revelava toda sua experiência de administrador.

Sala Desembargador Ossian França

Por Haroldo Bernardo da Silva Wolff

1ª Fase

Nascida por inspiração de dois grandes idealizadores, os saudosos desembargadores Ildefonso Marques e Alceste Ribas de Macedo, que então alimentavam a ideia de ver concretizada uma antiga aspiração da classe, ou seja, a de contar com uma sede no recinto do Tribunal de Justiça do Paraná, mesmo porque os jubilados já vinham se reunindo, mensalmente, em ‘reuniões-jantar’, mais tarde transformadas em ‘reuniões-almoço’, sempre com a presença de suas respectivas esposas, com a finalidade de minimizar o vazio criado pela inatividade, porém conservando viva a agradável convivência que já existia durante o efetivo exercício das respectivas funções judicantes, foi que, tocado pela inata sensibilidade diante do quadro existente, o des. Alceu Conceição Machado, presidente do Tribunal de Justiça, permitiu o

uso de uma sala vaga existente no 1º andar do Palácio da Justiça, que logo se transformou em ponto de encontro dos desembargadores jubilados, após ser inaugurada em 1984.

Posteriormente, o fato de não haver um reconhecimento oficial da Sala provocava certo ‘temor’ entre seus membros de virem a perdê-la, mas aconteceu um fato bastante auspicioso: o próprio Conselho Superior da Magistratura, um dos mais importantes órgãos que compõem o Tribunal de Justiça, houve por bem baixar uma Resolução, datada de 23 de agosto de 1999, assinada pelo então presidente, des. Sydney Dittrich Zappa, determinando que a Sala, já existente de fato, passasse a se chamar Sala dos Desembargadores Aposentados Ossian França, numa justa homenagem ao magistrado exemplar, recentemente falecido. A justificativa dizia “pela sua excelente trajetória na carreira da magistratura, onde se notabilizou pela sua aura formada pelas cambiantes de inteligência,



Sala de entrada.



Sala de reunião.



Des. Ossian França.

de bondade, de honradez, de responsabilidade e do mais alcandorado espírito de Justiça, atributos esses que conquistaram a admiração e o respeito de seus colegas e amigos e de todo o mundo jurídico do Paraná”.

Assinalados todos esses fatos históricos que envolveram a criação oficial da Sala dos Desembargadores Aposentados, que já funcionava no 1º andar, um novo acontecimento ocorreu: o prédio do Palácio da Justiça teve que passar por uma reforma geral, o que determinou a mudança de todos os setores administrativos, inclusive a cúpula do TJ para o prédio denominado Edifício Anexo, com extensão ao prédio da Rua Mauá.

2ª Fase

A essa altura dos acontecimentos, em 6 de maio de 2005 assumiu a direção da Sala dos Desembargadores Aposentados, o des. Ronald Accioly Rodrigues da Costa, (conforme ofício n.º 213/2005 enviado à Associação dos Magistrados do Paraná), que me convidou para coadjuvá-lo na coordenação da Sala.

Infelizmente, a gestão do novo diretor, apesar de bastante dinâmica e realizadora, não se prolongou pelo tempo desejado em razão de seu estado de saúde, levando-o a se afastar de seu mister para fins de tratamento médico.

Durante uma reunião-almoço de confrater-

Secretaria.



nização, referindo-se a este fato da sua saúde, o colega des. Accioly lançou meu nome para substituí-lo e, democraticamente, pediu que se todos estivessem de acordo permanecessem sentados. E foi o que aconteceu!

3ª Fase

Em 21 de novembro de 2006, sob minha direção, realizou-se evento festivo, marcando a reinstalação da Sala dos Desembargadores Aposentados Ossian França, no Edifício Anexo, ao lado do Palácio da Justiça, inteiramente estruturada, carpetada e coberta por tapetes adequados, mobiliário - sofá e poltronas - estofado e renovado, mesa oval com espesso vidro transparente, dez cadeiras de estilo, oriundas do extinto Tribunal de Alçada, e mais uma mesa com gavetas, suporte de mármore, adequada a suportar a colocação de microcomputador usado mas funcionando perfeitamente e telefones para uso interno e externo. Além de todos esses objetos e materiais citados, é justo salientar que a Sala foi também dotada de objetos de adorno, vasos de alabastro providos de Veneza. A sra. Yolanda França, de saudosa memória, viúva do patrono, considerada nossa patronesse, doou seis valiosos quadros de pintura, inclusive de autoria do marido, artista plástico de reconhecidos dotes.

A Sala ainda possui uma divisória para

separar a sala social da parte administrativa, esta também aparelhada com mesas, cadeiras usadas e armários da mesma origem, com a devida autorização presidencial e mantidas com zelo e dedicação por duas funcionárias antigas, especialmente cedidas pelo Gabinete do Presidente, que cumprem o expediente normal durante a semana: Suely Maria Miguel e Maria Inês Bertocco, que também participam de todas as atividades.

Conclusão

Convém acrescentar, por fim, que graças ao integral e decisivo apoio do des. Tadeu Marino Loyola Costa, presidente do TJPR (Gestão 2005/06) presente ao evento, onde foi homenageado com uma placa de agradecimento pelo apoio e prestígio dispensados à Sala dos Desembargadores Aposentados, hoje podemos afirmar: funciona plenamente no 3º andar do Edifício Anexo, Sala nº 310, com reuniões semanais, todas as terças-feiras e realiza a tradicional reunião-almoço, em cada mês do calendário, sempre tendo à frente um anfitrião acompanhado de sua esposa. Dispensado dizer que cada colega participante presta sua ajuda financeira pagando as despesas que realiza.

Enfim, é a Sala dos Desembargadores Aposentados Ossian França que torna realidade o sonho de seus membros e admiradores.

Haroldo Bernardo da Silva Wolff

Nasceu em São Mateus do Sul (PR), no ano de 1930. Bacharel pela UFPR-Turma 1952 e formado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Plácido e Silva-Turma 1947. Concluiu o curso de Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas-Turma 1953. Ingressou na magistratura em 1955, judicando nas comarcas de Ponta Grossa, Prudentópolis, Ipiranga, Pitanga, Uraí, Assaí, Ibiporã, Loanda, Santa Izabel do Ivaí, Jacarezinho e Curitiba. Tornou-se desembargador em 1986. Conselheiro fiscal da Amapar gestão 2002/03 e vice-presidente em 2012/13. Aposentou-se em 11 de maio de 2000. Pianista erudito mantém o grupo Melômanos de Curitiba. Atualmente é diretor da Sala dos Desembargadores Aposentados Des. Ossian França.

Epopeia de um juiz

Por José Meger

Nasci em 19 de novembro de 1920 em Rio Azul, então município de Rebouças. Pelos idos de 1934, aos 14 anos, saí da casa do meu pai, minha mãe havia falecido. Fui embora só com a roupa do corpo. Na madrugada tomei o trem que fazia a linha Rio Grande-São Paulo, desci em Castro para encontrar meus tios Antônio Schendroski, Leocádia e Rosalina. Provisoriamente, morei com tia Rosalina numa chácara, trabalhando só pela comida. Passadas algumas semanas, apareceu um emprego na farmácia e passei a ganhar 15 réis por dia, com refeição.

Alguns meses após surgiu outro emprego, de ajudante de pedreiro. Não deu certo e escolhi trabalhar na padaria. Trabalhava de dia e parte da noite fazendo pão e pela manhã entregava o produto nas casas, usando uma charrete. O salário era de 20 réis. Muito bom!

Fiz amizade com alguns estudantes do ginásio, que me estimularam a estudar. Resolvi então procurar outro emprego, o de sacristão

do padre. O vigário me aceitou, permitindo que eu estudasse.

Eu podia estudar, mas minhas tarefas aumentaram. Além de ajudante do padre e zelador da igreja de Castro, passei a ser faxineiro e garçom no Colégio, que atendia estudantes em regime de internato. Continuei frequentando as aulas à tarde e completei o curso primário. Submeti-me ao exame de admissão e ingressei no ginásio. Após quatro anos concluí o curso ginasial.

Aos 21 anos fui convocado para servir o Exército. Pedi demissão do emprego. Resolvi me apresentar no antigo 15º Batalhão de Infantaria em Curitiba. Por ter prática em datilografia e bom português, passei a trabalhar na Divisão de Convocação de Reservistas.

Cursava o Científico, no período noturno, mas meu objetivo era frequentar um curso superior. Estudei dois anos no Colégio Novo Ateneu, pagando com o soldo de soldado, que na época era de 320 réis. A pensão custava 150 réis e 50 réis a escola. O restante servia para adquirir roupas e calçados. O último ano do científico concluí no



José Meger.

Colégio Estadual do Paraná, escola pública. Ao terminar, fiz inscrição para o vestibular de Medicina, mas o Comandante me impediu de fazer a prova, alegando que eu era militar. Perdi o exame para não ser preso militarmente.

Minha opção era estudar à noite e a Faculdade de Ciências Econômicas mantinha curso noturno junto à Universidade Federal do Paraná. Fiz a inscrição e depois de aprovado passei a frequentar as aulas.

Em 1945, terminada a guerra, teve fim minha convocação militar.

Por indicação de um capitão, fui trabalhar na Indústria de Artefatos de Couros Ltda., situada no Seminário, como auxiliar de escritório. Fazia de tudo, controlava a entrada dos funcionários, confeccionava a folha de pagamento, fazia compras de matéria-prima para a indústria. Naquela época conheci Zeni Thereza Schiebel, que também era auxiliar de escritório e começamos a namorar. Trabalhava oito horas por dia, frequentava as aulas à noite. Estava no 2.º ano de Ciências Econômicas e resolvi prestar vestibular para a Faculdade de Direito. Aprovado, frequentei os dois cursos e, com muito esforço, concluí as duas habilitações.

Quando me formei em Ciências Econômicas, em 1948, ainda estava no quarto ano de Direito. De posse da inscrição de solicitador acadêmico registrado na Ordem dos Advogados do Paraná, comecei a advogar em Rio Azul, Mallet e Irati. Fui morar em Rio Azul, onde instalei um escritório de contabilidade e, mais tarde, convidei um contador para fazer sociedade.

Em 26 de fevereiro de 1949 casei-me com Zeni. O casamento foi celebrado no civil e no religioso na Igreja de Santa Terezinha. Um ato simples, sem qualquer pompa. Montei uma pequena moradia na minha cidade e levei minha consorte, sem qualquer possibilidade de usufruir de uma 'lua de mel'. Assumi a tarefa de manter o lar e o sustento de ambos.



Frequentava as aulas de Direito por praticamente quinze dias no mês e me preocupava com as faltas. A Zeni ficava em Rio Azul e auxiliava na escrituração dos livros comerciais, além de cuidar dos filhos e da ingrata função do lar. Era assim, uma luta de sacrifícios para os dois.

Em Rio Azul, nasceram nossos filhos Odilon, Marly e José Carlos.

Concluído o curso de Direito em 1951, registrado o diploma, continuei na profissão. Fui nomeado interinamente promotor público para a comarca de Rebouças e, por quase dois anos, acumulava o escritório de contabilidade. Fui exonerado do cargo por questões políticas.

Em 1954 inscrevi-me no concurso para a magistratura. Passei em quarto lugar entre vinte candidatos e fui nomeado juiz substituto



Posse de desembargador.

para a 51ª Seção Judiciária de União da Vitória, designado para Mallet.

Entreguei o escritório de contabilidade ao sócio e fui exercer a profissão que escolhi. Atendi, simultaneamente, como juiz substituto, União da Vitória, São Mateus do Sul e São João do Triunfo. Depois de seis meses submeti-me a outro concurso e fui nomeado titular da comarca de entrância inicial de Mallet. Fixei residência com a família em Mallet, condição obrigatória da carreira. Naquela cidade nasceu minha filha Marilene.

Sempre mantive minhas obrigações judicantes em dia, não media esforços para despachar e sentenciar os processos que passavam por minhas mãos, no prazo previsto. Após dois anos - 1956 - fui promovido, por merecimento, para a comarca de Pato Branco. A mudança ocorreu para a única moradia disponível na cidade, uma casa pertencente ao diretor do Grupo Escolar.

Comarca trabalhosa, oito advogados militantes. Redobrei meus esforços, o município era o centro da região Sudoeste, cidade promissora, muitos vindores a procura de terras. Crimes de morte aconteciam com frequência e a decretação de prisão preventiva era constante. Duas vezes por mês os presos eram transferidos para Curitiba, pois a delegacia não comportava a demanda de detenções. Fugas e rebeliões eram uma ameaça.

Realizava de doze a quinze júris mensais. Sempre fui enérgico, considerado 'mão pesada', 'juiz duro', 'sem conversa', e alguns advogados fizeram um movimento para que eu fosse transferido. Inicialmente, recebi um pedido para desocupar a casa onde morávamos. Alegavam que a propriedade era objeto de uma permuta feita com a Igreja para a construção de novo templo. Não havia na cidade outro imóvel para alugar ou comprar. A solução foi adaptar o Posto de Saúde para moradia provisória do juiz e de sua família.

Nessa época, 1957, ocorreu o Levante dos Possesiros em Francisco Beltrão, intenso conflito de terras, envolvendo posseiros e jagunços, que perpetraram toda sorte de crimes contra a vida e a propriedade dos moradores do Sudoeste. Esta disputa jurídica envolvia a posse das glebas das Missões e de Chopim, que só foi regularizada em 1962.

Tive de tomar diversas providências perante os revoltosos, despachar em processos de posse, expedir mandados de prisão, desgostando tanto posseiros quanto jagunços, como é de rotina na vida do juiz. Fui chamado de 'comunista', sob a alegação de estar incentivando a revolta agrária. Os advogados, então, entraram com uma queixa na Corregedoria. Sofri investigação daquele órgão e, também, do Exército Nacional. Recebi a visita do corregedor-geral des. Antônio Franco Ferreira da Costa, que ao se inteirar do caso nada encontrou de irregular da parte do juiz. Mesmo assim, elementos descontentes passaram a me ameaçar de morte, a passar com tochas acesas diante da minha casa como forma de intimidação.

Um período conflituoso e, naqueles dias, fui designado para atender a comarca de Santo Antônio do Sudoeste, deixando meus filhos e minha mulher em Pato Branco, com a população praticamente em guerra. Talvez a tensão fosse tão grande que fui acometido de um derrame pleural e entrei em estado de coma. Naqueles confins, sem recursos, fui salvo por um médico milagroso que me colocou num avião monomotor fretado e me enviou para a Capital. Através de medicação e tratamento melhorei, pude retornar e continuar os cuidados em Pato Branco.

Saúde fragilizada, requeri remoção para Imbituva, próxima a Ponta Grossa, um centro maior. Em 1962, fui nomeado e ali permaneci por sete anos, atendendo, por designação, as comarcas de Prudentópolis, Irati, Rebouças e



Zeni e José Meger.

O des. José Meger faleceu no dia 05 de maio de 2017 e sua esposa, Zeni Thereza Meger, em 09 de maio do mesmo ano.



Teixeira Soares. Em Imbituva nasceram meus filhos, Silvinei e Silvana, gêmeos. Mas Silvana, aos sete meses de idade, faleceu em decorrência de uma insuficiência cardíaca.

Em 1967 fui removido para Londrina, titular da 1ª Vara Criminal, onde encontrei mais de 500 processos conclusos para sentença. Trabalhei diuturnamente para colocar o serviço em dia.

Um fato aconteceu alguns dias depois que assumi: tive que me ausentar da cidade por algumas horas e nossa casa foi visitada por ladrões com toda a família dentro. Carregaram um cofre de 250 quilos, julgando ter dinheiro. Não havia dinheiro algum, a vida de um magistrado é regrada e simples, sem oportunidade para reservas financeiras.

Decorridos dois anos, em 1969, fui promovi-

do para Curitiba. Designado para atender varas cíveis, criminais e de menores na condição de juiz de direito substituto, mais tarde fui nomeado juiz de direito da 9ª Vara Cível e removido para a 3ª Vara Criminal, ambas de Curitiba.

Em 1979 atingi o cargo de juiz do Tribunal de Alçada do Paraná, titular da 2ª Câmara Cível. Eleito vice-presidente daquela corte na gestão 1983/84 e presidente do Tribunal de Alçada do Paraná em 1985.

Em 17 fevereiro de 1986, após 32 anos de carreira na magistratura, 66 anos de vida, cheguei ao ápice: fui promovido ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Exerci minha função na 4ª Câmara Cível até 1990, quando alcancei a aposentadoria compulsória.

Na condição de magistrado sempre procurei solucionar os conflitos de acordo com a Lei e o Direito, usando bom senso e dentro dos padrões recomendados ao juiz para fazer justiça. O juiz governa o povo de uma comarca, não no sentido político, mas no sentido psicológico, por meio do exemplo, de suas virtudes e de sua coragem cívica e profissional. O que importa não é a lei, mas o direito que vive e vibra na consciência do povo. Fazer justiça é não só obedecer a lei e sim obedecer ao direito que é a fonte da lei.

Como magistrado enfrentei duas realidades: sofri as deficiências da instituição e me defrontei com minhas próprias limitações. Fiquei com a certeza da concreta realidade. Tive os pés no chão, firmes para as lutas que enfrentei. Aprendi que o homem tem honra, sensibilidade, direitos que devem ser preservados e defendidos. Minha maior concentração foi no trabalho. A preocupação com a família foi incumbência da Zeni, que desempenhou com sucesso o papel de esposa, mãe e educadora dos nossos cinco filhos.

E sempre me incentivou e me apoiou em todos esses anos de vida e de luta.

Juiz e prefeito

Por Roberto Antônio Massaro

Na segunda metade da década de 1990, o desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, Roberto Massaro, exerceu o cargo de juiz de direito da comarca de Paranaguá.

Ser juiz não é fácil, exige do magistrado um comportamento ético irrepreensível, dedicação extrema ao trabalho, contato efetivo com a comunidade local, além das responsabilidades jurisdicionais, intrínsecas ao cargo. Felizmente, sempre tive um bom relacionamento com a comunidade local e, também, com membros dos outros poderes. No tempo de Paranaguá, era o Diretor de Fórum e seu gestor. Não existia o Fundo de Reequipamento do Judiciário nem recursos suficientes para a manutenção do edifício. Não raras vezes a solução foi apelar para a comunidade jurídica ou à municipalidade, mas, ainda, naquela comarca contávamos com o apoio da autarquia estadual, administradora

Realmente cheguei a usar a “caneta do Executivo Municipal” que não é tão forte quanto as tintas da “caneta do Judiciário”.

dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Em 1996 o prefeito municipal de Paranaguá e representante da Associação dos Municípios Litorâneos do Paraná, Carlos Antônio Tortato, viajou para conhecer os portos mais importantes da Europa. Época pré-eleitoral.

O vice-prefeito dr. Etuzi Takayama e o presidente da Câmara Municipal, vereador Alceu Maron, estavam impedidos de substituí-lo por serem candidatos na eleição que se aproximava. Diante da incomum situação, o substituto legal era o juiz de direito. Então, após os trâmites, assumi a chefia do Executivo da comarca de Paranaguá, solenemente,



Cerimônia de posse do des. Roberto Antônio Massaro, com sua esposa Elaine e sua filha Giovana.

no Palácio São José. Ser prefeito, ciente de suas responsabilidades, é tarefa para cidadão bem preparado, bem assessorado, vocacionado, daí o porquê do grande número de gestores condenados ou cassados. A fiscalização sobre o administrador público é intensa e abrangente, como reza a Lei da Improbidade Administrativa, recém-entrada em vigor. Administrar uma cidade foi uma experiência completamente diferente. Passei a admirar muito mais as funções de um alcaide.

Começo, meio e fim

Cheguei a Paranaguá em 1992 promovido, por antiguidade, de Imbituva. Fiquei surpreso com o grau de civismo da população e o respeito ao Judiciário, aliás, grandes magistrados por lá passaram e deixaram marcas indeléveis de seu caráter, vocação e trabalho. Nas solenidades a que comparecia, logo me deparava com a expressão *berço da civilização paranaense e Paranaguá, a 5ª Comarca de São Paulo*. Dei-me conta, então, de que aquele município tinha

mais de 350 anos, mais antigo que a capital Curitiba, era impossível não respirar história, pois seus moradores viveram intensamente o período imperial e o início da República. O Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá registra fatos importantes da história do Paraná, determinantes para a história do Brasil, como o episódio do Cormoran.

Sou natural do Rio Grande do Sul, uma região rica em história, e senti-me orgulhoso da terra da minha nova jurisdição, a histórica Paranaguá. E um fato comovente foi o de receber o título de “Cidadão Honorário de Paranaguá”.

Com o tempo, percebi o quanto é importante aquele município no contexto histórico, social e geográfico para os paranaenses. O fórum recebe o nome de Ouvidor Pardinho, autor dos Provimentos que lançaram as bases da distribuição da Justiça nestas paragens. Desde o século XX, as riquezas produzidas pelos paranaenses são exportadas através do Porto D. Pedro II, também recebendo

as importações, gerando riquezas, trabalho, atividade fiscal e arrecadação de tributos. O município se beneficia com essa atividade, por conta do ISS devido e repassado à administração municipal. Portanto, Paranaguá é começo, meio e fim de atividades em benefício dos paranaenses, razão pela qual merece ser reverenciada sempre.

A caneta da Justiça

Realmente, usei a ‘caneta do Executivo Municipal’ cuja tinta não é tão forte quanto a da ‘caneta do Judiciário’, mas é importante e crucial para os anseios e as aspirações da comunidade local. Sancionei projetos de lei referentes a medidas administrativas do município. Porém outros acontecimentos marcaram aquele breve período à frente do Executivo, como prefeito em exercício.

Minha primeira surpresa foi ser avisado pelo vereador e líder na Câmara, dr. Mário Gonçalves, que deveria ir até Curitiba para aderir ao Programa Paraná Urbano.

Sabia que o município não estava em dia com os tributos junto ao INSS, e qualquer programa de financiamento poderia não ser aprovado, mas segui a minha intuição. Parti para a Capital e encontrei-me com mais de trezentos prefeitos do Estado, todos aguardando para aderir ao tal programa, financiado pelo BIRD - Banco Interamericano de Desenvolvimento. Pelo ineditismo da situação fui o primeiro a assinar o documento, perante o governador Jaime Lerner. Era o único “Juiz Prefeito”. Meses mais tarde, o município negociou a dívida e teve o cadastro aprovado. O prefeito eleito Mário Roque recebeu os recursos e os aplicou na reforma da Rua da Praia e do Mercado Municipal.

Outra lembrança que me vem à mente foi o atraso no repasse de verbas ao Legislativo municipal e, coincidentemente, depois de



Roberto Antônio Massaro

Nasceu em Erechim (RS), no ano de 1960. Bacharel pela Faculdade de Direito de Curitiba, Turma 1985. Ingressou na magistratura em 1988, judicando nas comarcas de Clevelândia, Manguairinha, Coronel Vivida, Chopinzinho, Arapoti, Paranaguá e Curitiba. Tornou-se desembargador em 2016. Secretário da Amapar gestão 2012/13, secretário em 2014/2015, diretor do Departamento de Apoio ao Magistrado e Secretário em 2016/17. Atualmente é assessor da presidência da AMB.



Roberto Antônio Massaro e sua família.

longa batalha jurídica entre o Porto e o Município, o Judiciário declarou legal a cobrança do ISS pela Prefeitura. E, na condição de prefeito, recebi o primeiro pagamento das mãos do administrador dos Portos de Paranaguá e Antonina, dr. Joaquim Vanhoni Neto. Cumpri a determinação judicial, efetuando o repasse devido. Também naquele período, recebi solenemente a visita do governador em exercício do Paraná, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Aníbal Curi e sua comitiva, junto com o ex-governador João Elísio Ferraz de Campos, parnanguara de

nascimento e líder do governo na Assembleia Legislativa. O então presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, o juiz Guilherme Luiz Gomes, em nome da nossa entidade esteve em visita oficial ao Palácio São José, um verdadeiro apoio da classe.

Por outro lado, aconteceu um incidente, um imbróglio, com solicitada intervenção estadual pelo Tribunal Regional do Trabalho pela falta de pagamentos dos precatórios trabalhistas. Não restou alternativa senão a de exonerar sumariamente o secretário jurídico do município, por não ter bem conduzido a situação.

Levei a minha equipe do Fórum, orientei os escrivães para que não fossem expedidas citações ao Município, na pessoa do prefeito, devendo aguardar o retorno do titular. Suspendi o pagamento de obras às empreiteiras locais para que fossem realizadas vistorias nos trabalhos já executados. Reuniões foram realizadas com os secretários municipais, alguns projetos encaminhados a Brasília para aprovação federal, outros solicitando verbas para preservação ecológica e recuperação dos mananciais.

Também concedi entrevistas aos órgãos de comunicação local, jornais e rádios, bem como recebi a equipe da Rede Globo que procedeu a filmagens na cidade e no Porto, fato inédito na história do município.

Lembro-me desses episódios, dignos de divulgação para engrandecer a magistratura, injustamente atacada pela mídia em geral e, lamentavelmente, diante de tantos episódios negativos envolvendo o Judiciário.

O Poder Judiciário vem sofrendo abalo na sua credibilidade, mas nossa magistratura não pode perder a pureza na 'missão de julgar' e no 'ideal de ser juiz'.

Depoimento ao jornalista Rômulo Cardoso

Uma viagem inesquecível!

Por Frederico Mattos Guedes

‘Em 1954 fui nomeado juiz de direito de Ribeirão do Pinhal e designado para instalar a comarca. Resolvi ir de avião até Jacarezinho, onde tomaria um táxi que me levaria no mesmo dia ao meu destino. Chovia muito e o avião, impedido de pousar, seguiu direto para São Paulo. No dia seguinte, junto a outros passageiros, aluguei um carro e segui viagem. Logo no início, estrada de terra, muita chuva, o automóvel atolou. Outro dia e outro carro, mas o motorista estava embriagado e sofremos um acidente. Anoteceu e passamos a noite debaixo de um temporal, mal abrigados e ainda no estado de São Paulo. Agora só restavam dois viajantes, tomamos um ônibus em direção a Ourinhos. Para nossa infelicidade, percorridos poucos quilômetros, ocorreu outro acidente: quebrou o eixo do ônibus e uma roda se soltou. Socorridos, embarcamos ‘de carona’ numa condução e chegamos a Santo Antônio da Platina, onde meu colega e amigo Ariel Ferreira do Amaral e Silva me esperava. Junto estava o prefeito Erasmo Cordeiro, de Ribeirão do Pinhal, pilotando um potente jeep, que me levou ao destino. E assim, após cinco dias de viagem, cheguei à minha primeira comarca, para instalá-la, inclusive’.





Frederico Mattos Guedes formou-se bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, em 1949.

Desembargador é empossado no TJ

Em sessão extraordinária e especial do Tribunal Pleno, será empossado hoje no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, o juiz do Tribunal de Alcáda, Frederico Mattos Guedes. Ele foi recentemente nomeado para ocupar a vaga deixada com a aposentadoria do desembargador Jayme Munhoz Gonçalves e a investidura ocorrerá às 16h, no segundo andar do Palácio da Justiça - sala desembargador Clotário Portugal -, em solenidade a ser prestigiada por altas autoridades dos três poderes, Forças Armadas e da Igreja.

Segundo a programação divulgada pela Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça, caberá ao chefe do Poder Judiciário paranaense, desembargador Alceu Conceição Machado, presidir a sessão e tomar o compromisso do empossante, de "cumprir, com honra e lealdade, as funções de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná". O cerimonial prevê a execução do hino nacional e o novo magistrado será saudado por três oradores, antes de fazer o seu pronunciamento.

SAUDAÇÕES

Em nome do Tribunal de Justiça do Paraná, falará o desembargador Henrique César. Em seguida, tomará a palavra o procurador da Justiça, Sílvio de Albuquerque Maranhão, pelo Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil, e o conselheiro Hugo Martins Kosop, pelo Instituto dos Advogados do Paraná. Da-



Mattos Guedes.

do o seu vasto círculo de amigos - Mattos Guedes era vice-presidente do Tribunal de Alcáda - a cerimônia deve reunir grande número de convidados.

Frederico Mattos Guedes chega ao Tribunal de Justiça aos 57 anos de idade, depois de ter ingressado na magistratura em 1953. Como juiz de Direito passou pelas Comarcas de Ponta Grossa, Ribeirão do Pinhal, Cascavel, Bandeirantes, Guarapuava, Joaquim Távora e Curitiba. Em 1979, foi nomeado juiz do Tribunal de Alcáda de Curitiba, é casado com Dona Durilda Munhoz Mattos Guedes e o casal tem quatro filhos.

Magistrados, autoridades e convidados prestigiaram a posse no TJ.

Mattos Guedes no TJ: sem mágoa nem rancor

Afirmando que chegava ao último posto da carreira "sem mágoas, rancores ou ressentimentos", tomou posse, ao final da tarde de ontem, no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, o juiz do Tribunal de Alcáda, Frederico Mattos Guedes. Sua investidura, que completou o colegiado de 26 desembargadores do Tribunal de Justiça Pleno, presidida pelo chefe do Poder Judiciário paranaense, desembargador Alceu Conceição Machado,

Em seguida lembrando Pascal, o empossado citou que "a Justiça sem força é impotente; a força sem Justiça é tirânica. É preciso, pois, que se ponham em harmonia a Justiça e a força, para ser justo quem é forte e ser forte quem é justo". E lema: "pense e agradeça", não esquecendo "a mão amiga do desembargador Jorge Andriguetto que me trouxe para a magistratura". Acrescentou paranaense, porque nesses anos todos de caminhada procurei, dentro de minhas limitações, cumprir o meu dever de distribuir justiça, naquilo que eu, como ser humano, e, portanto, falível, entendi por Justiça".

E, por fim, arrematou: "Não sei se absolvi um culpado, ou condenei um inocente - fiz-me

apenas um instrumento da lei e justiça dos homens - se acertei ou errei, só Deus julgará..."

Nomeado por decreto do governador Hosken de Novaes, em substituição do desembargador Jayme Munhoz Gonçalves, que se aposentou, o novo membro do colegiado do Tribunal de Justiça de Curitiba, onde exerceu a advocacia até fins de 1949, tendo ingressado na magistratura em novembro de 1953. Ao saudá-lo, em nome do Tribunal de Justiça e da Associação dos Magistrados do Paraná, o desembargador Henrique Chesneau Lenz Cesar disse, ao se referir à missão do magistrado, que "nos que julgamos, somos, na realidade, os mais julgados e que Frederico Mattos Guedes foi julgado ao correr de toda a sua vida". Em seguida, confessou sua confiança na magistratura, "até porque desconfiar dela é princípio de dissolução social. Depois, citou Rui Barbosa, afirmando que "a Justiça cobra a ordem jurídica, a ordem jurídica assegura a responsabilidade, a responsabilidade constituiu a base das instituições livres; e sem instituições livres não há paz, não há educação popular não há honestidade administrativa, não há organização defensiva da pátria contra o estrangeiro". Saudaram também o novo desembargador, o procurador de Justiça, Sílvio de Albuquerque Maranhão, representando o Ministério Público e o advogado Hugo Martins Kosop, que falou pela Ordem e Instituto dos Advogados do Paraná.



Seção solene da investidura do desembargador Frederico Mattos Guedes, em 1983. Lado esquerdo: desembargadores Ossian França, Marino Bueno Brandão Braga e Alceste Ribas de Macedo. Mesa: dr. Cezar Cunha, representante da OAB, secretário de Estado da Cultura dr. Túlio Vargas, representando o governador Hosken de Novaes, des. Alceu Conceição Machado, presidente do TJ, militar representante da Aeronáutica, des. José Munhoz de Mello, militar representante do Exército Nacional, procurador Sílvio de Albuquerque Maranhão. Lado direito: desembargador Heliantho Guimarães Camargo.



Dr. Albarino de Mattos Guedes, irmão do empossado, a esposa Durilda e o casal Cilene e des. Alceu Conceição Machado, presidente do TJPR.



**Assinatura
do título de
nomeação.**

**No discurso de posse citou o filósofo
Pascal: “A Justiça sem força é impotente,
a força sem Justiça é tirânica. É preciso,
pois, que se ponham em harmonia
Justiça e força, para ser justo quem é
forte e ser forte quem é justo”.**





Saudação do des. Henrique Chesneau Lenz Cezar em nome do Tribunal de Justiça do Paraná.



Com o amigo des. Jorge Andrigueto, incentivador para o ingresso na carreira da magistratura.

Frederico Mattos Guedes

Nasceu em Curitiba em 08 de abril de 1925. Filho de João de Mattos Guedes e de Natalina F. N. Guedes.

Iniciou na magistratura paranaense em 1953 nomeado para a 5ª Seção Judiciária - Ponta Grossa. Judicou em Ipiranga, Tibagi, Pitanga, Reserva, Ribeirão do Pinhal, Cascavel, Guarapuava e Curitiba, aonde chegou em 1962. Em 1982 foi nomeado juiz de alçada, eleito vice-presidente daquela Corte. Em 1983 foi promovido ao cargo de desembargador do TJPR.

Aposentou-se em 1995.

Seu avô paterno, o abastado comerciante José Rodrigues de Mattos Guedes, companheiro de desdita do Barão do Serro Azul, foi morto no Km 65 da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, no triste episódio da Revolução Federalista.



Frederico Mattos Guedes e sua esposa Durilda.



A juíza de direito Lídia Munhoz Mattos Guedes e seus pais, Durilda e Frederico Mattos Guedes.

Lídia Munhoz Mattos Guedes

Nasceu em Guarapuava (PR), no ano de 1963. Filha de Durilda e Frederico Mattos Guedes. Bacharel pela Faculdade de Direito de Curitiba, Turma 1986.

Ingressou na magistratura em 1989, nomeada para a Seção Judiciária de Irati. Titular em 1991 da comarca de Palmital. Judicou, igualmente, em Prudentópolis, Laranjeiras do Sul e Guarapuava. Promovida para a entrância final de Curitiba em 2000. Em 2002 assumiu a 1ª Vara de Infância e Juventude.

Na Amapar exerceu os cargos de 2ª Secretária, gestão Roberto Portugal Bacellar - 2002/03, 1ª Secretária gestão Gilberto Ferreira - 2004/05 e Diretora Executiva gestão Fernando Ganem - 2012/13.

Andanças e vivências de um juiz

Por Jamil Lourenço

Aceitei o convite da professora Chloris Elaine Justen de Oliveira, nossa ilustre editora da revista Toga e Literatura, para participar desta edição, narrando algumas passagens profissionais no exercício da judicatura no Paraná.

É um momento interessante de minha vida profissional relembrar em algumas palavras fatos ocorridos durante a carreira e outros a eles vinculados, igualmente importantes.

Nos idos de 1950, quando concluía o curso ginasial, aos 14 anos de idade, apareceram as primeiras imagens de televisão no Brasil. Até então o rádio era o meio de comunicação preponderante com a transmissão das notícias locais e as de todo o mundo científico, político, econômico e artístico. Poucas famílias se dedicavam regularmente à leitura de livros, jornais e revistas, o que de modo geral influía na formação intelectual e profissional dos filhos. Neste contexto social de

limitadas opções ocorreu, em meu caso, a ideia de ser juiz.

Mesmo sem uma referência externa ou cobrança específica em casa, adquiri espontaneamente o hábito de ler. Os livros me propiciaram a escolha da carreira da magistratura, embora não tivesse a plena consciência do que devesse ser um magistrado, pois nessa época ainda prevaleciam os pensamentos pueris: “Ah!... eu quero ser bombeiro”, “eu quero ser motorista de ônibus”, “dentista”, “eu quero ser médico” e outras diferentes profissões.

Num determinado momento da vida entendi que cursar a Faculdade de Direito era requisito prévio para atingir meu objetivo. E teria que ser na Universidade Federal do Paraná, por ser gratuita e viável para a realização daquele sonho. Mas foi somente durante o curso que me convenci de que aquele era de fato o meu ideal.

Formado em 1960, iniciei, por decisão própria, na advocacia, e em três anos auferi ótimo resultado financeiro: adquiri um auto-



móvel - DKW Vemag – comprei um terreno e madeira para construir uma casa. Mas em 1964 abriu o concurso para ingresso na magistratura. Inscrevi-me, passei e assumi uma vaga de juiz substituto do estado do Paraná. Foi o início da efetiva luta pelo sonho idealizado. O primeiro impacto foi o financeiro, percebia um terço do que ganhava na advocacia. Mas o sonho se tornou realidade.

Um bom conselho - Mercer Junior

Saguão do Palácio da Justiça do Paraná. Os aprovados no concurso da magistratura confabulavam sobre assuntos debatidos nas arguições, quando chegou o provento des. Edmundo Mercer Junior, Corregedor-Geral de Justiça, que logo se integrou na conversa. Encontro inesperado com um grupo de noveis magistrados, quando um de nós perguntou-lhe:

- Desembargador Mercer, quais são os requisitos para se tornar um bom juiz?

E de imediato veio a resposta:

“Em primeiro lugar, o juiz deve ser honesto. Honesto, firmou ele, no seu mais amplo significado, honesto com ele mesmo ao externar seus pensamentos e posições afirmativas ou negativas, mantendo-se dentro das regras sociais, digno, honrado, demonstrando elevado caráter em suas atitudes. Honesto com os seus, sua mulher, seus filhos, parentes e amigos.

“Em segundo lugar, o juiz tem que ter bom senso. Ora, afirmou ele, a lei é bom senso, visa atender aos anseios do cidadão que a elaborou por intermédio de seus representantes. Aquele conjunto de normas deve ser seguido pelo cidadão para o bem da coletividade no âmago do contexto social.

“E, por final, em terceiro lugar, entender um pouco de Direito, porque o seu conhecimento aliado ao seu bom senso e à honestidade de seu convencimento irão proporcionar o caminho legal para bem decidir a causa que lhe vier às mãos.”

As simples palavras proferidas pelo conceituado magistrado foi a orientação de iní-

cio de carreira dos jovens idealistas, o primeiro passo para alcançar o objetivo a que se propuseram.

Campo Largo - Delegado especial

Uma senhora solicitou uma audiência com o juiz para reclamar que seu marido havia sido preso, acusado do furto de uma galinha. E que ela fora impedida de visitá-lo na cadeia, tendo ouvido de terceiros que ele sofrera sevícias para confessar o delito. Determinação imediata ao oficial de justiça para ir até a delegacia inteirar-se dos fatos e trazer o preso até o fórum. Ausente o delegado, coube ao carcereiro cumprir a ordem e trazer o preso à presença do juiz, que logo constatou a veracidade da narrativa da esposa. O acusado, além de escoriações pelo corpo, tinha o globo ocular esquerdo levemente exposto, provável resultado de uma pancada. Inquirido, o carcereiro não negou os fatos, a prisão e as sevícias, confirmando que o homem era acusado de furto de uma penosa e que realmente havia sofrido maus tratos pelas mãos do próprio delegado.

Após a determinação de atendimento hospitalar imediato ao preso, constatada a irregularidade da prisão e tomado o seu depoimento, o do carcereiro e do oficial de justiça, o acusado foi liberado e o fato comunicado às autoridades. Seguiu-se a solicitação da designação de um delegado especial para promover as medidas necessárias que o caso merecia.

Houve repercussão do fato, o que me obrigou a explicitar as medidas tomadas perante a Corregedoria-Geral da Justiça, cujo titular era o desembargador Edmundo Mercer Junior. No encontro ouvi do corregedor que o envolvimento de um delegado de polícia nomeado pelo governador do Estado poderia acarretar algum aborrecimento futuro, ainda mais que havia o pedido de um delegado especial para investigar os fatos. No princípio, achei que poderia ser uma reprimenda e assim saí cala-

do do gabinete. No corredor, pensava na minha atitude, se não teria agido com bom senso ou se não tinha aplicado os parcos conhecimentos legais para dirimir a questão! Eis que fui novamente chamado à presença do Corregedor. O des. Mercer então me explicou que o alerta visava esclarecer que no exercício da função judicante, o mais das vezes, um ato político pode ser interpretado conforme as conveniências de seu intérprete. Naqueles tempos era privilégio do governador o preenchimento de cargo por livre-arbítrio e geralmente os apadrinhados de autoridades consideravam-se acima da lei. Lembrei-o daquela conversa sábia e informal no saguão do Palácio da Justiça, no início do exercício da função judicante e ele, pensativo, me acomodou, acolheu meus pensamentos, concordando com a providência tomada.

A esse baluarte da magistratura paranaense, os meus respeitos ao lembrar dos ensinamentos ministrados com palavras e escritos, e em especial aqueles subscritos por Javolenus, seu heterônimo, publicados no jornal Gazeta do Povo. Ressalto ainda a publicação do Manual do Processo do Júri, uma verdadeira cartilha que orientava, passo a passo, o difícil procedimento do Tribunal do Júri.

Marechal Mallet - A surdez do jurado

Júri envolvendo duas mulheres jovens na morte de seus filhos, trazendo uma excepcional expectativa pela realização do júri. Consultas ao valioso Manual do Júri, que era bastante minucioso, mas ocorriam situações de fato que dependiam da interpretação da lei. Cumpridas todas as normas processuais aplicáveis, abertura, sorteio dos jurados, acusação, defesa, ouvida das acusadas e das testemunhas e, na madrugada do outro dia, veio a fase do questionamento dos jurados, após a explicação dos quesitos, oportunidade em que o juiz pergunta, em conjunto e individualmente aos jurados se havia alguma



dúvida e se estavam habilitados a julgar o réu, explicitando as perguntas a serem respondidas.

Nesse momento, notei que um dos jurados não estava entendendo o que eu falava. Insisti na exposição. Um jurado interveio e esclareceu que o outro não ouvia, era surdo, e que, percebendo a incapacidade auditiva do colega, por ocasião do sorteio alertou-o de que estava sendo chamado pelo juiz para sentar nas cadeiras separadas e ele simplesmente obedeceu, levantou-se, dirigiu-se ao assento designado, não demonstrando assim a deficiência. Esclareceu ainda o jurado interveniente que não dera importância à surdez, pois que era a primeira vez que ambos participavam de um Tribunal do Júri. Em consequência, ante a dúvida surgida a sessão foi anulada, bem como todos os atos processuais realizados. Após, houve uma explicação detalhada a todos os participantes, inclusive à comunidade presente, do porquê de tal decisão, ressaltando a importância do Tribunal do Júri e sua finalidade. Tal experiência levou-me a ter maior cuidado com a precisão dos detalhes que a lei exige na sua aplicação. Essas situações ocorrem e o novíço deve estar atento para evitar problemas daí decorrentes.

Vara de Família da Capital - Adendo da Liminar

Um famoso advogado militante trouxe pessoalmente um pedido, formulado em causa própria, num processo de separação de corpos, no qual já estava deferido o pedido liminarmente por outro magistrado. Solicitava autorização para ocupação da área restrita ao uso da empregada doméstica no apartamento do casal, uma vez que mesmo antes da separação não era utilizada, pois nunca tiveram serviçais que a ocupasse. Além disso era uma área com entrada e saída independentes e que o casal tinha adquirido tal apartamento com muito sacrifício, já que se tratava de um bem de alto valor e ambos os consortes não tinham condições de mantê-lo e ainda suportar outras despesas particulares com as suas próprias acomodações, em face de situação advinda da liminar concedida. Dizia mais que, de um modo ou outro estariam se encontrando nos corredores, no saguão ou no estacionamento do prédio, e isso traria condições para uma reconciliação. Depois de muito pensar na causa, aquilatando os prós e contras da situação, concedi um “adendo à decisão”. No outro dia, alguém bateu na porta do meu gabinete, interrompendo os despachos e ali adentrou um dos mais famosos advogados de Curitiba e do Paraná na época, o nosso ilustre professor José Rodrigues Vieira Netto, catedrático da Universidade Federal do Paraná, onde nos formamos.

Disse-me ele:

–“Jamil você foi meu aluno. Onde encontrou fundamentos jurídicos para conceder essa medida, um adendo à liminar?”

Desconversei, convidei-o a se sentar enquanto pedia um cafezinho. Saudei-o, agradecendo a visita, o prazer de sua presença, desviando do assunto que trazia ao meu conhecimento.

Lembrei-o de meu tempo de advogado, ainda em Pato Branco, reiterarei o agradeci-

mento pela indicação de um causídico em São Paulo para substabelecer uma causa minha que tramitava na cidade paulista. Constei-lhe que esse advogado, que fora presidente da Ordem dos Advogados de São Paulo e professor da USP, dr. Ildélio A. Martins, se tornou um grande amigo meu.

Relembrei, igualmente, que ele, Vieira Netto, havia sido paraninfo da minha turma de faculdade, 1960, e fora escolhido por unanimidade. E que durante a proferição de suas aulas na cadeira de Direito Civil eu não conseguia acompanhá-las plenamente, pois quase sempre se embasavam na obra de Pontes de Miranda e este, muitas vezes, se utilizava de termos próprios para definir muitos institutos jurídicos, tornando difícil a sua compressão, o que me rendeu uma 2ª época na matéria. A sua explicação posterior, no entanto, no sentido de que para entendê-lo havia a necessidade de estudar os dois primeiros tomos de sua obra nos valeu a compreensão de suas aulas no ano seguinte. Portanto, como concluí, teria aprendido em suas aulas o que então sabia de Direito Civil, aplicado agora no exercício da atividade judicante e em especial as experiências observadas na própria vida. Recebi o pedido de reforma do despacho, sem revogá-lo, e dele não houve recurso.

Mas não findou a história. Após uns oito meses encontrei o casal daquela ação na Praça Zacarias, em Curitiba. Vieram calmamente ao meu encontro e reconheci ser o tal advogado do pedido do “adendo da liminar” e ele me apresentou a senhora que o acompanhava como sua esposa, contando que haviam feito um acordo no processo, mostraram as passagens de uma viagem que iriam fazer juntos, uma segunda lua de mel como prova da reconciliação. Ambos agradeceram o adendo da liminar. Vieram-me à lembrança, novamente, os ensinamentos do ilustre Edmundo Mercer, como reconforto ao resultado daquele “adendo da liminar”.

São João do Triunfo - De carona em carona!

Juiz substituto em São João do Triunfo fui designado para instalar e presidir um júri na comarca de Irati, no dia seguinte. Parti de São João do Triunfo em direção a Palmeira ‘de carona’ em um veículo da Petrobras que fazia normalmente esse trecho levando e trazendo os funcionários.

Naquela época havia apenas uma linha de ônibus entre Palmeira e Irati, com horário determinado. Quando cheguei em Palmeira a condução para Irati já havia partido e a solução seria pegar uma carona na Polícia Rodoviária. O posto policial ficava na estrada e para chegar até lá teria de pegar outra carona. Com a ajuda de um funcionário e uma espera de 15 minutos consegui embarcar num caminhão carregado de toras. O motorista me informou que na cabine do veículo levava sua família, mulher e filhos e me conduziu ao tablado, isto é, à traseira do caminhão, observando que o percurso era curto, de apenas 5 km até o posto da Polícia Rodoviária. Subi no tablado e partimos para o breve percurso. Eu em pé, de terno e gravata, pasta de mão e uma maleta, agarrado na parte traseira do caminhão, passeando pela cidade até chegar ao meu destino. Jamais imaginaria passar por tal situação, um tanto jocosa, mas necessária para presidir o júri.

Mas não tinha chegado ao meu destino ainda. No posto, o policial me arranhou uma carona num caminhão FNM supercarregado, até Irati, mas viajaria na cabine. Porém, o motorista iria jantar na churrascaria. Não como carne, mas enquanto aguardava também fui jantar dois ovos, maionese e pão.

A distância entre as duas cidades é de 77 km, que hoje se percorre em uma hora. Completamos o percurso em cinco horas, porque em estrada ensaiada e caminhão carregado.

Apesar de tudo, cheguei a tempo de presidir meu primeiro júri. Também era o primeiro



Jamil Lourenço, Sérgio Arenhart, Romeu Rauen (secretário do TJPR), Edson Ribas Malachini e Francisco de Paula Xavier Neto.

júri do advogado de defesa, o promotor de justiça era dativo e o réu, primário. Os jurados, igualmente novatos, comporiam um tribunal pela vez primeira. Iniciados os trabalhos, o promotor sintetizou a acusação lendo o libelo, o advogado formulou a defesa, mas em seguida, emocionado, passou a chorar e a defesa se encerrou com muitos soluços e o pedido de absolvição do réu. Não houve réplica nem tréplica. As testemunhas não eram presenciais. Os jurados fizeram poucas perguntas.

Elaborados os quesitos, explicados e respondidos pelos jurados, uma hora após estava encerrada a sessão do Tribunal do Júri, com a absolvição do réu. Na verdade, foi o júri mais rápido que presidi em toda a minha carreira e cumprindo todos os preceitos legais exigíveis.

Palmas - Brigada de incêndio

Na Comarca de Palmas, nos idos de 1967/1968, a cidade mais fria do Paraná, onde nevou várias vezes, ocorreram dois fatos interessantes quando lá exerci a judicatura, sendo o primeiro um incêndio num armazém em frente à moradia designada para o juiz e que trouxe grande apreensão a toda a comunidade, pois

ao seu lado havia um depósito de gás e do outro um hotel, vizinho de um posto de gasolina.

Inquieto e preocupado também fiquei com a situação de inércia no atendimento ao desastre, uma vez que não havia corpo de bombeiros na cidade. O calor era tão intenso que provocou o aquecimento da casa do juiz, no outro lado da rua, obrigando algumas pessoas que estavam ajudando a debelar o incêndio a jogar água também nessa minha casa, pois era iminente o incêndio.

A população, sem qualquer experiência de atendimento a tais casos, dirigiu-se ao local e os mais solícitos tentaram apagar o fogo, mas infelizmente, sem qualquer comando ou experiência, sua ajuda era ineficaz. Os bens móveis envolvidos eram arrancados de qualquer maneira, tornando-se ao final imprestáveis. No Quartel da Brigada do Exército havia um equipamento para atendimento de casos de incêndio e seu comandante, capitão Sílvio de Figueiredo Júnior, tomou as medidas necessárias, conseguindo ordenadamente orientar a comunidade, evitando que o fogo migrasse para o depósito de gás, para o posto de gasolina ou para as casas próximas, extinguindo totalmente o fogo.

A partir desse acontecimento, fiz um apelo à comunidade palmense para ocupar-se do assunto e foi criada uma associação de voluntários que receberam orientação especial dos militares sediados na Brigada Militar, um curso de debelação de incêndio com aulas realizadas no próprio Quartel do Exército. Por outro lado, a Prefeitura e o Estado tomaram as devidas providências para montar uma estrutura oficial visando a manter esse serviço público.

Palmas - O garoto da máquina de escrever

Outro fato importante é sobre um garoto de 16 a 17 anos, datilógrafo no Cartório Cível do Escrivão Emar. Nunca tinha visto tanta destreza com a máquina de escrever mecânica, pois além de rápido era preciso.

Na época tornou-se famoso entre nós, embora pouco reconhecido.

Tempos depois fui para Cascavel e depois Curitiba. Convocado para atividades funcionais na Corregedoria-Geral da Justiça fui informado de que havia um cidadão à minha procura. Ao adentrar o gabinete ele se apresentou, mas não reconheci o homem de barba raspada, terno e gravata. A grande surpresa: tratava-se do garoto da máquina que parecia elétrica. Contou-me que se formara em Direito e que estava ali para ver se eu podia lhe dar um atestado de que o conhecia, para se inscrever no concurso da magistratura.

Fiquei alegre de poder dar esse testemunho.

Algum tempo se passou e mais uma visita recebi daquele advogado. Viera me participar o seu êxito, passara no concurso e já era magistrado. Mais uma surpresa, presenteou-me com um livro - A Ação Pauliana, monografia de sua autoria. Sinceramente, fiquei comovido, renovado, muito contente e agradei a oportunidade de conhecer uma pessoa digna de ser admirada por todos nós.

Passaram-se mais alguns anos e estive ausente de nossa Curitiba. Em visita ao Tribunal de Justiça, passando pelos corredores do prédio, pretendia encontrar o gabinete do des. Ruy Fernando de Oliveira, meu colega juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, nos idos de 1980. De repente, em uma das portas daquele longo corredor estava escrito desembargador Lauro Laertes de Oliveira. Não pude refrear a satisfação em visitá-lo e cumprimentá-lo: era o garoto da máquina de escrever que parecia elétrica.

Uma lembrança que não posso omitir neste repositório de memórias.

Palmas - Queixa de mulher

Uma senhora robusta e plena de vida veio pedir a adoção de uma medida contra o seu marido. Queixava-se ela de que todos os sábados, quando ele recebia o salário na serraria



Na frente: desembargadores Negi Calixto e Sydney Zappa.

onde trabalhava, passava por alguns bares da cidade, chegando em casa alcoolizado, pondo-se a destratá-la verbalmente e até a agredi-la com tapas e empurrões.

Marquei uma audiência para que o acusado de maus tratos com a esposa comparecesse na segunda-feira seguinte, em horário marcado. Apresentou-se, então, o marido, cidadão forte, baixinho e sério. Depois de informado sobre a acusação, admitiu os fatos e, de cabeça baixa, comprometeu-se a não praticar mais qualquer gesto agressivo contra a sua mulher. Alertei-o das consequências, poderia ser processado e preso se continuasse a agir de modo violento.

Na segunda-feira seguinte lá estava de novo dona Maria, contando a mesma a história, os fatos que se repetiram. Então, tomei sua declaração, avisando-a de que ele seria processado, mas que ela tomasse *as medidas necessárias* para evitar o contato com ele nessas ocasiões e qualquer dúvida que voltasse, pois ele seria intimado do processo. Informada do procedimento, ela recuou, não queria que ele fosse preso, tinham seis filhos menores e ela e as crianças dependiam do salário do marido. No mês que antecedeu as eleições

dona Maria não apareceu, depois vieram as férias de janeiro e da mesma forma não mais compareceu ao fórum.

Na companhia do dr. Alfeu Milla Queiroz, promotor de Justiça, algumas vezes, à tarde, no intervalo entre uma audiência e outra, atravessávamos a praça em frente ao fórum e íamos até a padaria tomar um cafezinho, conversar sobre os nossos problemas. Numa dessas vezes, encontramos naquele local o prefeito, o presidente da Câmara, um advogado e um médico que tinham o mesmo hábito.

Quando já estávamos nos preparando para voltar ao fórum, eis que passa por ali dona Maria, que veio nos cumprimentar. Quando chegou mais perto, até curioso perguntei-lhe se estava tudo bem e ela imediatamente respondeu:

“Agora sim, depois dos conselhos que o senhor me deu”.

E continuou:

“Pois é, doutor, ele chegou do mesmo jeito de sempre, embriagado e alterado e, como estava chovendo, eu tomei as medidas necessárias para evitá-lo, como o senhor disse: “tomar as medidas necessárias”.

Nesse momento os presentes se calaram e passaram a prestar a atenção na conversa.

“E daí eu não deixei ele entrar, empurrei-o para fora da casa e fechei a porta com a chave. Ele reclamou, mas logo se calou, não reclamou mais e eu fiquei na minha.”

“Mais tarde, quando a chuva passou, abri a porta e vi ele estirado no chão e todo molhado. Daí pensei comigo: “matei meu marido, estou lascada!”

“Mas não doutor. Ele ainda estava na cachaca, então ajudei-o a se levantar, retirar a roupa molhada, a deitar na cama e ele dormiu como um anjo.”

E para encerrar a conversa, disse:

“Bom, então a partir daí, ele não bebe mais?”

Ao que ela respondeu:

“Não, doutor, ele continua bebendo do mesmo jeito, mas agora chega em casa e vai pra cama

quietinho, quietinho e não reclama de mais nada.”

O médico, tirando as suas conclusões fez um pequeno comentário:

“Doutor Jamil, o senhor tem alguns métodos interessantes e peculiares para resolver certos problemas”!

Nada respondi. Na verdade, naquela conversa com a mulher deixei por sua conta a solução do problema, mas interiormente havia pensado e não disse: “ora um cidadão franzino e alcoolizado, embora aparentemente forte, bastaria a ela dar uns trancos nele para acalmá-lo, pois ela sim era bem maior e mais forte do que ele”.

Bem, estes fatos ocorreram nos idos de 1967, portanto há cinquenta anos passados e a partir daí nunca mais soube da dona Maria, mas sempre penso na solução dada nesse caso.

Palmas - Divisão e Organização Judiciárias

Em 1968, estava eu em Palmas, comarca de 2ª entrância, quando o Tribunal de Justiça alterou a Lei de Divisão e Organização Judiciárias do Estado. Ficou estabelecida nova nomenclatura para as comarcas até então classificadas de 1ª a 4ª Entrâncias e a última de Especial, Curitiba. A lei atendia aos requisitos básicos: número de habitantes, movimento processual, número de eleitores, situação política favorável. As 107 comarcas de então passaram a outra classificação: Inicial, aquelas denominadas de 1ª entrância. As de 2ª, 3ª e 4ª entrâncias foram agrupadas na Intermediária e a Especial passou a ser Final, Curitiba, equiparando-se a esta Londrina, Maringá e Ponta Grossa. Quer dizer, mais um degrau na carreira. Inúmeras varas foram criadas nas comarcas, acrescido também o número de juizes, resultando em diversas oportunidades aos magistrados para se adaptarem na carreira por promoção, na comarca que melhor lhes aproovessem.

Em decorrência, solicitei promoção para todas as comarcas de entrância intermediária

que atendiam a minha situação, uma vez que Palmas, comarca de 2ª entrância passou a ser inicial na nova estrutura organizacional e eu precisava ser promovido para uma comarca intermediária. Foi um período de adaptação para o Judiciário paranaense. A fim de regularizar a situação funcional na maior brevidade de tempo, todos os juízes naquela situação requereram promoção para todas as varas condizentes. Terminado o prazo de pedidos de adequação, estive no Tribunal de Justiça para me informar sobre quais eram as comarcas que eu estava concorrendo com chance de promoção. Fui atendido por um solícito funcionário, que mesmo sem saber quem eu era começou a citar os requerentes para as respectivas varas e vagas e, sem surpresa, explicou que havia 30, 40 ou seja um número acentuado de colegas solicitando remoção para as comarcas mais importantes e de maior desenvolvimento cultural e social, aquelas que já se encontravam classificadas em 4ª entrância e desta somente caberia promoção para a Final. E assim passou a nominar os candidatos para Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Paranaguá, União da Vitória e outras mais, motivando-me a perquirir sobre as da antiga 3ª e 2ª entrância, cujo interesse dos colegas, da mesma forma, era acentuado. E aí me lembrei da comarca de Cascavel de 4ª entrância. Surpresa maior foi quando o funcionário me respondeu:

“Olha, doutor, só tem um louco que quer ir para lá, um tal de Jamil Lourenço”.

Quando soube que o “louco” era eu, constrangido desculpou-se, esclareceu que era uma comarca muito complicada, com diversos problemas locais e por ela não havia nenhum requerimento, nenhuma disputa. Diante disso, desisti de concorrer nas demais vagas. Requeri naquele mesmo dia, fui indicado pelo Tribunal de Justiça e o governador assinou o ato de remoção. E deixei de me preocupar com a disputa fervorosa que ocorria para as demais vagas.

Cascavel - e o funcionário tinha razão!

Tratava-se de uma comarca extensa, abrangia seis distritos: Santa Tereza, Catanduvas, Ibema, Três Barras, Cafelândia e Corbélia, distribuídos em 14 cidades e, aproximadamente, dezenove mil eleitores.

Antes mesmo de tomar posse soube sobre o incêndio no prédio da prefeitura e que o inquérito fora encaminhado ao fórum para ser esclarecida a causa e, logo em seguida, o edifício do fórum, igualmente, se incendiou.

Inúmeros eram os conflitos possessórios naquela região, decorrentes de fatores diversos, a valorização das terras, a quantidade de pinhais, titulação de áreas, muitas delas duplicadas criminosamente, outras com denominações diferentes, sem contar os títulos expedidos pela União Federal, porque localizados na faixa de fronteira.

Na área criminal também era volumoso o trabalho. As partes em disputa das terras ocupadas ou invadidas mantinham uma guarda particular, composta de elementos não muito sociáveis, causando conflitos violentos com ameaças e mortes nas fazendas e na cidade. Isto tudo desafiava o empenho do juiz que precisava ainda dar continuidade aos processos cíveis e criminais salvados do incêndio, restaurados, e refazer todos os títulos eleitorais, pois o ano era eleitoral.

Diante da quantidade de serviço, necessário foi pedir ao Tribunal de Justiça a designação do jornal diário da cidade “O Estadão” como órgão oficial de publicação dos atos judiciais (conf. art. 236 e 237 do Código de Processo Civil), considerando-se que não havia estrada asfaltada, o serviço telefônico era precário, bem como não havia linha aérea, dificultando a comunicação que a estrutura judicial e a segurança exigiam.

E assim entendi o porquê da exclamação do funcionário do Tribunal de Justiça!

Com o passar do tempo, estradas asfaltadas chegaram à região, bem como o serviço

de comunicações, os transportes melhoraram e os pinheiros acabaram, restando a terra que passou a ser aproveitada com a produção agropecuária, enriquecendo e transformando a região numa das mais ricas do Estado.

Da mesma forma ocorreu no Judiciário, pois os onze mil processos cíveis existentes na vara justificaram a criação de mais duas varas cíveis, a 2ª e a 3ª, uma Vara de Família, Menores, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e mais uma Vara Criminal, a 2ª. E também um prédio novo para o fórum, compatível com o número de varas, a expansão e o volume de trabalho da comarca.

Essa ampla melhoria dos serviços jurisdicionais foi resultado de trabalho incansável tanto dos membros da magistratura quanto do Ministério Público, advinda do convencimento dos gestores da coisa pública da necessidade de reestruturar o organismo judicial - material e pessoal -, diante do desenvolvimento econômico e social de Cascavel.

Na gestão 1969/73, sendo presidente do Tribunal de Justiça o des. Alceste Ribas de Macedo, as necessidades estruturais da comarca foram atendidas e houve sensível progresso.

Na época, um magistrado da comarca, o mui digno Hélio Enor Engelhardt, criou a Firtumel – Instituição Civil de Amparo aos Menores de Cascavel, o promotor de Justiça Danilo de Lima fundou a Casa do Ancião, com a participação do também promotor João Batista Cobbe, e houve a criação da Fecivel – Faculdade de Ciências e Letras de Cascavel. O grupo acima apontado dedicou conhecimento, esforços e tempo para o êxito do empreendimento.

A Faculdade de Cascavel foi um sonho da comunidade cascavelense vivido pelo prefeito Octacílio Mion que o interpretou e tornou realidade.

Na ocasião fui convidado por aquele visionário administrador a participar da fundação

da faculdade. Aceitei a incumbência e reuni-me diariamente com outros dois professores mais o citado Danilo de Lima, também convidado. Depois do expediente forense nos reuníamos numa sala de audiências no prédio da Câmara Municipal onde, por empréstimo, funcionava todo o Judiciário após o incêndio ocorrido no fórum.

Dessas reuniões se produziu a lei que criou a Fuop – Fundação Universidade Oeste do Paraná, depois transformada em Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel e seu Regimento Interno, que gerou o processo tramitado no Ministério da Educação. Na ocasião, o Conselho Federal de Educação, por seu presidente, exigiu que fosse designado um diretor para a faculdade e o prefeito municipal indicou meu nome para preencher o cargo provisoriamente e assim finalizar os trâmites para a autorização do funcionamento. Mas o Conselho Federal indeferiu a indicação provisória e determinou a sua correção. Diante disso, consultei o corregedor-geral da Justiça sobre a situação criada. O desembargador não viu nenhum impedimento decorrente do ato. Então assumi o cargo de diretor, enquanto não fosse encontrado um substituto.

Hoje aquela semente frutificou e se consolidou na Universidade do Oeste do Paraná – Unioeste - sede em Cascavel e faculdades em Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Mal. Cândido Rondon e Toledo, levando o conhecimento social e científico para os jovens da região e de todo o país.

Registro tais fatos para a memória daquela instituição e por sentir orgulho de ter participado da fundação do primeiro estabelecimento de ensino superior da região sem prejuízo da função de magistrado. Entendo que é obrigação do juiz participar de atividades que contribuam para o progresso da sociedade em que vive.

Em Cascavel tive a oportunidade de instituir com os colegas das comarcas vizinhas de

Matelândia, Medianeira, Mandaguaçu, Toledo, Foz do Iguaçu, Corbélia, Assis Chateaubriand uma denominada Reunião Social e de Estudos, realizada mensalmente em uma dessas sedes no fim de semana. No sábado nos encontrávamos para um jantar com a família e no domingo o encontro era de estudos, troca de experiências e estabelecimento de práticas processuais. As reuniões, além da confraternização, nos proporcionava entrosamento pessoal e de nossas famílias, aliás, amizades que perduram até hoje.

Em 1978 Cascavel sediou o VI Seminário Regional da Magistratura Paranaense, patrocinado pela Associação dos Magistrados do Paraná, quando apresentei a tese: “O Procedimento Ordinário, suas Dúvidas e Dificuldades” e o colega Munir Karam: “Da Prisão Albergue”, ambos publicados na Revista da Associação dos Magistrados do Paraná.

Fui promovido para Curitiba em setembro de 1978, nomeado para a 6ª Seção Judiciária da comarca de entrância final da Capital e convocado para a função de juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, na gestão dos desembargadores Zeferino Mozzato Krukoski e Ossian França. Naquele período, fui designado para substituir titulares em varas e comarcas da Seção, além de participar das Correções Ordinárias em quase todas as comarcas do Estado, auxiliando os corregedores mencionados em suas gestões.

Alguns trabalhos foram realizados na Corregedoria-Geral da Justiça com a participação de nosso querido amigo e colega e também juiz auxiliar Ruy Fernando de Oliveira e, dentre eles, menciono:

1. Elaboração de parecer no sentido de esclarecer e complementar as atribuições dos juízes auxiliares da Presidência e da Corregedoria-Geral existente então na Lei de Divisão e Organização Judiciárias.

2. Anteprojeto de modificações no funcionamento do Protocolo Cível do Fórum de Curitiba.

Jamil Lourenço

Nasceu em Curitiba em 1936, filho de Geny e Pedro Lourenço. Realizou os primeiros estudos na Escola de Aplicação do Instituto de Educação do Paraná, no Colégio Iguaçu e Novo Ateneu. Cursou o CPOR em 1955. Bacharel pela Faculdade de Direito da UFPR Turma 1960. Advogou na Capital, Paranaguá, Pato Branco, Francisco Beltrão e Palmas, durante quatro anos.

Em 1964, mediante concurso, ingressou na magistratura na função de juiz substituto, nomeado para a 12ª Seção Judiciária, designado igualmente para comarcas que integravam outras sessões, 14ª, 1ª e 2ª. Em 1966, aprovado em concurso para juiz de direito foi nomeado para Mallet, 1ª entrância. Em 1967 removido para Pirai do Sul, promovido para Palmas e, em 1969, Cascavel, entrância intermediária, respectivamente. Dez anos após, promovido para Curitiba, exerceu a função de juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, gestão Ossian França - 1979/80. Em 1981 assumiu a Vara de Execuções Penais e

3. Projeto de criação da Central de Mandados, junto às Varas Criminais de Curitiba.

4. Projeto de criação e implantação do Plantão de Habeas Corpus.

5. Anteprojeto da criação do Relatório Confidencial da Magistratura junto à Corregedoria Geral da Justiça, visando dar elementos objetivos da atividade jurisdicional dos magistrados e servir de apoio e auxílio na escolha das promoções e remoções da carreira.

6. Anteprojeto de criação de Varas Distritais na Lei de Divisão e Organização Judiciárias.

7. Anteprojeto de criação do Regulamento do Concurso de Juiz Substituto da Justiça do Paraná.

8. Projeto do Sistema de Cadastramento e Controle de Antecedentes Criminais e Incidentes da Execução da Pena, a ser instalado por processamento de dados na Vara de Execuções Penais.

Corregedoria dos Presídios da Capital. Em 1983 requereu aposentadoria, encerrando a carreira na magistratura paranaense.

Em 1984, convidado a participar da Associação de Ensino Guaporé, mantenedora das Faculdades de Direito, Engenharia e Agropecuária de Rondônia, transferiu-se para Ji-Paraná, onde lecionou na Faculdade Federal de Rondônia, na Escola da Magistratura e no Centro de Estudos de Rondônia. Nesse empreendimento, que ajudou a instalar, promoveu encontros, conferências e simpósios com a presença de ilustres juristas nacionais. Integrou a OAB local e foi designado juiz de paz. Em 1986, transferiu-se para a capital daquele estado, Porto Velho, participando de todas as iniciativas da área jurídica local. No período foi assessor de juiz de direito do Tribunal do Trabalho e de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

Em 2006 passou a residir em Florianópolis, Santa Catarina.

Para esse último projeto, na gestão do des. Marino Bueno Brandão Braga foi contratada a empresa Prodopar – Companhia Paranaense de Processamento de Dados –, para informatizar o cadastramento dos réus no sistema criminal da Vara de Execuções Penais, designando os juízes auxiliares da Corregedoria-Geral da Justiça para participar na criação do sistema em conjunto com o analista de sistema Celso Toledo. Após mais de um ano de trabalho, tal projeto foi transformado em um livro explicativo do funcionamento do cadastramento informatizado e uma demonstração prática no sistema integralmente computado-rizado, onde se constatava seu funcionamento, abrangendo desde o registro do início da ação penal, acompanhamento de todas as fases do cumprimento da pena, incluindo recursos e diligências e informando periodicamente a realização de todos os atos determinados na legislação pertinente, desde a inicial até a sen-

tença e desta até o período da reabilitação e arquivo definitivo do processo.

Além de toda a movimentação do preso durante a execução da sentença, eram diligenciados automaticamente no sistema inclusive o registro de seu comportamento durante a execução da pena desde a sua entrada no sistema, o controle de transferências de regime e de benefícios a serem concedidos, mediante informações expedidas automaticamente sobre os currículos penais ao juízo e demais juízes criminais que também estivessem processando o cadastrado por outros crimes ou contravenções.

O projeto teve apoio da Secretaria de Estado da Justiça e do Ministério da Justiça, sendo que os técnicos deste pretendiam até transformá-lo num ‘projeto piloto’ para ser implantado nos outros Estados e integrado a um sistema nacional.

O projeto, no entanto, não teve a receptividade necessária na gestão seguinte, a do des. Heliantho Guimarães Camargo, por considerá-lo muito dispendioso, deixando de implantá-lo.

Antes de encerrar não posso omitir a lembrança das tertúlias musicais, literárias, de natureza jurídica e festivas de natalício que ocorriam nas residências de alguns magistrados: Clotário de Macedo Portugal Neto, Antônio Franco Ferreira da Costa, Ariel Ferreira do Amaral e Silva, Ary Florêncio Guimarães, Marçal Justen, Assad Amadeo Yassim, Henrique Ferreira Dorfmond, Joaquim de Oliveira Sobrinho, Ossian França, Segismundo Gradowski e de outros que tornaram inesquecíveis esses momentos para os que tiveram o privilégio de estar presentes, pois animadamente desfrutaram de horas aprazíveis quando um dotado em manejar algum instrumento musical deleitava nossos ouvidos com interpretações ou contando histórias ou fato interessante que a todos agradavam, jocoso ou sério, ocorrido com os participantes.

“Respeitar a Justiça”

Assunção ao cargo de presidente do Tribunal de Justiça do Paraná

Por Renato Braga Bettega

“Não contamos vitórias ou derrotas, mas celebramos as lutas. Nossas lutas são pela democracia e pelos direitos humanos. Nosso olhar não se volta para a sociedade, como se estivéssemos distantes, olímpicos, simplesmente a mirá-la. Queremos compreender o mundo e atuar nessa realidade, que é o mar picado da vida, a partir dela e como parte dela.”

Juiz Luís Fernando Camargo de Barros Vidal.

Neste momento em que assumo a honrosa condição de presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, primeiramente agradeço a confiança de meus colegas, com quem permito conhecimento e amizade, pelo apoio à minha candidatura ao cargo.

Confesso-me honrado e desvanecido com o mandato de confiança a mim conferido, razão pela qual reafirmo meu compromisso de exercer a administração desta Corte com absoluto respeito à legalidade e à moralidade

administrativa, para o fim comum de fazer respeitar e realizar a Justiça.

Quero expressar o sentimento de reconhecimento e respeito ao meu antecessor, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, aos colegas desembargadores Eugênio Achille Grandinetti (corregedor-geral da Justiça), Fernando Wolff Bodziak (segundo vice-presidente) e Robson Marques Curi (corregedor), em face da dedicação, afabilidade e espírito público, nesses últimos dois anos, marcando por seus atos e realizações a secular história de 125 anos deste Tribunal.

Como então primeiro vice-presidente, registro aqui minha lealdade à instituição, cumprindo promessa institucional feita por ocasião do processo de escolha da administração que ora chega ao fim.

É com muita honra e orgulho que expreso alguns pensamentos que divido com os integrantes da nova cúpula, desembargadores Arquelau Araújo Ribas, Rogério Luís Nielsen Kanayama, Lídia Maejima e Mário Helton Jorge,



Posse de presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Renato Braga Bettega.



no propósito comum de fazer o Poder Judiciário assumir as suas responsabilidades nesse momento histórico de indefinições.

Dedicamos a maior parte de nossas vidas a essa atividade e hoje chegamos com a responsabilidade de administrar o Poder Judiciário de nosso Estado, sendo inevitável olhar para trás e fazer uma profunda reflexão, tanto sobre o vivido quanto sobre o que está por vir.

Há alguns anos, ao assumir o cargo de desembargador, falei sobre o caminho trilhado, as perspectivas de mudança, as novas atribuições. Retomo aqui a passagem de Dante em sua Divina Comédia:

Dante se vê, a meio caminho dessa vida, perdido em uma selva escura, impedido de sair por uma pantera, um leão e uma loba. O poeta percebe, nesse momento, que havia de algum modo perdido contato com seus ideais e com a

verdade. Os caminhos para sair da selva dos vícios e erros humanos pareciam árduos demais, e ele não podia se decidir por um deles. É quando encontra Virgílio, que lhe mostra estar a distâncias iguais do inferno, do purgatório e do paraíso, e que são suas atitudes que determinarão seu porvir. Quando Dante pergunta qual é o caminho certo, Virgílio responde:

Queres volver à prístina agonia? Por que não galgas o ditoso monte que é a razão e o princípio da alegria?.

Em nosso caso, galgar o ditoso monte referia-se a saber se trilhamos ao longo de nossa jornada um caminho que atingiu verdadeiramente a Justiça – princípio, ideal e moto maior de nossa profissão.

E como Justiça, devemos nos aproximar daquela trazida por Proudhon e Rawls. Para Proudhon, a Justiça é o produto da faculdade



Salão de Atos do Palácio da Justiça.



humana de reconhecer a dignidade na pessoa de seu semelhante como na própria pessoa. Para Rawls, a Justiça tem como pressuposto a igualdade de condições, única possibilidade de se atingir um acordo, distribuindo os valores igualmente, salvo se a distribuição desigual redundar em benefício para todos.

Esse exame nos faz voltar à selva escura do poeta, porque não podemos deixar de notar o quanto nossa Justiça está longe do efetivo cumprimento desses princípios.

Essa estranha dissonância nos força a aprofundar ainda mais o questionamento sobre o contexto da Justiça na sociedade brasileira, seus problemas e o nosso papel, agora como desembargadores integrantes da cúpula diretiva 2017/2018.

Norberto Bobbio expõe com clareza esse pensamento ao afirmar que se deve recordar que o mais forte argumento adotado pelos re-

acionários de todos os países contra os direitos do homem, particularmente contra os direitos sociais, não é a falta de fundamento, mas a sua inexequibilidade.

Não basta, portanto, assegurar direitos constitucionais sem que o Estado-Juiz garanta a efetividade destes, sob pena de serem eles continuamente violados.

Em termos históricos, o Poder Judiciário sempre foi organizado como um burocrático sistema de procedimentos escritos. Em termos funcionais, a instituição foi concebida para exercer as funções instrumentais, políticas e simbólicas no âmbito de uma sociedade postulada como sendo estável, com níveis razoavelmente equitativos de distribuição de renda e um sistema legal integrado por normas padronizadas, unívocas e hierarquizadas.

Ocorre que a realidade brasileira se revela incompatível com esse modelo de Judiciário, já que, por ser instável, iníqua, contraditória e conflitiva, caracteriza-se por situações de miséria, indigência e pobreza que negam o princípio da igualdade formal perante a Lei, impedem o acesso de parcelas significativas da população aos tribunais e comprometem a efetividade dos direitos fundamentais.

Estamos próximos de comemorar 30 anos da promulgação da Constituição Republicana de 1988, e muito do que nela está escrito ainda parece um horizonte e não uma realidade para grande parte da população brasileira.

Não podemos fechar os olhos para esse cenário, mas sim a partir dele guiarmos nossas ações. Vivemos uma época marcada por crises, não apenas econômica, mas também política que ameaça o funcionamento do Estado Democrático de Direito. É nesse contexto que o Judiciário se insere como salvaguarda da sociedade civil, último recurso para que se restabeleçam os valores morais e éticos tão solapados pela corrupção endêmica que



Gabinete do presidente do TJPR.

assola o nosso país.

Já disse o poeta florentino que no lado oposto do Paraíso os lugares mais quentes são reservados àqueles que escolheram a neutralidade em tempo de crise.

Recentemente, assistimos estarecidos a eventos que apenas ilustram a crise do sistema carcerário brasileiro. Conforme dados do Conselho Nacional de Justiça, atualmente, mais de 700 mil presos se encontram cumprindo penas em regime de encarceramento mais ou menos rígido, o que faz do Brasil o país com a terceira maior população prisional em termos absolutos.



À luz dessa realidade, reiteramos os compromissos assumidos, voltados a um Judiciário íntegro, independente, zeloso das liberdades públicas, da preservação do caráter democrático, do respeito aos direitos humanos, em seu papel de guardião da ética, da dignidade e da justiça social. Um Judiciário responsável por cumprir e fazer cumprir a Constituição, chamada de Cidadã, cujos valores ali contidos são tão caros e valiosos.

De forma clara, objetiva, transparente, com respeito à lei e aos mandamentos éticos, vamos continuar caminhando ombreados, unidos para mantermos e ampliarmos as con-

quistas de que tanto necessitamos.

Mostra-se primordial neste momento estabelecer princípios e normas à ação administrativa porque, sem isso, cairemos em desastrosa anomia, criadora da maior insegurança e capaz de transformar o trabalho administrativo em mera sinecura burocrática.

Comprometemo-nos diante dos senhores a nos debruçar sobre as questões administrativas com o maior cuidado, senso, estudo, isenção, objetividade e independência. Isso importa dizer que os atos de gestão administrativa obedecerão a critérios rigorosos, translúcidos e motivados, de forma a manter em elevado grau a dignidade e o prestígio do Poder Judiciário.

Exigirei respeito ao Poder Judiciário, valendo-me de diálogo republicano, franco, firme e direto com o governador, com o presidente da Assembleia Legislativa, com o presidente do Tribunal de Contas e com o procurador-geral de Justiça. Não esqueçamos que a independência é condição para o cumprimento da Justiça.

Do mesmo modo, o relacionamento com os advogados, o Ministério Público, a Defensoria Pública e as Procuradorias do Estado e dos Municípios – todos indispensáveis e essenciais à Justiça – deverá respeitar e guardar os parâmetros constitucionais.

Já passamos por outras turbulências, mas ao final as superamos sempre revigorados. Faz-se necessário, neste momento, defender com firmeza nossos princípios norteadores, para avançar em busca de novas conquistas, no despertar da confiança e da credibilidade do nosso Tribunal de Justiça, tudo em proveito de uma razão precípua: a prestação de um serviço de qualidade em prol do jurisdicionado.

A valorização do ser humano, dos magistrados e dos servidores deve ser uma diretriz fundamental em nossa administração. Uma gestão por competências, por meio de programas de formação, aperfeiçoamento e treinamento

contínuos, contribui decisivamente para os desafios da modernidade.

As carências estruturais do primeiro grau de jurisdição serão devidamente enfrentadas, abrindo-se ainda mais as portas do Poder Judiciário ao povo. É preciso novos investimentos a fim de aperfeiçoar os processos de trabalho, racionalizar e otimizar a tecnologia de informação como instrumento laboral e adotar medidas que forneçam a adequada prestação jurisdicional.

Buscaremos o efetivo fortalecimento das atividades de comunicação social, permitindo a correta disseminação de informações que envolvam as ações do Judiciário, tanto do primeiro quanto do segundo grau. O portal do Tribunal terá caráter eminentemente institucional, servindo para integrar os dois graus de jurisdição. O princípio da transparência exige não apenas que a informação seja pública, mas que também seja acessível.

As propostas enviadas em carta aberta à magistratura serão honradas. Os compromissos assumidos pelo Tribunal de Justiça e que se revistam das formalidades legais serão rigorosamente cumpridos.

E, ao final, agradeço a honrosa presença das autoridades, parentes, amigos e, especialmente, aos oradores que contribuíram para o brilho desta solenidade, com saudações elogiosas e de incentivo. Todos, certamente, pela generosidade que emana de seus corações, atribuíram-nos virtudes que talvez não tenhamos, a não ser a correção e a independência, atributos, aliás, não só nossos, mas da magistratura de nosso Estado.

Uma lembrança especial a todas as pessoas amadas que sempre estiveram do nosso lado, permitindo que nos dedicássemos ao nosso mister, suprimindo a nossa presença diante de outras pessoas também amadas.

Para simbolizar esse amor, invoco o nome dos meus três filhos: Nicole, Bruno e Francis-



Posse do desembargador Renato Braga Bettega.

co, que constituem o tesouro de minha vida, e a saudade imorredoura de meus pais e irmão já falecidos.

À derradeira, lembramos que Dante, ao final de sua jornada, finalmente percebe qual o caminho reto a seguir nas tarefas da vida terrena. E, como ele, depois dessa jornada reflexiva, vemos que não chegamos ao paraíso. Ao contrário, tanto há a ser feito que, em vez de colhermos os louros e finalizarmos nossa carreira no calmo remanso da apatia temos um longo, árduo e promissor caminho a seguir e essa tarefa, depois de tantos anos de judicatura, não nos encontra alquebrados, mas sim revigorados no espírito, com a força inebriante da juventude que a nova missão nos reserva.



Renato Braga Bettega

Nasceu em Curitiba (PR), no ano de 1948. Bacharel em Direito, PUCPR-Turma 1972 e em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração e Economia-Turma 1977. Mestre em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa. Ingressou na magistratura em 1980, julgando nas comarcas de Paranaguá, Capanema, Formosa do Oeste, Reserva, Rio Negro, São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu e Curitiba. Juiz auxiliar da presidência TJPR na gestão Ronald Accioly. Promovido ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná em 23 de março de 2007. Escolhido primeiro vice-presidente do TJPR, na gestão 2015/16. Eleito presidente do TJPR, biênio 2017/18. Na Amapar, exerceu o cargo de vice-presidente na gestão Guilherme Luiz Gomes, 1996/97.

Os desafios da formação de magistrados na contemporaneidade¹

Por José Laurindo de Souza Netto

Quero saudar os amigos e dar as boas-vindas aos alunos do XXXV Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Aplicado e XXXV Curso de Preparação à Magistratura da Escola da Magistratura do Paraná, turmas manhã e noite, desejando a todos um profícuo aproveitamento do ano letivo de 2017.

Tenho muito prazer e muita honra de estar aqui. Foi-me atribuído o honroso encargo de falar nesta solenidade de abertura sobre “Os desafios da formação de magistrados na contemporaneidade”.

Eu prefiro falar em pé, porque considero que este é um direito subjetivo da plateia, mas também porque, pelo cansaço das pernas o orador sabe melhor a hora de terminar. Com isto, já adianto que serei breve. Aprendi nas minhas andanças acadêmicas que o discurso em solenidades dever ser curto e bom e se for curto não precisa nem ser tão bom assim.

Procurei sintetizar minha exposição em seis

tópicos. No primeiro vou falar sobre a Escola da Magistratura do Paraná e seu projeto pedagógico. No segundo sobre a necessária reforma dos poderes de Estado. No terceiro tópico será analisado o novo papel do juiz no mundo contemporâneo. No quarto, os modelos de seleção de magistrados no mundo. No quinto, a formação de magistrados na contemporaneidade e, no último, vou falar sobre a escola que queremos.

I - A ESCOLA DA MAGISTRATURA

A Escola da Magistratura do Paraná - Emap foi criada em 17 de junho de 1983, pela Resolução nº 03/83, do Tribunal de Justiça do Paraná, e mediante convênio celebrado em 02 de agosto de 1983 vem sendo administrada em conjunto com a Associação dos Magistrados do Paraná – Amapar.

Fundada com o propósito maior de atualização, aperfeiçoamento e especialização de magistrados, objetiva também a preparação de bacharéis em Direito para o exercício da



magistratura. Promove, ainda, cursos diversos de atualização de servidores da Justiça e abre espaço para estudos e debates sobre temas importantes do Direito, tudo em prol da melhoria da prestação jurisdicional.

A partir da iniciativa do des. Alceu Conceição Machado, os responsáveis pela criação e implantação da Escola foram os eminentes juízes (hoje desembargadores aposentados) Vicente Troiano Neto, Roberto Pacheco Rocha, Accácio Cambi, Newton Álvaro da Luz e outros, como os desembargadores Ildefonso Marques e Jayme Munhoz Gonçalves, seu primeiro diretor e João Cid de Macedo Portugal, seu primeiro supervisor pedagógico.

Mais tarde, foram diretores da Escola o des. Ruy Fernando de Oliveira (1988/1991), o des. Francisco José Ferreira Muniz e juiz Edson Ribas Malachini (1992), o Juiz Clayton Reis (1993/1995), o des. Newton Álvaro da Luz (1996/1999), o des. Noeval de Quadros (2000/2001), o juiz

Gilberto Ferreira (2002/2003), o des. Noeval de Quadros (2004/2005), o des. Accácio Cambi (2006/2007), o juiz Roberto Portugal Bacellar (2008/2009), o juiz Fernando Antonio Prazeres (2010/2011), o juiz Joscelito Giovani Cé (2012), o juiz Luciano Campos de Albuquerque (2013) e o juiz Francisco Cardoso de Oliveira (2014/2015).

A Escola da Magistratura do Paraná foi credenciada como instituição superior vinculada ao Sistema Estadual de Ensino, de acordo com o Parecer nº. 296/2001, do Conselho Estadual de Educação e nos termos da Resolução nº. 27/2001, da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, autorizada a promover cursos de pós-graduação *lato sensu* em Direito.

A partir de 2008, os Cursos de Formação Inicial e Continuada para Magistrados, para efeito de promoção funcional por merecimento, passaram a ser, obrigatoriamente, credenciados junto à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados-Enfam, seguindo as diretrizes inicialmente dispostas pelas Resoluções da Enfam, que estabeleceram a carga horária, os conteúdos mínimos e a sistemática de avaliação.

Em 2010 recebeu o prêmio “Selo Enfam de Qualidade de Ensino”. Nestes mais de 30 anos de atividade a Escola da Magistratura adquiriu renome nacional, serviu de modelo para vários Estados e prestou auxílio inestimável para a preparação e aperfeiçoamento dos magistrados paranaenses. Foi também um lugar de debate e reflexão dos graves problemas do Judiciário.

Chegou a este prestígio de que goza, graças a dedicação de seus diretores, professores e servidores. Rendo, pois, minhas homenagens nesta ocasião a todos que fizeram parte desse processo, em nome do ex-diretor aqui presente.

¹“Os Desafios da Formação de Magistrados na Contemporaneidade” foi tema da aula Magna da Escola da Magistratura do Estado do Paraná realizada no Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná em 13/02/2017.

A Metodologia

Questão de grande relevância e importância na Escola da Magistratura é a metodologia adotada e o projeto pedagógico.

A metodologia consiste no desenvolvimento de atividades teórico-práticas através de aulas, nas quais se estimula o concurso intelectual do aluno, na análise de casos e nos debates, para a aplicação dos seus conhecimentos teóricos.

O projeto pedagógico está centrado na prática judicial, sendo que o objetivo é aproximar o saber jurídico “à realidade social” para desse modo viver a teoria num contexto prospectivo.

Busca-se assim uma formação profissionalizante e institucionalizada através de ações educacionais voltadas para a prática, mediante um planejamento que incorpora e reflete as grandes políticas educacionais de ensino.

A Escola da Magistratura adota em seu projeto de ensino a alternância das técnicas pedagógicas, evitando-se no máximo possível o método expositivo-passivo que possui baixo índice de aprendizado, privilegiando-se assim o método participativo ativo, demonstrativo, interrogativo e experimental (*Learning by doing*).

No processo de compreensão retemos a média de 10% do que lemos, 20% do que ouvimos e 90% do que fazemos pensando ativamente. Como disse Couture, “não basta estudar, o Direito se aprende pensando”. É por isso que utilizamos preferencialmente os métodos pedagógicos ativos.

II - A INADEQUAÇÃO DOS PODERES DE ESTADO E A NECESSÁRIA REFORMA

Os três poderes que compõem o aparato governamental do Estado – Executivo, Legislativo e Judiciário estão inadequados para a realidade social e política de nosso tempo.

Foram concebidos no século XVIII para uma realidade diferente, quando se imaginava o Estado mínimo, pouco solicitado, mesmo



porque só uma pequena parte da população tinha a garantia de seus direitos.

Esse início de novo século, reivindica novas perspectivas sociais e novo parâmetro de convivência humana.

No Brasil essa inadequação tem ficado cada vez mais evidente, tendo em vista as estruturas sociais injustas, a corrupção e a violência cada vez mais galopante, sendo emblemático o alto índice de assassinatos ocorridos nos últimos anos, superando inclusive o número de mortes na guerra da Síria. É a verdadeira banalização do respeito à vida, num quadro de barbárie institucionalizada.

O modelo napoleônico burocrático do Estado faliu porque não soube atender as necessidades fundamentais do indivíduo e da coletividade. A reforma do Estado tem sido muitas vezes mencionada, mas apenas como expressão retórica.



No Poder Judiciário as mudanças foram mínimas, com a preocupação apenas com questões processuais, e ainda de modo prejudicial à independência de juízes e tribunais.

A organização, o modo de executar tarefas, a solenidade dos ritos e a mentalidade permanecem as mesmas.

Os tribunais, de modo geral, dão excessiva atenção às questões processuais, alongam-se frequentemente no debate de teses acadêmicas sobre o processo, mesmo quando isso é evidentemente desnecessário para a solução das dúvidas e divergências dos direitos que levaram as partes a pedir a intervenção do Judiciário.

Essa distorção, que se pode chamar de “Processualismo” é um vício que afeta gravemente a mentalidade jurídica brasileira.

Eugenio Raul Zaffaroni, jurista e magistrado argentino, ex-ministro da Suprema Corte Argentina e juiz da Corte Interamericana de

Direitos Humanos, no livro “Dimensão Política de um Poder Judiciário Democrático”, a propósito diz que: “A ciência jurídica latino-americana aprofunda temas de direito processual a níveis que igualam e superam as dos países centrais (europeus), mas se omitem de modo quase absoluto quanto à estrutura institucional do poder que tem por função, precisamente, a aplicação desses conhecimentos”.

Basta ver que as editoras jurídicas brasileiras editam muito mais livros de processo do que de teoria política.

A crise do Estado e do Poder Judiciário possui três dimensões. A primeira é a dimensão procedimental da crise, quando se busca a simplificação, as soluções alternativas de conflitos e a diminuição de prazos. A segunda dimensão da crise é aquela estrutural, quando se buscam condições materiais e tecnológicas, por exemplo. E a terceira dimensão da crise é aquela institucional/humana, a de maior relevância e complexidade, pois busca uma melhor qualificação dos juízes e servidores para que possam dirimir os conflitos sociais de forma eficiente e adequada.

Outro ponto fundamental que deve ser objeto de reforma é a democratização do Poder Judiciário; há uma estreita ligação entre democracia e Judiciário. Isso implica em duas exigências fundamentais: a mudança de atitude do Poder Judiciário em relação às interpelações postas pela sociedade e a mudança interna do Poder Judiciário em sua organização e seus métodos.

É indispensável essa reforma de mentalidade para que o sistema judiciário não seja, como denunciou Marcel Camus, “uma forma legal de promover injustiças”.

III - O NOVO PAPEL DO JUIZ NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Se no Estado liberal nós tínhamos a proemi-



nência do Poder Legislativo, e no Estado Social a proeminência do Poder Executivo, no Estado constitucional de Direito a proeminência é do Poder Judiciário.

A atuação do poder jurisdicional tem assumido relevância nunca antes vista, sendo que as características do tempo que vivemos vêm modificando substancialmente o papel do Direito, sobretudo na perspectiva da sua aplicação judiciária.

Nos últimos cinquenta anos ocorreu uma intensa evolução e profunda transformação no poder jurisdicional. É um fenômeno onipresente, sem fronteiras e nacionalidade, provavelmente conexo à evolução das relações entre o estado e a sociedade.

A importância crescente da Justiça, com a explosão dos pedidos, faz com que ela se transforme numa parte cotidiana do processo político. Nunca se fez tanto apelo à Justiça e nunca o seu acesso esteve tão aberto, não parando de se alargar a gama de funções que a democracia confia à Justiça, parecendo ser ilimitadas.

À medida que o poder público se torna mais intenso, a Justiça descobre, sob a pressão de uma demanda crescente, novos domínios. Não há hoje nenhuma intervenção pública que possa ser subtraída da apreciação do juiz. Onde

existe uma lei também existirá um juiz para interpretar e precisar os seus efeitos.

O aumento da litigiosidade e a explosão de pedidos tem chegado a um patamar elevadíssimo, temos um processo para cada pessoa, são cem milhões de processos, levando em consideração autor e réu. De acordo com dados apurados, para cada cem mil habitantes, o Brasil tem 311 advogados, 10 juízes, 07 promotores e 03 defensores.

O Brasil tem mais faculdades de Direito do que todos os países no mundo juntos. Existem 1.240 cursos para a formação de advogados em território nacional, enquanto no resto do planeta a soma chega a 1.100 universidades.

Hodiernamente, o juiz tende assim a se tornar uma espécie de maestro de orquestra, onde sua função consiste não só em resolver os litígios, mas também encontrar soluções aos problemas que as outras instituições não puderam resolver. Resolver não só a lide, mas também o conflito sociológico subjacente.

Além de uma função técnica científica, dos juízes se exige uma função axiológica, com a valoração das ideias que iluminam o Direito. A sociedade espera da Justiça o dever de defender a liberdade, aplacar as tensões sociais, combater a corrupção, a violência, de tutelar o meio ambiente, conter as ten-

dências incoercíveis ao abuso do poder, de impor penas, de atenuar as diferenças entre os indivíduos, devendo ainda cumprir os objetivos da República estabelecidos no art. 3º da Constituição Federal: “*construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação*”.

As responsabilidades do juiz revelam-se cada vez mais acrescidas, desencadeando o fenômeno da jurisdicionalização e a crescente influência da Justiça na vida cotidiana.

Concomitantemente a essa forte evolução, a concepção clássica do juiz executor da vontade do legislador vem sendo abandonada. Percebe-se claramente nessa trajetória que a estrutura burocrática da magistratura começa a apresentar fissuras cada vez mais profundas. O papel de mero aplicador da lei vem sendo desmantelado paulatinamente pelo realismo jurídico, que ilumina a aproximação criativa do juiz à elaboração do Direito.

O julgamento é uma verdadeira norma jurídica, ainda que limitada às partes que estão obrigadas a cumpri-la. Nesse sentido a função judiciária revela sempre uma versão política. Por isso que o controle da sociedade sobre as razões que fundamentam a decisão judiciária é cada vez mais amplo, colocando em xeque o preparo do juiz.

O aumento de poder do juiz traz automaticamente o aumento das expectativas e das exigências da sociedade. E também o aumento de responsabilidade, transparência e independência.

O alargamento das atribuições dos juízes tem sido apontado como sinal de “crise da jurisdição”, nascendo a indagação se a magistratura está preparada para as novas responsabilidades

que começam a pesar sobre ela.

Por isso a urgência da formação institucionalizada, com novos paradigmas de aquisição de conhecimentos, direcionados a ampliação da capacidade de pensar numa visão integrada e transdisciplinar.

IV - OS MODELOS DE SELEÇÃO DE MAGISTRADOS

Os modelos de seleção de magistrados na história e no mundo possuem peculiaridades ligadas à tradição jurídica da sociedade, do país no seu tempo. Existem no mundo vários métodos de seleção de juízes, a história demonstra isto no decorrer dos tempos.

Os métodos para seleção de juízes têm variado muito ao longo do tempo e ainda hoje se pode verificar que existe uma grande diversidade.

A história da magistratura revela diferentes concepções. A partir da Grécia passando por Roma, foram plantando ideias. Tomando-se como ponto de partida a cidade grega, verifica-se que o título de “magistrado” era dado a um cidadão que exercesse o poder de comando, no interesse público.

Conforme registra Aristóteles, o magistrado “arké” poderia ser escolhido por eleição ou por sorteio. O cargo poderia ser exercido em caráter temporário ou vitalício. Não era uma profissão.

Na Roma antiga a magistratura foi ganhando maior complexidade, sofrendo influência da expansão territorial. A palavra *magistratus* derivou de *magister*, significando chefe. Designava a pessoa física que recebia um mandato do povo e agia como seu representante. O processo de escolha era a eleição, pelo prazo de um ano.

No Império romano a magistratura irá sofrer profunda alteração, não se fazendo mais a escolha por eleição. Os magistrados, que na

República eram representantes do povo, no Império tornaram-se funcionários do imperador.

Na idade média, a partir do séc. IX, com o desenvolvimento das corporações e o poder político das ordens religiosas, aparecem os tribunais corporativos e eclesiásticos.

No Estado absolutista do séc. XVII, os governantes absolutos utilizaram os serviços dos juízes para a arbitrariedade. As escolhas dos juízes eram feitas diretamente por quem detinha o comando político, tornando a magistratura poderosa e arbitrária.

O ofício de juiz era considerado um direito de propriedade. Em tal situação a magistratura poderia ser comprada, vendida, transferida por herança ou mesmo alugada. Em 1719, Montesquieu herdou de um tio o cargo de juiz de Direito, ficou no cargo por 10 anos, quando finalmente o vendeu por necessitar de dinheiro e por gostar mais de filosofia política.

No Estado Moderno, a magistratura é ainda produto dos tipos de sociedade que existiam no séc. XVIII. A grande polêmica que tem sido travada acerca do processo de seleção é entre indicação por autoridade superior ou a eleição.

Num artigo denominado “*Procedimentos de selection de magistrados judiciales*”, Cézair Azabaqui apresenta uma relação que inclui 32 modelos de seleção de juízes. Na verdade, muitas delas são pequenas variações em torno de um número pequeno de opções.

Os principais tipos de seleção ainda hoje existentes podem ser elencados em seis tipos: eleição popular, livre nomeação pelo Executivo, livre nomeação pelo Judiciário, nomeação pelo Executivo condicionada a proposta de outro poder, nomeação pelo Executivo condicionada a aprovação do Judiciário e concurso público.

Pelos resultados colhidos da experiência, não há dúvida de que na sociedade moderna o melhor modo de seleção de juízes é o concurso

público aberto e em igualdade de condições a todos os candidatos que preencham os requisitos. O sistema de seleção e recrutamento é tema fundamental no debate sobre qualidade e eficiência dos juízes.

Na maioria dos países de tradição do *civil law*, o recrutamento por concurso é realizado nas próprias escolas judiciais.

Na França, Portugal e Alemanha nenhum magistrado começa a trabalhar sem que tenha passado por um período de 2 anos na escola judicial.

A França possui a escola judicial considerada a número um do mundo, com uma estrutura gigantesca. Existem três concursos de entrada. O primeiro reservado aos estudantes (230 vagas por ano), o segundo reservado a funcionários públicos (40 vagas) e o terceiro a pessoas com experiência jurídica de 8 anos (15 vagas).

No Brasil o processo de seleção está regido pela Resolução 75/2009 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que regulamenta os concursos públicos para ingresso na magistratura e dispõe sobre os aspectos detalhados do recrutamento estabelecendo padronização de critérios para a seleção e procedimentos dos concursos.

Do candidato não se exige mais do que dois requisitos: graduação em Direito, com 3 anos de atividade jurídica e aprovação em concurso público, com ênfase apenas na dogmática jurídica e no exercício mnemônico dos dispositivos legais.

Desnecessário dizer que estes requisitos estão muito aquém do que o magistrado precisa para enfrentar as demandas concretas da profissão.

Pesquisas sobre o perfil do magistrado que ingressa na carreira demonstra a tendência de se recrutar os mais jovens, configurando o fenômeno da juvenilização causada pela democracia de acesso.



V - A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS NA CONTEMPORANEIDADE

Um dos maiores desafios que se propõe, hoje para o Poder Judiciário é selecionar e formar bons magistrados, aptos a solucionar não só a lide processual, aquela que se revela no processo, mas o conflito sociológico, muito mais amplo e nem sempre possível de ser resolvido com a mera aplicação da lei.

A construção e solidificação do Estado Democrático do Direito dependem, em grande parte, da qualificação do juiz. Neste contexto, perfila-se claramente a exigência de um profissionalismo forte, a partir da institucionalização sistemática da seleção, formação e promoção do magistrado, fundadas em estruturas abertas de espírito não corporativo completamente vinculados aos termos do legislador constitucional.

A legitimidade do poder decorre, em boa parte, da seleção dos melhores e da capacidade da magistratura para decidir em tempo real e de forma adequada, reclamando profunda consciência ética, competência, segurança, cultura e elevado senso de responsabilidade.

A construção de uma identidade profissional sólida, com a formação profissionalizante institucionalizada que busque uma progressiva maturidade profissional, torna-se imperiosa.

Esse desafio se faz muito mais relevante no momento em que a Constituição Federal, em face da Emenda Constitucional nº 45, atribui ao Poder Judiciário a integral responsabilidade pela seleção, preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados.

A Reforma do Judiciário descreveu de maneira expressa as qualidades do juiz, como aquele capaz de assegurar a todos a razoável duração do processo e de implementar os meios que garantam a celeridade de sua tramitação (inciso LXXVIII do art. 5º da CF, acrescentado pela Emenda nº 45/2004).

Além disso, elencou os atributos do juiz, como o desempenho, a produtividade, a presteza no exercício da jurisdição, além da frequência e aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento (alínea “c” do inciso II do art. 93 da CF, com a nova redação da Emenda nº 45/2004).

Pela primeira vez, a escola da magistratura foi inserida no texto constitucional, denominando-a de Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (art. 105, parágrafo único, inciso I da CF).

A missão vai mais além do que reforçar os mecanismos imparciais de seleção e promoção, sendo a sua principal incumbência a adoção do sistema de formação profissional institucio-

nalizada, com a elaboração de uma teoria de formação de magistrados.

A formação continuada não deve ser vista como uma obrigação. Mais do que o aprofundamento das técnicas próprias à função, a confrontação dos elementos teóricos com a realidade das práticas judiciais, deve-se buscar a construção de um magistrado servidor de um Direito que se origine na dignidade inviolável do ser humano na supremacia da ética e nos direitos fundamentais.

O desafio é o de modificar o modelo dogmático da ciência jurídica, buscando um pensamento crítico de direito útil para a reflexão judicial, tentando descobrir quais as possibilidades e quais as formas que a função jurisdicional pode adotar na crítica jurídica para enfrentar os desafios contemporâneos.

Por isso a urgência da formação institucionalizada, com novos paradigmas de aquisição de conhecimentos, direcionados a ampliação da capacidade de pensar numa visão integrada e transdisciplinar.

A implantação de um sistema de formação de magistrados é indispensável para que sejam viáveis as transformações que hoje se reclamam do sistema judiciário.

A criação de um projeto institucional indicando que tipo de juiz se postula para a sociedade irá traduzir os objetivos, os métodos, os cronogramas e os recursos das diferentes ações pedagógicas.

A formação do magistrado constitui-se hoje em dever que ultrapassa a responsabilidade de cada magistrado, para ser também do Poder Judiciário, configurando-se numa exigência ética, num poder-dever indeclinável, face à extrema complexidade das interpelações que a sociedade dos nossos dias lhe coloca.

Não obstante os esforços, o magistrado é ainda um autodidata, formado na experiência, um soldado sem munição, quase um

religioso ateu. Não podemos esquecer que a experiência por si só, como diz Pedro Nava “é um farol voltado para trás que clareia e ilumina o passado, mas não projeta o futuro”.

VI - A ESCOLA QUE QUEREMOS

Agora, é tempo de avançar. Temos que consolidar a autonomia financeira das escolas judiciais. Agora é tempo de um passo à frente. Temos que cumprir os termos da Resolução nº 126 do Conselho Nacional de Justiça e promover o curso preparatório como fase do concurso, conforme facultado pela Resolução nº 75 do CNJ.

Devemos aperfeiçoar o processo de seleção para uma qualidade maior. Se o que se pretende é incluir o curso de formação como uma etapa de concurso na seleção de juizes, assim como já ocorre em outros lugares, os cursistas deverão se submeter a provas de conhecimento para ingresso, como fase de avaliação do candidato.

Este é o melhor caminho, porque permite a avaliação da aptidão para desempenho da função. O concurso público não afere os requisitos concretos para a judicatura. A investidura formal do cargo não significa a detenção de competências necessárias para o exercício da função.

Demandam-se no exercício da função saberes que não são fornecidos na universidade. É necessário saber relacionar-se intersubjetivamente com as partes, advogados e sociedade. É necessária uma formação humanística, porque só conhecendo os valores culturais da sociedade para a qual serve o juiz terá legitimidade para atuar.

Ser juiz é muito mais do que a soma das duas condições formais, ser bacharel com três anos de atividade jurídica e passar no certame.

É necessário saber, saber fazer e saber ser. Sendo que o saber envolve todo o conhecimento da teoria “dogmática e crítica” do Direito. O saber fazer as práticas profissionais, o



José Laurindo de Souza Netto

Nasceu em Curitiba PR, no ano de 1960. Bacharel em Direito PUCPR, Turma 1982. Doutor em Relações Sociais pela UFPR. Pós-Doutorado pela Universidade de Roma, Itália. Ingressou na magistratura em 1989, judicando nas comarcas de Ortigueira, Arapongas, Piraquara e Curitiba. Tornou-se desembargador em 17 de maio de 2010. Esportista, triatleta e nadador, participa de competições estaduais. Atualmente é diretor da Emap.

conteúdo ocupacional do magistrado nas suas tarefas cotidianas. E o saber ser diz respeito ao conhecimento das regras deontológicas, pois o juiz da contemporaneidade é, sobretudo, ético.

Não basta a ciência pura, o saber técnico. São necessárias a sensibilidade e a inteligência emocional. Pois estas são as exigências da sociedade moderna.

A profissão de magistrado é uma profissão de comunicação. A Justiça é pouco conhecida

e é preciso se comunicar com a mídia, com a sociedade, com as partes, com os advogados.

Por isso, a importância da meta cognição, como falar em público, como administrar emoções, como se comportar diante de uma câmera de emissora de TV, como zelar pela linguagem.

Além disso, é necessário que os juízes participem do debate legislativo, discutindo inicialmente os projetos de lei, estudando as suas consequências e entevendo seu alcance. Dessa forma os juízes fazem a lei ter eficácia plena. Impedindo aquele velho chavão de que 'a lei não pegou'.

É preciso qualificar os juízes. Aperfeiçoando o homem melhoramos a instituição. Formando bons juízes teremos um bom Judiciário.

Para finalizar gostaria de lembrar a máxima do conhecimento: *Conhece-te a ti mesmo, torna-te consciente de tua ignorância e serás sábio. Sócrates.*

Muito obrigado!

Homenagem aos magistrados paranaenses

Nossa poetisa maior é natural de Cruz Machado. Professora normalista pelo Instituto de Educação do Paraná, Turma 1931. Lecionou em Irati, Rio Negro, Jacarezinho, Ponta Grossa e na Escola Normal de Curitiba até 1947, quando foi aprovada para o cargo de Inspetora Federal do Ensino Secundário. Aposentou-se em 1962. Autora de dezessete livros de poesia, em 1991 foi eleita para a cadeira n.º 28 da Academia Paranaense de Letras. Recebeu homenagens do estado do Paraná e da cidade de Curitiba e, em 1992, foi personagem do curta-metragem do cineasta Sílvio Back. Viveu 92 anos e até seu falecimento foi saudada nos eventos culturais e literários da cidade ocorridos até então.

O primeiro livro publicado foi Paisagem Interior em 1941. Com 200 mil réis, dona Helena adquiriu duas resmas do melhor papel, de cor e gramatura específicas para imprimir 460 exemplares de suas poesias. A amiga Helvídia Leite desenhou a capa. Imprimiu-os na Escola Técnica do Paraná, pois lá a feitura de um livro era exercício de aprendizagem: cada aluno recebia

uma página e compunha com letra e frisos à sua escolha. Conseguiu uniformidade de estilo, a mesma letra e tamanho, sem frisos. Procurou quem o costurasse, em capítulos, evitando o tão usual grampeamento. Transportou-o em seus braços durante a feitura da impressão até sua finalização. Revisora, foi editora, livreira e distribuidora. Tinha 29 anos.

Seus primeiros poemas eram longos, densos, depois vieram os sonetos e, ao final, os haykay. Além de publicações locais teve a obra Poesias Escolhidas, traduzida para o ucraniano em 1983, e Viaggio Nello Specchio para o italiano, editado em Pisa (Itália), em 2003. O poema Prece recebeu um 'imprimatur', conferido pelo Arcebispado de Curitiba.

Inspirados na poética, sofisticação e delicadeza de Helena Kolody, os poemas Fio d'água, Bonança, Araucária, Canção de Inverno, Cantiga, Paisagem de Outono, Prece foram musicados. Pianistas, maestros, violonistas, arranjadores, seus conterrâneos, reuniram-se e numa original homenagem produziram um CD.

Bonança

Agora, o mar é tranquilo.

*Quando veio a procela, igual à maldição,
E sacudiu o oceano até as entranhas,
Houve apitos
Longos e aflitos,
Gemidos,
E preces,
E gritos,
Desespero e inquietação.*

Agora o mar é tranquilo...

*Mas há cadáveres estranhos pelas praias,
E soçobradas naus nas águas insondáveis.*

*Bocas que nunca mais gritarão de pavor,
Sirenas, que jamais uivarão, longo e aflito,
O sinal de perigo.*

Agora, o mar é tranquilo.

*Mas que saudade! Que saudade
Da agitação febril da tempestade!*

Agora

*Se tens um elogio a proferir,
o tempo é agora.*

*Não aguardes que o vento da morte
desvaneça da areia da vida
o nome que o merece.*

*Se há um agravo pungente a perdoar,
é tempo, é hora.*

*O mais fundo rancor não resiste
a um apelo de braços abertos.*

Fio D'água

*Não quero ser o grande rio caudaloso
que figura nos mapas
quero ser o cristalino fio d'água
que canta e murmura na mata silenciosa.*



*Helena Kolody *1912+2004*

Maquinomem

*O homem esposou a máquina
E gerou um híbrido estranho:
Um cronômetro no peito
E um dínamo no crânio.
As hemácias de seu sangue
São redondos algarismos*

*Crescem cactos estatísticos
Em seus abstratos jardins.*

*Exato planejamento,
A vida do maquinomem.
Trepidam as engrenagens
No esforço das realizações.*

*Em seu íntimo ignorado,
Há uma estranha prisioneira,
Cujos gritos estremecem
A metálica estrutura,
E há reflexos chamejantes
Duma luz imponderável
Que perturbam a frieza
Do blindado maquinomem.*

Prece

*Concede-me, Senhor, a graça de ser boa,
De ser o coração singelo que perdoa,
A solícita mão que espalha, sem medidas,
Estrelas pela noite escura de outras vidas
E tira d'alma alheia o espinho que magoa.*

Gestos

*Há gestos de dizer
E gestos de calar,
De pedir, de sofrer,
De ferir, de salvar.
Gestos densos e fechados como esferas,
Gestos leves, radiantes, como a luz.
Ondas nascem, morrem, e renascem
ao influxo poderoso das marés.*

Pérola

*Áspero grão de sofrimento
Molesta e branda consistência
Da alma do artista.
Verte luar a alma ferida
E veste a dor de opalescência:
Gera o poema.*

Sobrevivência

*Quando o sol não encontrar
tua sombra nos caminhos,
viverás no sentimento
dos amigos que te amavam.
Ao soar a lembrança
no relógio enluarado,
tecerão suas palavras
tua nítida presença
no convívio abandonado.*

Ah! Minha querida Helena Kolody

Chloris Casagrande Justen*

*Não! Não posso cantar esta saudade...
A dolorosa finidade de tua vida
É força maior de meu lamento.*

*Como falar da tua partida
Quando a sonoridade dos teus versos
É a presença infinita de tua luz.*

*Ignoro a ausência dos teus olhos
E continuo vivendo o brilho azul
Do teu olhar profundo...*

*E eu te busco na melodia da tua fala,
No ritmo cantante da tua poesia
Humana e bela...*

*Teu porte altivo e sereno
Vai se transformando em um Renoir
Na minha lembrança...*

*Quero viver o passado.
Encontrar-te mestra e deusa,
Atena, falando às andorinhas.*

*Não! Não posso ainda cantar docemente.
Quero viver a mágoa, a perda,
A lágrima, o lamento da partida...*

*Quero gravar mais e mais em mim tua vida.
E então cantarei minha saudade e tua lira...
E serás a Estrela Azul das minhas madrugadas.*

*Chloris Casagrande Justen, sua aluna na Escola Normal, em sala de aula declamava suas poesias. Conviveram no Instituto de Educação e na Academia Paranaense de Letras. Na cerimônia de falecimento da antiga professora a aluna, emocionada, relembrou a mestra e fez a última saudação. Chloris Casagrande Justen é associada e pensionista da Amapar.



Amapar
60 *anos*
1957 - 2017

Toga e literatura

Por consenso, 11 de agosto foi o dia escolhido para registrar o início das atividades da Associação dos Juizes de Direito do Paraná, em 1957. A data consagrada coincidia com a de 'Instalação dos Cursos Jurídicos no Brasil' e a do 'Dia do Advogado'.

A Amapar foi fundada há sessenta anos. Passou a existir de forma precária, numa sala comercial alugada. Funcionou em ambientes do Palácio da Justiça até que, em 2015, instalou-se em sede própria. São aproximadamente seis mil metros quadrados num prédio moderno, espelhado, mobiliado com esmero, decorado com telas de autores paranaenses, estilo arquitetônico original. Amapar e Judicemed compartilham um mesmo andar do Edifício Francisco de Paula Xavier Neto.

O processo de transformação ocorreu pelas mãos de 23 presidentes, magistrados que mantiveram os princípios fundamentais e transformaram a Amapar numa potência, um patrimônio multiplicado, serviço de atendimento médico diferenciado, a Judicemed, um solidário seguro de vida, a Mútua, uma escola para formação e aperfeiçoamento de juizes, a Emap, e locais de lazer para o associado e seus familiares, as sub-sedes sociais e esportivas em todas as regiões do Estado. Cumprindo a Constituição, mantém um serviço de atendimento às crianças em situação de risco, o Sersocial.

Em 1957 o Poder Judiciário paranaense funcionava com 15 desembargadores, 90 juizes de direito, 78 comarcas e uma população de quatro milhões de habitantes. O Tribunal de Justiça ocupava um edifício alugado, aliás, tomado dos italianos pelo Estado, o Palácio Garibaldi. Atualmente, 2017, existem 920 cargos de magistrado, incluindo 120 desembargadores, 164 comarcas e uma população de 12 milhões de habitantes.

Sob a presidência do Juiz de Direito Frederico Mendes Júnior a Amapar conta com 1300 associados, magistrados e pensionistas.

A situação nacional é de turbulência, preocupante. A divulgação pela imprensa de graves atos cometidos pela classe política, especialmente a malversação de dinheiro público, trouxe a lume o Poder Judiciário, de maneira pouco frequente e inusitada. O Judiciário foi chamado a intervir em nível federal e estadual. A tramitação regular de ações cíveis e criminais colocou a população em polvorosa, não só pela gravidade e abrangência dos fatos, mas, a maioria das vezes, pela ignorância dos procedimentos legais. Mesmo com toda a insegurança popular, o Congresso Nacional continuou votando e aprovando medidas controversas que passaram a exigir um acompanhamento diferenciado da Amapar e de outras associações de classe. As respostas a este chamamento giram em torno de esclarecimentos indispensáveis, com especial atenção às votações de leis que interessam ao bom exercício da judicatura.

Desde sua fundação todas as diretorias da Amapar enfrentaram situações diferenciadas, preocupantes e, por seus presidentes, posicionaram-se de forma clara e corajosa mesmo diante de alguns exotismos. A legislação da época, década de 1950, sofria os conflitos causados pela guerra, pelo Estado Novo, era recente a Constituição de 1948. Até 1938 não havia nenhuma estrada de rodagem em território paranaense. O Estado era interligado por estrada de ferro.

Carroções e outras lentas conduções se alternavam na rota dos tropeiros, do Mato Grosso, do Cerne. A primeira estrada paranaense pavimentada com paralelepípedos foi a Estrada da Graciosa para o Litoral, em 1954. Os caminhos paranaenses começaram a ser asfaltados na década de 1960. O Plano Rodoviário Nacional foi criado em 1951 e a Rodovia do Café inaugurada em 1964.

Imaginem a escassez de outros bens, água, luz, moradia, escola, casas de saúde e comunicação nas comarcas de interior paranaense! Aliás, em muitas, a única comunicação se resumia ao rádio da Polícia em linha direta com o Palácio do Governo.

O Poder Executivo controlava o pagamento do Poder Judiciário e os magistrados recebiam seus vencimentos através da Secretaria de Estado da Fazenda. Um fato curioso dessa prática era a designação de um funcionário graduado da Secretaria para ‘fazer o pagamento’ em dinheiro aos desembargadores, antes dos demais funcionários estaduais.

No interior, a atribuição era das Coletorias Estaduais. Também cabia ao governador nomear os juízes indicados em lista tríplice pelo presidente do Tribunal de Justiça para assunção aos cargos, desde o de juiz substituto até o de desembargador.

Com todo o envolvimento entre os poderes, o subsídio do magistrado era uma preocupação frequente tanto pela irregularidade quanto pela inconstância de sua liberação.

Em 1957,

os juízes de direito, indignados, julgando em comarcas privadas de qualquer conforto, se reuniram e estabeleceram prioridades. **Alceste Ribas de Macedo**, homem educado, argumentava com sabedoria e conseguiu obter o respeito e consideração que mereciam os magistrados de 1.^a instância. Assim surgiu a Associação dos Juízes de Direito do Paraná.

Em 1963,

Segismundo Gradowski, sereno e hábil, instalou a Associação dos Magistrados do Paraná. O mais idoso a presidir a entidade, foi exemplo de dignidade e promoveu uma rede de laços fraternos, harmoniosos entre os membros da magistratura. Ao completar 70 anos, em 1967, presidente do TJPR, aposentou-se compulsoriamente.

Em 1965,

Antônio Franco Ferreira da Costa, voz grave, empreendedor, transferiu a Associação dos Magistrados do Paraná para o 3º andar do Palácio da Justiça e, durante quase 50 anos, a Amapar ocupou salas naquele edifício, em andares diversos.

Em 1968,

Edmundo Mercer Júnior promoveu um empréstimo voluntário entre os juízes para saldar dívidas da Associação, contando com a solidariedade do grupo, embrião plantado anteriormente.

Em 1973,

Marino Braga desvinculou a Judicemed do Tribunal de Justiça, incorporando-a a Amapar. Na década de setenta houve a criação da Revista da Associação dos Magistrados do Paraná e do Boletim Informativo.

Em 1975,

Aurélio Feijó filiou a Amapar à Associação dos Magistrados Brasileiros e manteve complicadas tratativas para aumentar a pensão das viúvas dos magistrados de 30% para 60% do vencimento do falecido.

Em 1977,

Luís Renato Pedroso conseguiu, a duras penas, a equivalência de vencimentos dos magistrados com os de secretários de Estado, inclusive aos aposentados. Em 1980 é instalado o Tribunal de Alçada, mais um degrau na carreira. E bem nessa época surgiu outra vez a proposta do governo de um aumento diferenciado para a magistratura: 25% para os desembargadores, 15% para os juízes de alçada e 1% para os demais magistrados. Os juízes insatisfeitos, em choque pelo retrocesso, adotaram medida extrema: transferiram os valores monetários de suas contas pessoais do Banestado para outros bancos, inclusive a conta da própria Amapar. Conseguiram o aumento de vencimentos uniforme. Uma gestão longa, dois mandatos e meio. Nesse período aconteceram 14 seminários regionais organizados pelo diretor cultural Ary Florêncio Guimarães em todo Estado e secretariados por Accácio Cambi com as teses publicadas na recém-criada Revista da Associação dos Magistrados do Paraná. Após intensas tratativas, o Poder Judiciário passou a gerir o pagamento de

seus membros e cabia ao presidente do Tribunal de Justiça fixar e implantar os valores dos vencimentos de desembargadores e juízes.

Em 1981,

Jorge Andrigueto organizou o IX Congresso Brasileiro de Magistrados em Curitiba, evento divulgado nacionalmente, inclusive pelo jornal Folha de São Paulo, destacando a harmonia da família judiciária paranaense. A Lei Orgânica da Magistratura – Loman – gerava debates e protestos mil quanto à sua aplicação e à existência de algumas distorções. As dificuldades econômicas se alongavam. A luta por melhoria de vencimentos prosseguia e a irregularidade no pagamento das viúvas se tornava constrangedora.

Em 1983,

inaugurou-se novo sistema eleitoral interno, a inscrição do candidato passou a ser por chapa, presidente, vice e conselho. E assim a Chapa União, liderada por **Lauro Lima Lopes**, foi a vencedora. Em resposta aos desgastados seguros de vida e em auxílio às viúvas foi aprovada a criação da Mútua Assistencial Judiciária. Um modelo para associações de magistrados e demais instituições. Finalmente a criação da Escola da Magistratura do Paraná se concretizou. A manutenção das sedes da Amapar se realizava com parcimônia e comedidamente. Os magistrados se reuniam em jantares de final de férias, em congressos para estudo das novas leis e sua aplicação. A Colônia de Guaratuba, frequentada nas férias e datas especiais, congregava os magistrados. De tão ligadas ficaram as famílias que ocorreram batizados e casamentos entre seus filhos, inclusive em cerimônias cívicas presididas por juízes especialmente designados.

Em 1985,

novamente **Luís Renato Pedroso** assume a presidência da Amapar. Nesse ano a inflação chegava a 235%. A magistratura estava em apu-

ros, vencimentos defasados. No cenário nacional, ocorreu a redemocratização do país, a campanha das Diretas Já, eleição e falecimento de Tancredo Neves, assunção e governo de José Sarney. Os planos econômicos (Plano Cruzado - 1986, Plano Bresser - 1987), minavam o dinheiro da população, congelando os salários dos magistrados durante nove meses, causando um silencioso desconforto. Apesar de implantados com as melhores intenções são de triste memória. A Amapar passou a oferecer a toga aos magistrados quando ingressavam na carreira e na assunção ao cargo de desembargador, num gesto de amizade e bons votos. Em assembleia, foi antecipado o fim do mandato para não coincidir com a eleição do TJ.

Em 1988,

Francisco de Paula Xavier Neto é eleito com a campanha Novos Rumos e a Amapar passou a participar das decisões em todos os níveis de poder. Os magistrados aposentados passaram a ocupar cargos na diretoria e na Emap. Decidido em juízo, finalmente foram integralizados os vencimentos das viúvas. Julgados e implantados, igualmente, os benefícios da carreira foram incorporados aos vencimentos, melhorando a condição econômica do magistrado, apesar da gravidade do período com novos planos econômicos (Plano Verão e Plano Collor), que culminou com o afastamento definitivo do presidente da República. A criação da revista mensal Novos Rumos, a consolidação dos ideais da magistratura e de um Judiciário transparente e acessível trouxe certa tranquilidade aos associados. A produtiva e celebrada gestão promoveu o Xavierzinho, que foi aclamado nas eleições da Associação Brasileira de Magistrados, tornando-se o primeiro paranaense a presidir a entidade nacional.

Em 1992,

Luiz Cezar de Oliveira, antes de concorrer e vencer o pleito, foi escolhido em convenção, fato único na história da entidade. O sistema finan-

ceiro se estabilizou, agora a moeda é o Real. Mas a magistratura entrou em polvorosa outra vez. O governador da época descumpria decisões judiciais, propunha medidas excêntricas e sem critério. Durante cinco meses os magistrados paranaenses permaneceram em assembleia permanente, estado de greve. O presidente do Tribunal de Alçada, o juiz Carlos Vitor Maranhão de Loyola, apoiou imediatamente todas as medidas promulgadas na assembleia. O presidente do Tribunal de Justiça, des. Ronald Accioly, esteve ao lado dos juízes. A Amapar viveu dias de apreensão diante da gravidade dos fatos, o que só se encerrou com a decisão favorável aos magistrados em instâncias superiores. Realmente foi Um Passo Adiante, premissa de campanha, o vencimento dos magistrados foi isonomicamente equiparado ao dos deputados estaduais. E então o governador retornou a Curitiba, pois a imprensa divulgava afastamentos periódicos do mandatário, talvez temendo as garras da lei. E ocorreu outra vitória: as pensionistas tornaram-se associadas da Amapar.

Em 1994,

com **Sidney Mora**, os magistrados estavam cansados e felizes. Construções se intensificaram. Foi publicado o número 53 da Revista da Magistratura, que não vinha sendo editada. Cavuca, como gostava de ser chamado, teria sido um engenheiro construtor de tanto que sabia, empiricamente, sobre tijolos e cimento nas reformas de manutenção e construções, promovidas em sua gestão, como é o caso do segundo bloco de edifício da Colônia de Guaratuba e as reformas decorrentes.

Em 1996,

Guilherme Luiz Gomes realizou a mudança da sede administrativa da Amapar para o 7º andar do Palácio da Justiça, redimensionando o espaço, comemorando os 40 anos da Amapar. Edificou o Parque Aquático em Guaratuba, adquiriu os terrenos adjacentes para ampliação do estacionamento e área de lazer. Promoveu 23 encontros

culturais regionais e o primeiro Encontro de Magistrados do Mercosul, em reuniões em Assunção, Buenos Aires e Montevideu. Dinâmico e competente consolidou os projetos iniciados, modernizou os serviços internos da Associação e harmonizou os magistrados, atendendo a premissa de sua campanha, Chapa Unidade.

Em 1998,

Ruy Fernando de Oliveira assumiu com a proposta Justiça é Cidadania, estabeleceu encontros jurídicos nas coordenadorias estaduais, com o objetivo de apoiar os juízes formadores e os juízes vitaliciandos. Os autores magistrados tiveram seus títulos divulgados na revista Novos Rumos, foram instalados o Departamento de Memória e Arquivo e a Estante do Magistrado. O jornal Gazeta do Povo abriu um espaço semanal para que o presidente se manifestasse sobre a magistratura paranaense. O salário estava congelado há cinco anos. A contribuição para a Judicemed era de 2% sobre o vencimento do juiz. Atendendo às normas do Sistema Nacional de Seguros Privados e para garantir a estabilidade financeira do plano de saúde, depois de acirrada assembleia, a arrecadação passou a ser por faixa etária e distinta (magistrado, facultativo, pensionista e dependente) e aprovada a indissociabilidade da Amapar, Judicemed e Mútua. O terreno de Piraquara, sujeito a inundações, foi drenado com galerias subterrâneas, construído o portal de entrada, uma quadra de tênis, o lago central contido por plantação de palmeiras, estacionamento asfaltado, calçadas, pátio de paralelepípedos e um muro cercado toda a área. Guaratuba também ganhou churrasqueiras novas, atendendo ao aumento de frequentadores.

Em 2000,

Jorge Wagih Massad renovou a Associação dos Magistrados do Paraná, até então AMP, adotando a bandeira e a sigla Amapar, aprovadas em assembleia. Informatizou a Amapar, adquiriu programas e computadores e proporcionou trei-

namento aos funcionários. E a grande novidade foi a realização de teleconferências mensais, via satélite e tv a cabo. A Escola da Magistratura comemorou 18 anos com a inauguração da Biblioteca Francisco Muniz, passando a ter a exclusividade na ocupação do edifício. Reformulou o organograma e uniformizou o sistema escolar, abrangendo os núcleos da Emap. A Judicemed credenciou mais profissionais de saúde, incluindo hospitais e laboratórios. Na capital foi realizado o 1º Encontro Estadual de Professores da Escola da Magistratura do Paraná e a 1ª Olimpíada da Amapar aconteceu em Foz do Iguaçu, com nove modalidades esportivas e 600 atletas. Instalou a sede em Maringá. Valorização e independência da magistratura, do juiz, da Amapar foi o propósito da gestão. E em 2001 iniciou-se o novo milênio. Em 11 de setembro o mundo acordou com o impacto da queda das Torres Gêmeas em Nova Iorque, fato que gerou inquietude mundial e repúdio ao terrorismo.

Em 2002,

Roberto Portugal Bacellar, o mais jovem magistrado a presidir a Amapar, liderou a sigla MAI – Movimento de Aproximação e Independência. Cumpriu um plano de metas baseado na opinião colhida em pesquisa entre os magistrados sobre assuntos institucionais, associativos. Estabeleceu amplo debate visando a valorização do primeiro grau e dos juizados especiais, inclusive perante a Assembleia Legislativa e o Governo Estadual, assinando documento conjunto ao Ministério Público, o que culminou com a criação de mais de cem cargos de magistrados no Estado. A reestruturação da sede administrativa e mudança para o 9º andar, em espaço aberto, moderno, permitiu interação entre os funcionários. Promoveu doze congressos regionais e seminários de Direito Ambiental, Direito Civil. Autor do programa Justiça se Aprende na Escola, aplicado em alunos das escolas públicas, originalmente, em duas etapas. Na primeira, os alunos recebem ensinamentos em sala

de aula sobre a função do juiz, do promotor, do advogado. Na segunda, são recebidos no Tribunal de Justiça, onde visitam o Museu da Justiça e suas dependências, usam vestes talares, especialmente confeccionadas para tal fim, e adentram as salas de sessão e julgamento. A emoção das crianças é indescritível e muitas expressam ali mesmo o desejo de seguir carreira jurídica. A AMB passou a aplicar o mesmo programa em nível nacional e já atendeu, aproximadamente, 14 milhões de crianças durante esses anos. Igualmente de sua autoria é a coleção de Gibis Educativos, em número de doze, tratando de assuntos de interesse da população: cidadania, penas alternativas, trânsito, adoção, proteção ambiental. Na Escola da Magistratura inaugurou a Galeria dos Diretores. Estabeleceu um programa de reformas e embelezamento no edifício da Colônia de Férias em Guaratuba, novas instalações de cozinha e salão de refeição. Transformou a entrada principal, adequando um deque frente ao mar, aquário de água salgada, piscina térmica e modernizou os apartamentos, inaugurando a Sala de Cinema. Substituiu as janelas de esquadrias de madeira por outras, amplas e envidraçadas. Naquele ano, 2002, foi eleito Luiz Inácio Lula das Silva para presidente do Brasil. E os ataques americanos prosseguiram aos países do Oriente Médio, em represália ao 11 de setembro. O Euro entrou em vigor em doze países europeus e, no Brasil, foi lançada a cédula de 20 reais.

Em 2004,

Gilberto Ferreira, hábil e experiente, criou programas de impacto na magistratura, o Sersocial (atendimento às crianças em situação de risco) e o Justiça para Todos (programa radiofônico), ambos vitoriosos na proposta e na execução. Valorização e construção, um nome de chapa cumprido pela gestão. Reformulou a Judicemed firmando parceria com a Unimed, instituindo o Conselho Gestor. E após muitas tratativas e empenho conseguiu outra vez recuperar os vencimentos da magistratura

e foram pagos valores de abonos indenizatórios, de correção monetária e devolução de imposto de renda retido na fonte. Em Guaratuba instalou um aprazível espaço de Saúde e Lazer e uma sala de musculação. Legalizou e murou o terreno para a sede de Ponta Grossa. Curitiba sediou o Campeonato Brasileiro de Futebol, Congresso de Direito Civil, de Direito Ambiental e dois de Pensionistas. A sede administrativa da Amapar foi transferida para o 9º andar, ocupando grande espaço, lado a lado com a Judicemed. Um ano cheio de novidades, comemorações do Sesqui-centenário da Emancipação Política do Paraná, centenário de diversas comarcas. Foi conferido à Emap o Prêmio Selo Enfam pela eficiência do processo de ensino. Os associados praticantes de esporte (futebol e tênis), arcam, desde então, com os valores gastos, uma despesa particularizada, inclusive para o churrasco. O Brasil, nas Olimpíadas de Atenas, conseguiu quatro medalhas de ouro. A economia brasileira sofreu impacto com as importações chinesas, apesar de o PIB ter-se mantido equilibrado, antigas empresas comerciais encerraram suas atividades, entrando em concordata e evoluindo para falência.

Em 2006,

Paulo Roberto Vasconcelos, administrador criterioso e exigente, presidiu o Cinquentenário da Amapar. Adquiriu terreno de aproximadamente 2.600 metros quadrados para a construção da Sede Administrativa da Amapar, na Rua Alberto Folloni, pastilhou o prédio da Colônia de Guaratuba, promovendo acréscimos ao edifício. Seguindo o lema da chapa Administração Participativa, instituiu o fundo complementar de aposentadoria dos magistrados, revitalizou o Departamento de Convênios, obtendo condições especiais para aquisição de celular e serviços de turismo. Participou da campanha Mude um Destino, em parceria com a AMB. No período aconteceu a extinção do Tribunal de Alçada, incorporado ao Tribunal de Justiça, formando uma corte de 120

membros. Em Piraquara, o futebol às quartas-feiras e aos sábados prosseguia, com direito a um churrasquinho e, às terças-feiras, jantar na Casa do Magistrado, pagos pelos participantes. IV Congresso Paranaense de Direito Ambiental e palestras deram continuidade ao aperfeiçoamento dos associados.

Em 2008,

Miguel Kfoury Neto, orador fluente, doutor em Direito, autor consagrado, dinamizou a Amapar com a proposta de unir, respeitar e valorizar os magistrados, ideário da Chapa Jubileu de Ouro. Instituiu a revista literária Toga e Literatura, manteve a Novos Rumos mensalmente, o Boletim Informativo, o programa de rádio Justiça para Todos, fez publicar um Catálogo de Obras da Biblioteca da Emap. O aclamado escritor Laurentino Gomes, presente nas comemorações do aniversário da Amapar, palestrou sobre fatos da História do Brasil. Criou a Medalha de Mérito Desembargador Alceste Ribas de Macedo, destinada a agraciar personalidades por ações meritórias e relevantes. Propugnou por cargos de assessoria para juízos de 1º grau, reativou as coordenadorias regionais, estabeleceu centros de estudos e debates institucionais, inclusive por comunicação eletrônica. Construiu as sedes de Ponta Grossa, de Londrina, o ginásio de esportes em Piraquara, readequou o Clube da Justiça de Cascavel. Organizou um concurso de fotografias entre os associados. Remodelou com obras de conservação todas as sedes da Amapar. Aconteceram congressos de Direito Civil, de Direito Comercial e o V Congresso Estadual da Magistratura, encontros de associados para resolver e decidir assuntos institucionais, inclusive a Parcela Autônoma de Equivalência que, desde então, integrava reivindicações salariais. Ingressou com ações judiciais na Paranaprevidência, órgão sucessor do Instituto de Previdência do Estado e pagador das 92 pensionistas e 12 magistrados aposentados, na época, ante a falta de cronograma

no pagamento das pensões e aposentadorias. Os jantares festivos passaram a ser descentralizados (Curitiba e interior). Aconteceram quatro edições do programa Comida de Boteco. Em 2009, assumiu o primeiro presidente negro nos Estados Unidos, as lutas em países árabes se exacerbavam. No Brasil, instalado um programa de construção de casas populares e auxílio aos desfavorecidos (o Bolsa Família), mesmo assim a inflação era crescente e ameaçadora.

Em 2010,

Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra, honrado e operoso, assumiu com a proposta Amapar Forte e dois projetos iniciais, Olhos Abertos, enaltecendo a profissão de magistrado, um agente transformador e próximo do jurisdicionado. Fixadas mensagens em veículos de comunicação, anúncios em jornais e revistas, inclusive na revista Veja. A intrigante propaganda mostrava fotos de faces de pessoas, especialmente os olhos. Serviram de modelo o motorista Nelson Becker, o juiz Frederico Mendes Júnior, as secretárias Mariclea Amaral e Leydiane Loiola, uma criança do Sersocial. A outra, Bom Remédio, consistia no recolhimento de embalagens de produtos farmacêuticos sem uso ou pouco utilizados, redistribuindo-os a quem deles necessitasse. O programa de vacinação passou a cumprir calendário descentralizado, capital e interior. Foram realizadas trinta palestras jurídicas nas coordenadorias, além de congressos, encontros culturais e esportivos de futebol, de tênis, de truco, de golfe e o X Congresso Nacional de Direito Civil, I Encontro de Magistrados Criminais e Encontro de Magistrados da Infância e Juventude. Feijoada Fraterna em duas oportunidades e Encontro de Pensionistas e Aposentados. Quatro edições da revista Toga e Literatura, doze da revista Novos Rumos e mais de cem boletins informativos foram publicados. Finalmente os magistrados conseguiram a redução do percentual remuneratório entre as entrâncias, assunto pleiteado desde os tempos

do Xavier e, ainda, assessoria para os magistrados de 1º grau, igualmente de longa data. A Mútua Judiciária, em perigo, procurava alternativas para saldar prestações, inclusive remanescentes. Houve um total de doze episódios de morte naqueles anos, exigindo paciência e tratativas para encontrar solução satisfatória, inclusive congelamento do valor pago à viúva. A Agência Nacional de Saúde exigiu regularizações complementares do nosso tão particularizado plano de saúde. Houve curso de degustação de vinhos e comemorações de início de ano em jantares festivos. As benfeitorias e remodelação continuadas ocorreram em todas as sedes. E a nova sede Amapar-Judicemed, em fase final e inaugurada, homenageou Francisco de Paula Xavier Neto, recentemente falecido, dando seu nome ao edifício-sede. Atendendo a decisão do Tribunal de Contas do Estado, a Emap deixou de receber os repasses do TJPR, mas a Amapar manteve o controle político. Em 2010 foi comemorado o centenário de morte de Joaquim Nabuco, diplomata, abolicionista, parlamentar e a eleição da primeira mulher presidente da República brasileira, Dilma Roussef. O Haiti é devastado em terremoto, matando, entre outros, a dra. Zilda Arns, brasileira coordenadora da Pastoral da Criança.

Em 2012,

Fernando Swain Ganem, primeira eleição por urna eletrônica, saindo vencedora a chapa Amapar Forte Paratodos. A modernidade chegou aos magistrados, as reuniões da diretoria e assembleias passaram a ser por videoconferência em Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Maringá, Foz do Iguaçu e Cascavel. Os magistrados do Estado participaram de todas as resoluções presencialmente, tecnicamente. Ocorreu o I Congresso Paranaense e o Seminário de Responsabilidade Social da Amapar, programa Boas Práticas, que compreendia vários projetos desenvolvidos pelos juizes paranaenses, entre eles *Justiça no Bairro*, *Acolhimento Familiar*, *Grupo Guia*, *Juizado Móvel de Trânsito*, *Justiça se Aprende na Escola*, *Comb-*

te à *Evasão Escolar*, *Grão de Mostarda* e *Nossas Crianças*, *Nossos Anjos*, todos com características próprias, em razão da comarca e da personalidade do magistrado que presidia o programa, sempre estabelecendo um elo direto entre o juiz e o jurisdicionado. Debates se seguiram até a aceitação da proposta de venda do Recanto do Magistrado, em Colombo, principalmente pela falta de frequência decorrente do crescimento da Sede Esportiva de Piraquara. Nessa gestão houve a integração com entidades similares, dos juizes federais, dos juizes do trabalho e dos membros do Ministério Público, para tratar de assuntos de interesse comum em trâmite no Legislativo, como o Adicional por Tempo de Serviço. Mas a grande preocupação era a Mútua, cujos prêmios vinham sendo pagos conforme o possível. Argumentos vários em debate. Até ser contratada uma empresa de auditoria especialmente para encontrar uma solução satisfatória para o programa. E consolidando a excelência do sistema, finalmente foi aprovado o Regulamento da Mútua, escalonado por tempo de contribuição como regra e valor único, escolhido no momento da inscrição. A diretoria autorizou, ainda, o uso do Ginásio de Esportes pelo Sersocial e a construção de um portão de entrada independente, facilitando o ingresso das crianças. Final do julgamento do Mensalão, a ação penal n.º 470, que durou 60 sessões, tendo como relator o ministro Joaquim Barbosa, presidindo o mais longo processo do Supremo Tribunal Federal, condenação de integrantes do governo e membros distinguidos dos partidos políticos. Foi inaugurado o Salão de Festas da Casa do Magistrado, Salão Sílvio Binhara, homenagem ao colega falecido.

Em 2014,

Frederico Mendes Junior, inovador e empreendedor, deflagrou uma gestão pautada na democratização da associação a partir do estímulo da participação dos associados de diferentes regiões do Estado na fixação dos rumos do associativismo. Considerando a experiência dos aposentados,

ampliou os espaços de participação na associação. De igual modo, valorizou a criação de novas lideranças. Por meio de reuniões habituais da diretoria e das coordenadorias regionais, procurou captar a vontade da magistratura e direcionar as ações da Amapar nesse sentido. Deu início a um amplo projeto de filiação e refiliação de magistrados por meio do destacamento da importância do associativismo forte e coeso para a manutenção da unidade da magistratura. A sua gestão cooperativa é pautada na transparência, economia de gastos, fortalecimento do conselho fiscal e respeito aos aposentados. Implementou, também, um corpo profissional altamente qualificado para a defesa jurídica dos associados. Estabeleceu interlocução no parlamento (estadual e federal) como nunca antes visto, de maneira a acompanhar todos os projetos legislativos de interesse da magistratura. Fortaleceu a independência e a autonomia dos Conselhos Fiscais da Amapar e Judicimed, fixando como uma de suas bandeiras a economia e transparência nos gastos da Amapar. Alinhou as ações da Amapar com outras associações estaduais da magistratura, a partir da premissa de que o todo articulado tem mais condições de avançar em direção à defesa intransigente dos associados. Liderou inúmeros movimentos destinados à concretização das “diretas já” no Poder Judiciário. Por meio da reestruturação das diretorias, veiculou centenas de requerimentos administrativos no TJ com o objetivo de melhorias na carreira. Manteve entendimentos com entidades de classe similares, dos juizes federais, do trabalho e membros do Ministério Público, dentre outras, para tratar de assuntos de interesse comum, em trâmite no Legislativo, a exemplo do Adicional por Tempo de Serviço. Atualmente, como presidente da Amapar e Coordenador da Justiça Estadual da AMB, ciente das turbulências políticas nacionais e consequências econômicas visíveis que atingem a toda a população, procura desenvolver o associativismo de forma a tutelar a imagem do Poder Judiciário e do Juiz.

ALCESTE RIBAS DE MACEDO

*1914+2000



- Patrono do Fórum Cível da Capital
- Líder da magistratura paranaense

'Estudioso e eloquente, inabalável em suas convicções, defensor intransigente da magistratura, sem deixar de enfatizar em todos os seus atos a supremacia do interesse público.'

Gestão 1957-1958

Presidente: Alceste Ribas de Macedo
Vice-presidente: José Pacheco Júnior
1º secretário: Raimundo Julião Botão França, Aldo Fernandes
2º secretário: Vátel Gonçalves Pereira
1º tesoureiro: Arthur Heráclio Gomes Filho
2º tesoureiro: Sinval Reis
1º orador: Ernani de Almeida Abreu
Bibliotecário: Luiz Maranhão Júnior
Conselho Fiscal: Helianto Camargo, Ariel Ferreira do Amaral e Silva, Aurélio Feijó, Theobaldo Ciocci Navolar, Marino Braga.

Gestão 1959-1960

Presidente: Alceste Ribas de Macedo
Vice-presidente: José Pacheco Júnior
1º secretário: Vátel Gonçalves Pereira
2º secretário: Hamilton Swain
1º tesoureiro: Arthur Heráclio Gomes Filho
2º tesoureiro: Sinval Reis
1º orador: Ernani de Almeida Abreu
2º orador: José Carlos Ribeiro Ribas
Bibliotecário: Luiz Maranhão Júnior
Conselho Fiscal : Heliantho Guimarães

Camargo, Ariel Ferreira do Amaral e Silva, Aurélio Feijó, Theobaldo Ciocci Navolar, Marino Bueno Brandão Braga.

Gestão 1961-1962

Presidente: Alceste Ribas de Macedo
Vice-presidente: José Pacheco Júnior
1º secretário: Vátel Gonçalves Pereira
2º secretário: Percival Loyola
1º tesoureiro: Arthur Heráclio Gomes Filho
2º tesoureiro: Sinval Reis
1º orador: Ernani de Almeida Abreu
2º orador: José Carlos Ribeiro Ribas
Bibliotecário: Luiz Maranhão Júnior
Conselho Fiscal: Heliantho Guimarães
Camargo, Ariel Ferreira do Amaral e Silva, Aurélio Feijó, Theobaldo Ciocci Navolar, Marçal Justen, Cid Campelo, Marino Bueno Brandão Braga.

SEGISMUNDO GRADOWSKI

*1897+1998



- Patrono do Fórum de Fazenda Rio Grande

'Homem das letras jurídicas deixou seu nome gravado na história da magistratura paranaense por suas atitudes conciliatórias e imagem de retidão e bondade.'

Gestão 1963-1964

Instalação da Associação dos Magistrados do Paraná

Presidente: Segismundo Gradowski
Vice-presidente: José Pacheco Júnior
1º secretário: Arthur Heráclio Gomes Filho
2º secretário: Murilo Eurico C. Roncaglio

1º tesoureiro: Marino Bueno Brandão Braga
Conselho Fiscal: Jairo Campos, Alceste Ribas de Macedo, Marçal Justen, Armando Jorge de Oliveira Carneiro, Adhemar Sigwalt

ANTÔNIO FRANCO FERREIRA DA COSTA

*1909+1968

•Patrono do Fórum de Londrina

'Culto, alegre e comunicativo, voz grave e tonitruante, desfrutava de grande prestígio e influência na comunidade jurídica paranaense.'



Gestão 1965-1966

Presidente: Antônio Franco Ferreira da Costa
Vice-presidente: Edmundo Mercer Júnior
1º secretário: José Virgílio Castelo Branco Rocha
2º secretário: Jorge Andrigueto
1º tesoureiro: Marino Bueno Brandão Braga
2º tesoureiro: Cláudio Nunes do Nascimento
1º orador: Eurico Pereira de Macedo
Conselho Fiscal: Henrique Nogueira Dorfmund, Eurico Pereira de Macedo, Júlio Ribeiro de Campos, Cid Campelo, Alceu Conceição Machado.

Gestão 1967-1968

Antônio Franco Ferreira da Costa foi reconduzido à presidência em assembleia, por unanimidade. Faleceu em plena gestão. Substituído pelo vice-presidente Edmundo Mercer Junior.
Presidente: Antônio Franco Ferreira da Costa

Vice-presidente: Edmundo Mercer Júnior
1º secretário: Marçal Justen
2º secretário: Luís Renato Pedroso
1º tesoureiro: Marino Bueno Brandão Braga
2º tesoureiro: Cláudio Nunes do Nascimento
Orador: Eurico Pereira de Macedo
Conselho Fiscal: Henrique Nogueira Dorfmund, Eurico Pereira de Macedo, Júlio Ribeiro de Campos, Cid Campelo, Alceu Conceição Machado.

EDMUNDO ALBERTO MERCER JÚNIOR

*1908+1974

•Patrono do Fórum de Mandaguçu

'Intelectual do Direito, jornalista de larga militância, apaixonado pela música e pela preservação das coisas da Pátria, prestigiou os magistrados e impulsionou a vida associativa.'



Gestão 1969-1970

Presidente: Edmundo Mercer Júnior
1º vice-presidente: Luís Renato Pedroso
2º vice-presidente: Cid Campelo
1º secretário: Haroldo Bernardo da Silva Wolff
2º secretário: Luiz Carlos Reis
1º tesoureiro: Althair Costa e Souza
2º tesoureiro: Wilson Reback, Negi Calixto
Conselho Fiscal: Henrique N. Dorfmund, Júlio Ribeiro de Campos, Aurélio Feijó, Wilson Reback

Gestão 1971-1972

Presidente: Edmundo Mercer Júnior
1º vice-presidente: Luís Renato Pedroso

2º Vice-presidente: Marino Braga
1º secretário: Haroldo Bernardo da Silva Wolff

2º secretário: Luiz Carlos Reis
1º tesoureiro: Althair Costa e Souza
2º tesoureiro: Wilson Reback, Negi Calixto
Conselho Fiscal: Henrique N. Dorfmund, Júlio Ribeiro de Campos, Aurélio Feijó, Wilson Reback.

MARINO BUENO BRANDÃO BRAGA

1920+2010

•Patrono do Fórum de Guaraniáçu

'Autor de obras jurídicas e literárias prestigiou os magistrados numa difícil época política, iniciando projetos culturais que permanecem até os dias atuais. Criou a Revista Judiciária e o Informativo Mensal.'



Gestão 1973-1974

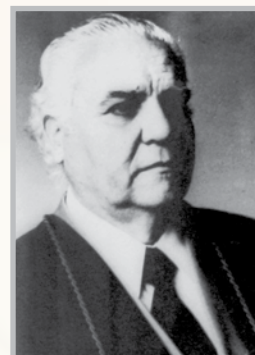
Presidente: Marino Bueno Brandão Braga
1º vice-presidente: Sílvio Romero Stadler de Souza
2º vice-presidente: Luiz José Perrotti
1º secretário: Haroldo Bernardo da Silva Wolff
2º secretário: Luiz Carlos Reis
1ª tesoureiro: Negi Calixto
2º tesoureiro: Theodoro Fernandes da Cruz Neto
Conselho Fiscal: Marçal Justen, Ariel Amaral, Ossian França, Aurélio Feijó, Pedro Barry.
Judicemed: José Lemos Filho

AURÉLIO FEIJÓ

*1915+1975

•Patrono do Fórum de Rolândia

'Doutor em Direito, deixou gravada na memória dos colegas a imagem de magistrado diligente, culto e inovador.'



Gestão 1975-1976

Filiação à Associação dos Magistrados Brasileiros

Presidente: Aurélio Feijó

1º vice-presidente: Luís Renato Pedroso

2º vice-presidente: Sydney Dittrich Zappa

1º secretário: Assad Amadeo Yassim

2º secretário: Alcides Lúcio Gnoato

1º tesoureiro: Theodoro Fernandes da Cruz Neto

2º tesoureiro: Alceu Martins Ricci

Conselho Fiscal: Haroldo Bernardo da Silva Wolff, Althair Ferdinando Patitucci

Judicemed: Marçal Justen, José Lemos Filho, Wilson Reback, Althair Ferdinando Patitucci

Faleceu em plena gestão. Substituído pelo Vice-presidente Luís Renato Pedroso

Presidente: Luís Renato Pedroso

1º vice-presidente: Sydney Dittrich Zappa

2º vice-presidente: Ronald Accioly

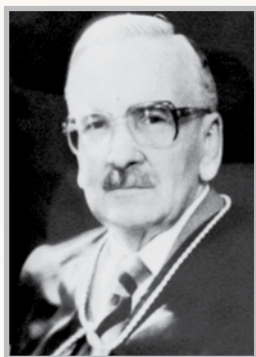
Rodrigues da Costa

Judicemed: Marçal Justen, José Lemos Filho, Wilson Reback, Althair Ferdinando Patitucci

LUÍS RENATO PEDROSO

*1928

‘Homem culto, prestigiado pelos juízes, reconhecido pelos dons de oratória e competência administrativa, teve marcante presença na história da magistratura paranaense, ocupando importantes cargos diretivos do Poder Judiciário. Presidente e vice-presidente da Amapar em quatro gestões.’



Gestão 1977-1978

Presidente: Luís Renato Pedrosa

1º vice-presidente: Sydney Dittrich Zappa

2º vice-presidente: José Munhoz de Mello

1º secretário: Assad Amadeo Yassim

2º secretário: Alcides Lúcio Gnoato

1º tesoureiro: Theodoro Fernandes da Cruz Neto

2º tesoureiro: Alceu Martins Ricci, Cyro Maurício Crema

Conselho Fiscal: José Munhoz de Mello, Marino Bueno Brandão Braga, Alceu Conceição Machado, Pedro Barry, Onélio Bacovis

Judicemed: Marçal Justen, José Lemos Filho, Wilson Reback, Althair Ferdinando Patitucci

Gestão 1979-1980

Presidente: Luís Renato Pedrosa

1º vice-presidente: Sydney Dittrich Zappa

2º vice-presidente: José Munhoz de Mello

1º secretário: Assad Amadeo Yassim

2º secretário: Alcides Lúcio Gnoato, Irlan Prohman Arcoverde

1º tesoureiro: Theodoro Fernandes da Cruz Neto

2º tesoureiro: Alceu Martins Ricci, Cyro Maurício Crema

Conselho Fiscal: José Munhoz de Mello, Marino Bueno Brandão Braga, Alceu Conceição Machado, Pedro Barry, Onélio Bacovis.

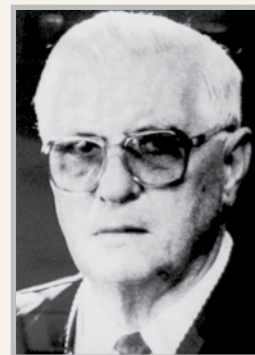
Judicemed: José Lemos Filho, Wilson Reback, Althair Ferdinando Patitucci

JORGE ANDRIGUETTO

*1925+1994

•Patrono do Fórum de Mamborê

‘Seguro em seus argumentos contribuiu decisivamente para a harmonia das relações entre os poderes com o resguardo da independência de cada um deles. Por ocasião do Centenário do Tribunal de Justiça do Paraná proferiu discurso histórico ‘O Poder Judiciário no Paraná’, em sessão do Tribunal Pleno, que se constitui em fonte de consulta sobre o Judiciário paranaense.’



Gestão 1981-1982

Presidente: Jorge Andrigueto

1º vice-presidente: Lauro Lima Lopes

2º vice-presidente: Wilson Reback

1º secretário: Ruy Fernando de Oliveira

2º secretário: Nério Spessato Ferreira

1º tesoureiro: Theodoro F. da Cruz Neto

2º tesoureiro: Tadeu Marino Loyola Costa

Conselho Fiscal: Zanoni de Quadros Gonçalves, Plínio Cachuba, Alceu Conceição Machado, Sydney Dittrich Zappa, Pedro Barry

Judicemed: José Lemos Filho, Wilson Reback

**LAURO LIMA
LOPES**

*1928+1994

**•Patrono do Fórum de
Nova Esperança**

'Homem probo e decido, concretizou o sonho e aspiração dos primeiros magistrados, fez funcionar uma escola de juízes, a Escola da Magistratura do Paraná, notável realidade, exemplo para outros estados e polo de cultura e ensinamentos.'



Gestão 1983-1984 - Chapa União

Presidente: **Lauro Lima Lopes**

1º vice-presidente: **Tadeu Marino Loyola Costa**

2º vice-presidente: **Roberto Pacheco Rocha**

Conselho Fiscal: **Sílvio Romero, Zanoni de Quadros Gonçalves, Vicente Troiano Netto, Olivar Coneglian.**

1º secretário: **Carlos Vítor Maranhão de Loyola**

2º secretário: **Moacyr Guimarães**

1º tesoureiro: **José Ulysses Silveira Lopes**

2º tesoureiro: **Irlan Prohman Arcoverde**

Judicemed: José Carlos Dantas Pimentel, Althair Ferdinando Patitucci, Tadeu Marino de Loyola Costa.

Escola da Magistratura: Jaime Munhoz Gonçalves

LUÍS RENATO PEDROSO

'Durante sete anos, em períodos diferentes, ocupou a presidência da Associação dos Magistrados do Paraná: 1975 completou o mandato do falecido Aurélio Feijó, nas gestões seguintes elegeu-se

e reelegeu-se e, em 1985, voltou a ser eleito e reeleito, permanecendo até 1987.'

Gestão 1985-1987

Presidente: **Luís Renato Pedroso**

1º vice-presidente: **Assad Amadeo Yassim**

2º vice-presidente: **Carlos Vitor Maranhão de Loyola**

Conselho Fiscal: **Alceste Ribas de Macedo, Lauro Lima Lopes, Pedro Barry, Itari Cerqueira Leite, Paulo Roberto Hapner.**

1º secretário: **Clotário Macedo Portugal Neto**

2º secretário: **Leonardo Pacheco Lustosa**

1º tesoureiro: **Irlan Prohman Arcoverde**

2º tesoureiro: **Hirosê Zeni**

Judicemed: José Carlos Dantas Pimentel, Anny Mary Kuss

Escola da Magistratura: Jaime Munhoz Gonçalves

**FRANCISCO DE
PAULA XAVIER
NETO**

*1946+2000

'Homem de talentosa personalidade, com criatividade e descortino marcou indelevelmente a sua jornada no comando de nossas entidades associativas, a estadual e a nacional, promovendo a valorização do juiz e o respeito à magistratura. Instituiu a revista mensal Novos Rumos.'



Gestão 1988-1989 - Chapa Novos Rumos

Presidente: **Francisco de Paula Xavier Neto**

1º vice-presidente: **Sidney Mora**

2º vice-presidente: **Olivar Coneglian**

3º vice-presidente: **Luiz César de Oliveira**

4º vice-presidente: **Márcio Nilton Pereira Mendes**

5º vice-presidente: **Nei Roberto Guimarães**

6º vice-presidente: **Luís Mitsuyochi Taguchi**

Conselho Fiscal: **Ariel Ferreira do Amaral e Silva, Luiz José Perrotti, Augusto Massaretto, Dulce Maria Sant' Eufêmia Cecconi, Guilherme Luiz Gomes.**

1º secretário: **Márcio Nilton Pereira Mendes**

2º secretário: **José de Andrade Faria Neto**

1º tesoureiro: **Vítor Leal**

2º tesoureiro: **Luiz César de Oliveira**

Judicemed: José Carlos Dantas Pimentel, Davi José Arantes, Paulo Roberto Accioly Rodrigues da Costa

Escola da Magistratura: Ruy Fernando de Oliveira

Gestão 1990-1991 - Chapa Novos Rumos

Presidente: **Francisco de Paula Xavier Neto**

1º vice-presidente: **Sidney Mora**

2º vice-presidente: **Olivar Coneglian**

3º vice-presidente: **Luiz César de Oliveira**

4º vice-presidente: **Márcio Nilton Pereira Mendes**

5º vice-presidente: **Nei Roberto Guimarães**

6º vice-presidente: **Luís Mitsuyochi Taguchi**

Conselho Fiscal: **Ariel Ferreira do Amaral, Luiz José Perrotti, Augusto Massaretto, Dulce Maria Sant' Eufêmia Cecconi, Guilherme Luiz Gomes.**

1º secretário: **Márcio Nilton Pereira Mendes**

2º secretário: **José de Andrade Faria Neto**

1º tesoureiro: **Vítor Leal**

2º tesoureiro: **Luiz César de Oliveira**

Judicemed: José Carlos Dantas Pimentel, Davi José Arantes, Paulo Roberto Accioly Rodrigues da Costa

Escola da Magistratura: Ruy Fernando de Oliveira

LUIZ CÉZAR DE OLIVEIRA

*1939

Juiz atuante e seguro de suas convicções teve atuação desassombrada num tenso período de crise política, mantendo a magistratura unida, prestigiada e respeitada'.



Gestão 1992-93 - Chapa Um Passo Adiante

Presidente: **Luiz César de Oliveira**

1º vice-presidente: **Nei Roberto Guimarães**

2º vice-presidente: **Dimas Ortêncio de Mello**

3º vice-presidente: **Sérgio Arenhart**

4º vice-presidente: **Marcos Sérgio Galleano**

Daros

5º vice-presidente: **Ruy Fernando de Oliveira**

6º vice-presidente: **Guilherme Luiz Gomes**

Conselho Fiscal: **Gil Trotta Telles, Ercílio Rodrigues de Paula, Joeci Machado**

Camargo, Luiz Fernando de Araújo Pereira, Luís Mitsuyochi Taguchi, Manoel Sebastião Silveira Filho, Márcio Newton Pereira Mendes, Rui Antônio Cruz, Tufi Maron Filho.

1º secretário: **Antônio Oesir Gonçalves**

2º secretário: **Maurício Júlio Farah**

1º tesoureiro: **Antônio Domingues dos Santos Júnior**

2º tesoureiro: **Luiz Lopes**

Judicemed: José Carlos Dantas Pimentel, Antônio Renato Strapasson

Escola da Magistratura: Francisco José Ferreira Muniz, Edson Ribas Malachini.

SIDNEY MORA

*1934+2017

‘Trabalhador capaz e dedicado, supervisionou todos os projetos e edificações da Amapar, empenhando-se nas questões judiciais e administrativas com o mesmo ímpeto’.



Gestão 1994-1995 - Chapa União

Presidente: Sidney Mora

1º vice-presidente: Tadeu Marino Loyola Costa

2º vice-presidente: Valter Martins de Toledo

3º vice-presidente: Nabor Nishikava

4ª vice-presidente: Jorge Sato

5º vice-presidente: Marcos Sérgio Galliano Daros

6º vice-presidente: Guilherme Luiz Gomes

Conselho Fiscal: Dario Levino Torres, Devanir Manchini, Ercílio Rodrigues de Paula, Joeci Machado Camargo, Jorge de Oliveira Vargas, Lauro Lima Lopes, Nilson de Oliveira Toledo, Ruy Portugal Bacellar Filho, Ruy Muggiati.

1º secretário: Antônio Oesir Gonçalves

2º secretário: Emanuel Silveira Moura

1º tesoureiro: Antônio Domingues dos Santos Júnior

2º tesoureiro: Hirosê Zeni

Judicemed: Jonny de Jesus Campos Marques, Antônio Renato Strapasson

Escola da Magistratura: Clayton Reis

GUILHERME LUIZ GOMES

*1950

‘Líder incontestado da magistratura, admirado por suas atividades jurisdicionais, administrativas e associativas, estreitou laços de amizade com a magistratura dos países vizinhos – Mercosul’.



Gestão 1996-1997 - Chapa Unidade

Presidente: Guilherme Luiz Gomes

1º vice-presidente: Renato Braga Bettega

2º vice-presidente: Antônio Lopes de Noronha

3º vice-presidente: Ruy Francisco Thomaz

4º vice-presidente: Ruy Muggiati

5º vice-presidente: Rui Antônio Cruz

6º vice-presidente: Márcio Nilton Pereira Mendes

Conselho Fiscal:

Tadeu Marino de Loyola Costa, Antônio Oesir Gonçalves, Ruy Fernando de Oliveira, Antônio Domingos dos Santos Júnior, Luiz Sebastião Fávero, Luiz Carlos Gabardo, Kennedy Josué Greca de Mattos, Denise Hammerschmidt, Rogério Etzel.

1º secretário: Marcos Sérgio Galliano Daros

2º secretário: Haroldo Sagboni Montanha Teixeira

1º tesoureiro: Edson Luiz Trevisan

Judicemed: Jonny de Jesus Campos Marques, Antônio Renato Strapasson

Escola da Magistratura: Newton Alvaro da Luz

RUY FERNANDO DE OLIVEIRA

*1940

‘Com independência e sensibilidade geriu os destinos da Amapar, consolidando as conquistas anteriores de respeito à magistratura e às suas reivindicações’.



Gestão 1998-1999 - Chapa Justiça é Cidadania

Presidente: Ruy Fernando de Oliveira

1º vice-presidente: Hayton Lee Swain Filho

2º vice-presidente: Roberto Portugal Bacellar

3º vice-presidente: Jorge Wagih Massad

4º vice-presidente: Carlos Augusto Altheia de Mello

5º vice-presidente: Joel Pugsley

6º vice-presidente: Rosaldo Elias Pacagnan

Conselho Fiscal: Antônio Lopes de Noronha, Sérgio Arenhart, Christine Kampman Bittencourt, Antônio Renato Strapasson, Clayton Reis, Nabor Nishikawa, Rui Antônio Cruz, Marcelo Gobbo Dalla Dea, Sônia Regina Castro.

1º secretário: Lílian Romero

2º secretário: Antônio Carlos Ribeiro Martins

1º tesoureiro: Luiz Lopes

2º tesoureiro: Wilson Roberto Raitani

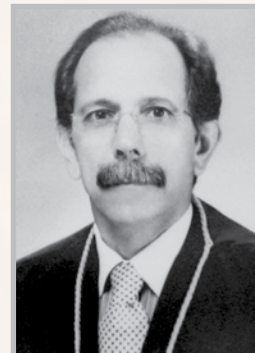
Judicemed: Luiz César de Oliveira

Escola da Magistratura: Newton Alvaro da Luz

JORGE WAGIH MASSAD

*1949

Juiz estudioso e de alta produtividade, confirmou à frente da Amapar sua reputação de administrador criativo e empreendedor, face aos resultados alcançados’.



Gestão 2000-2001 - Chapa Valorização e Independência

Instituição da sigla e da bandeira da Amapar

Presidente: Jorge Wagih Massad

1º vice-presidente: Vítor Roberto Silva

2º vice-presidente: Roberto Sampaio da Costa Barros

3º vice-presidente: Luiz Henrique Miranda

4º vice-presidente: Noeval de Quadros

5º vice Presidente: Mylene Rey de Assis Fogagnoli

6º vice Presidente: Péricles Bellusci de Batista Pereira

Conselho Fiscal: Ronald Accioly Rodrigues da Costa, Waldemir Luiz da Rocha, Joeci Machado Camargo, Renê Pereira da Costa, Jaqueline Allievi, Fernando Paulino da Silva Wolff Filho, Rosselini Carneiro, Joseane Ferreira Machado Lima, Luiz Cláudio Costa.

1º secretário: Lílian Romero

2º secretário: Sidney Mora

1º tesoureiro: Luiz Lopes

2º tesoureiro: Olivar Coneglian

Judicemed: José de Andrade Faria Neto

Escola da Magistratura: Noeval de Quadros

**ROBERTO
PORTUGAL
BACELLAR**

*1962

Jovem culto e dinâmico, representou a entidade associativa e implantou projetos pioneiros e de sucesso como o Justiça se Aprende na Escola’.



Gestão 2002-2003 - Chapa Movimento de Aproximação e Independência

Presidente: Roberto Portugal Bacellar

1º vice-presidente: João Luiz Manassés de Albuquerque

2º vice-presidente: Wellington Emanuel Coimbra de Moura

3º vice-presidente: Raul Vaz da Silva Portugal

4º vice-presidente: Rui Antônio Cruz

5º vice-presidente: Elizabeth de Fátima Nogueira Calmon de Passos

6º vice Presidente: Shiroshi Yendo

Conselho Fiscal:

Haroldo Bernardo da Silva Wolff, Roberto Sampaio da Costa Barros, José Augusto Gomes Aniceto, Helder Luiz Henrique Taguchi, Carlos Alberto Costa Ritzmann, Marisa de Freitas, Christine Kampmann Bittencourt.

1º secretário: Edson Luiz Trevisan

2º secretário: Lídia Munhoz Mattos Guedes

1º tesoureiro: Joatan Marcos de Carvalho

2º tesoureiro: Luiz Mateus de Lima

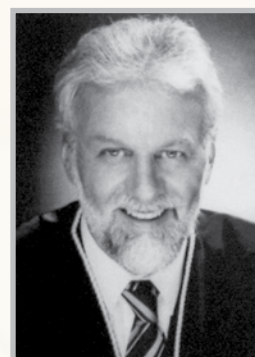
Judicemed: Nei Roberto Guimarães, Humberto Graça Neto.

Escola da Magistratura: Gilberto Ferreira

**GILBERTO
FERREIRA**

*1953

Dirigente hábil e preocupado com as causas sociais, criou o Sersocial, o programa radiofônico Justiça para Todos e organizou o primeiro campeonatos de futebol estadual entre os magistrados.’



Gestão 2004-2005 - Chapa Valorização e Construção

Presidente: Gilberto Ferreira

1º vice-presidente: Valter Ressel

2º vice-presidente: Luís Sérgio Swiech

3º vice-presidente: Francisco Carlos Jorge

4º vice-presidente: Mônica Fleith Lemuch

5º vice-presidente: Edson Luiz Trevisan

6º vice-presidente: Sérgio Luiz Kreuz

Conselho Fiscal:

Regina Helena Afonso Portes, Ana Lúcia

Lourenço, Carmen Silvânia Zolandeck

Mondin, Celso Seikiti Saito, Katsuju

Nacadomori, Lourenço Cristóvão Chemin,

Oswaldo Canela Júnior, Vanessa de Biasso

Mazzutti.

1º secretário: Lídia Munhoz Mattos Guedes

2º secretário: Maria Roseli Guismann

1º tesoureiro: Nelson França Pereira

2º tesoureiro: Francisco Gonzaga de Oliveira

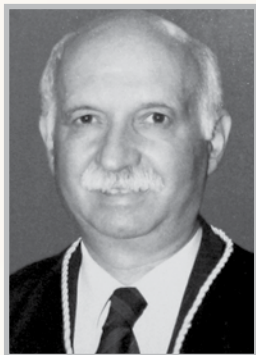
Judicemed: Humberto Graça Neto, Valter Ressel, Wilmar Machiaveli

Escola da Magistratura: Noeval de Quadros

**PAULO ROBERTO
VASCONCELOS**

*1947

Administrador cuidadoso, presidiu o cinquentenário da Amapar e adquiriu a área para a construção da sede própria da entidade.



**MIGUEL KFOURI
NETO**

*1951

Orador fluente, autor consagrado, idealista e perseverante, valorizou os magistrados, respeitando os pleitos da magistratura.



Gestão 2006-2007 - Chapa Administração Participativa

Presidente Paulo Roberto Vasconcelos

1.º vice-presidente José Roberto Pinto Junior

2.º vice-presidente Elias Duarte Rezende

3.º vice-presidente José Cândido Sobrinho

4.º vice-presidente Marcos Antônio Frazon

5.º vice-presidente Sandra Regina

Bittencourt Simões

6.º vice-presidente Décio Luiz Monteiro do Rosário

Conselho Fiscal: Nady Miró Junior, Sílvio Binhara, Joeci Machado Camargo, Aldemar Sternadt, Maurício Júlio Farah, Carmen Lúcia Rodrigues Ramaggio, Ana Lúcia Penhalbel Moraes, Joseane Ferreira Machado Lima, Sérgio Luiz Patitucci.

1.º secretário: Fernando Swain Ganem

2.º secretário: Fábio Haik Dalla Vecchia

1.º tesoureiro: Laertes Ferreira Gomes

Judicemed: Luiz Cezar de Oliveira, Antônio

Renato Strapasson, José de Andrada Faria

Neto, Valter Ressel, Ana Lúcia Lourenço,

Wilmar Machiaveli.

Escola da Magistratura: Accacio Cambi

Gestão 2008-2009 - Chapa Jubileu de Ouro Instituiu a revista Toga e Literatura e a comenda Alceste Ribas de Macedo

Presidente Miguel Kfour Neto

1.º vice-presidente: Marcos Sérgio G. Daros

2.º vice-presidente: Fabiana Leonel A. Bressan

3.º vice-presidente: Noeli Salette T. Reback

4.º vice-presidente: Cláudio Camargo Santos

5.º vice-presidente: Edson Luiz Trevisan

6.º vice-presidente: Fabrício Priotto Mussi

Conselho Fiscal: Sérgio Rodrigues, Ângela

Maria Machado Costa, Ariovaldo Stropa

Garcia, Camila Henning Salmoria, Fábio

Ribeiro Brandão, Gabriel Leonardo Souza

de Quadros, José Roberto Silvério, Stela

Maris Perez Rodrigues, Vanessa de Biasso

Mazzuti. Cesar Ghizoni, Elizabeth de

Fátima Nogueira Calmon de Passos, Hélio

Tsutomu Arabori, Jeane Carla Furlan, Joatan

Marcos de Carvalho.

1.º secretário: Fernando Swain Ganem

2.º secretário: Valter Martins de Toledo

1.º tesoureiro: Gil Francisco de Paula Xavier

Fernandes Guerra

2.º tesoureiro: João Vicente de Oliveira

Judicemed

Vice presidente: José Carlos Dantas

Pimentel, Fernando Wolff Bodziak, Joatan

Marcos de Carvalho.

Conselho Fiscal: Sérgio Arenhart, Jurandyr Reis

Junior, Augusto Lopes Cortes, Valter Ressel.

Conselho Gestor: Antônio Renato Strapasson, Hayton Lee Swain filho, Renato Lopes de Paiva, Shiroshi Yendo, Sônia Regina de Castro.

Escola da Magistratura: Roberto Portugal Bacellar

**GIL FRANCISCO
DE PAULA XAVIER
FERNANDES
GUERRA**

*1963



'Reconhecido administrador, manteve a Amapar forte e unida, cumprindo as metas propostas: juiz, uma profissão, uma vocação e uma paixão.'

Gestão 2010 - 2011 - Chapa Amapar Forte
Presidente: Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra

1º vice-presidente: Fernando Swain Ganem

2º vice-presidente: Noeli Salete T. Reback

3º vice-presidente: Rodrigo Afonso Bressan

4º vice-presidente: Mônica Fleith

5º vice-presidente: Edson Luiz Trevisan

6º vice-presidente: Frederico Mendes Junior

Conselho Fiscal: Luiz Carlos Gabardo, Adalberto Jorge Xisto Pereira, Fabrício Priotto Mussi, Ronaldo Sansone Guerra, José Aristides Catenacci Junior, José Roberto Silvério, Carlos Eduardo Mattioli Kochanny, Edison Jacobucci Ruenda Junior, Jurema Carolina da Silveira Gomes, Themis de Almeida Furquim Cortes, Cesar Ghizoni, Vanessa de Biasso Mazzutti, Walter Ligeiri Junior, Antônio José Carvalho da Silva Filho.

1º secretário: Fábio Ribeiro Brandão

2º secretário: Cláudia Sanine Ponich Bosco

1º tesoureiro: Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira

2º tesoureiro: Horácio Ribas Teixeira

Judicemed

Vice-presidente: Fernando Wolff Bodziak

Diretor financeiro: Luís Carlos Xavier

Conselho Fiscal: Sérgio Arenhart, Luciano

Carrasco Falavinha Souza, Jurandyr Reis

Junior

Conselho Gestor: Hayton Lee Swain Filho, Shiroshi Yendo, Antônio Renato Strapasson, Roberto de Vicente, Sônia Regina de Castro

Escola da Magistratura: Fernando Antônio Prazeres

**FERNANDO
SWAIN GANEM**

*1971



'Competente, dinâmico defendeu a instituição e os juízes fortalecendo os rumos idealizados por seus fundadores.'

Gestão 2012-2013 - Chapa Amapar Forte
Paratodos

Presidente: Fernando Swain Ganem

1º vice-presidente: Frederico Mendes Junior

2º vice-presidente: Hélio César Engelhardt

3º vice-presidente: Marcos José Vieira

4º vice-presidente: Cármen Lúcia Rodrigues Ramajo

5º vice-presidente: Haroldo Bernardo da Silva Wolff

6º vice-presidente: Sérgio Luiz Kreuz

Diretores Executivos: Fábio Ribeiro

Brandão, Noeli Salete Reback, João Luiz

Manassés de Albuquerque, Geraldo Dutra de Andrade Neto, Antônio José da Silva

Filho, Jurema Carolina Silveira Gomes, Luiz Fernando Thomazi Keppen, Lídia Munhoz Mattos Guedes.

1º secretário: Diego Santos Teixeira

2º secretário: Márcio J. Tokars, Cristina Trento

1º tesoureiro: Luiz Cezar Nicolau

2º tesoureiro: Léo Henrique F. de Araújo

Judicemed

Vice-presidente: Luciano Carrasco Falavinha de Souza,

Diretor financeiro: Luís Carlos Xavier

Conselho Fiscal: Valter Ressel, Marco Antônio Massaneiro, Raul Vaz da Silva

Portugal, Michela Vechi Saviato

Conselho Gestor: Antônio Renato

Strapasson, Hayton Lee Swain Filho, Shiroshi Yendo, Fabiane Pieruccini

Escola da Magistratura: Joscelito Giovani Cé, Luciano Campos Albuquerque

FREDERICO MENDES JUNIOR

*1973

“Administrador e orador reconhecido tornou a Amapar presente em todas as instâncias, promovendo a união e a harmonia entre os magistrados”.



Gestão 2014-2015 - Chapa Combatividade, Coragem e União

Presidente: Frederico Mendes Junior

1º vice-presidente: Nilce Regina Lima

2º vice-presidente: Laryssa Angélica K. Muniz

3º vice-presidente: Aurênio José A. de Moura

4º vice-presidente: Luiz Taro Oyama

5º vice-presidente: João Maria de Jesus

Campos Araújo

6º vice-presidente: Geraldo Dutra de

Andrade Neto

Conselho Fiscal: Stewalt Camargo Filho, Rui Antônio Cruz, José Cândido Sobrinho

1º secretário: Márcio José Tokars

2º secretário: Roberto Antônio Massaro

1º tesoureiro: Cesar Ghizoni

2º tesoureiro: Michela Vechi Saviato

Escola da Magistratura: Francisco Cardozo Oliveira

Gestão -2016-2017 – Chapa Combatividade Coragem e União

Presidente: Frederico Mendes Junior

1º vice-presidente: Nilce Regina Lima

2º vice-presidente: Antônio Acir Hrycyna

3º vice-presidente: Aurênio José Arantes de Moura

4º vice-presidente: Wellington Emanuel Coimbra de Moura

5º vice-presidente: João Maria de Jesus Campos Araújo

6º vice-presidente: Leonardo Ribas Tavares

Diretores Executivos: Eduardo Casagrande Sarrão, Diego Santos Ferreira, Roberto

Antônio Massaro, Cesar Ghizoni, Fernando Bueno da Graça, Marco Vinícius Schiebel,

Marcelo Pimentel Bertasso, Nicola Frascati Junior, Antônio Lopes de Noronha Filho

1º secretário: Márcio José Tokars

1º tesoureiro: Antônio Carvalho da Silva Jr.

Judicemed

Vice-presidente: Luciano Carrasco Falavinha de Souza

Diretor financeiro: Luís Carlos Xavier

Conselho Fiscal: Valter Ressel, Marco Antônio Massaneiro, Raul Vaz da Silva

Portugal, Michela Vechi Saviato

Conselho Gestor: Antônio Renato

Strapasson, Hayton Lee Swain Filho, Shiroshi Yendo, Fabiane Pieruccini

Escola da Magistratura: José Laurindo de Souza Netto

Reminiscências de uma campanha eleitoral

Por Gilberto Ferreira

O futebol sempre foi a minha paixão. Assisto-o pela televisão, vou ao campo de futebol e jamais deixei de praticá-lo. Comecei a jogar por volta dos 13 anos de idade e logo descobri que tinha certo jeito para a coisa. Com o futebol angariei muitos amigos, fui campeão e artilheiro inúmeras vezes, fiz gols em todos os estádios da Capital (Pinheirão, Vila Capanema, Arena da Baixada e Couto Pereira) e cheguei até a vestir a camisa do time profissional do Iguazu de União da Vitória numa partida amistosa, na qual fiz o único gol da equipe, o que a livrou da derrota.

Com o futebol, entretanto, tive inúmeras contusões: quebrei a clavícula, uma costela e o dedo polegar direito; fracturei duas vezes o nariz, torci o tornozelo diversas vezes, tive uma dezena de distensões musculares e rompi o ligamento cruzado anterior.

O rompimento do ligamento cruzado é uma das piores contusões que um atleta pode sofrer.

Essa estrutura só é recomposta por cirurgia e a recuperação demora uns seis meses, após intenso trabalho de fisioterapia.

Graças à generosidade de meus amigos fui indicado para concorrer à presidência da Amapar. A disputa eleitoral, como sabemos, é sempre acirrada e exige dos candidatos – e correligionários – um enorme esforço, pois a campanha é feita em todo o Paraná, comarca por comarca.

O acidente em que rompi o ligamento aconteceu logo no início da campanha. Operado, como iria fazer a fisioterapia se tinha que viajar pelo Paraná afora? A solução logo foi encontrada:

- Você viaja no banco de trás, com a perna esticada e faz fisioterapia nas cidades que visitar.

E assim se fez. Em cada cidade eu procurava uma clínica e fazia a fisioterapia. Numa delas, um oficial de justiça me indicou uma clínica interessante:

- Doutor, temos aqui perto uma clínica bem legal. As fisioterapeutas são moças jovens e

muito competentes.

Fui conferir. Na porta da clínica havia diversas fotos das fisioterapeutas, todas muito bonitas. Entrei e fiquei impressionado com o que vi: diversos homens já bem velhinhos sendo atendidos por fisioterapeutas jovens e bonitas. Embora os exercícios fossem de difícil execução, como reparei, os pacientes estampavam no rosto um semblante de satisfação e felicidade jamais visto em quem, como eles, estavam ali a se recuperar de algum tipo de doença.

Claro, era o marketing da clínica. O trabalho era sério e as fisioterapeutas profissionais da mais alta qualificação.

Vida que segue. Outra cidade, outra clínica, outra história até que chegamos a uma nova comarca. O Guilherme Luiz Gomes, na época já desembargador, era o motorista.

Visitamos o colega da comarca, fomos bem recebidos, expusemos as nossas propostas, tomamos um bom café, despedimo-nos. Na rua, o Guilherme achou melhor se informar

do caminho mais curto para chegarmos à saída da cidade. Bem próximo de nós, estacionada, estava uma velha viatura e, ao seu lado, em pé, um policial. O Guilherme aproximou o veículo – um Vectra, se não me engano – e perguntou ao policial qual era o caminho da saída. O policial aproximou-se arisco. Mãos ocultas nas costas, curioso, desconfiado. Olhou para mim e me viu sentado atrás, vestindo um grande capote preto (estava muito frio) e com a perna esticada no banco. Olhou para o Guilherme e o viu de terno, na postura de um autêntico motorista. E deve ter pensado: esse aí, sentado desse jeito, com um motorista tão elegantemente vestido, deve ser no mínimo um ministro de estado. É melhor não abusar.

Então, embarcou na viatura e nos disse:

- Sigam-me, que eu levo vocês até a saída.

E lá fomos nós – ministro e motorista – felizes, a seguir o nosso destino.

Mais adiante nova comarca. A notícia dos bastidores era de que a colega que ali julgava votaria em nosso adversário.

Como era de praxe expusemos nossas propostas e, também, com era de praxe, pedimos o seu voto.

Ela, me abraçando, não se acanhou:

- Fique tranquilo, Gilberto, estamos juntos.

Fomos embora, mas eu carrego a dúvida até hoje: esse “estamos juntos” significava que ela iria me apoiar ou apenas estava junto comigo fisicamente naquele momento?

Liguei para um colega:

- Você poderia me receber amanhã?

- Sobre que assunto?

- Como você sabe, sou candidato à presidência da Amapar...

- Gilberto, sou apolítico e para mim não deveria nem existir associação... e desligou o telefone.

Encontrei-me com o desembargador Octávio Jorge de César Valeixo e aproveitei para pedir-lhe o voto. Ele, muito solícito, me perguntou qual era o projeto social de minha futura administração. E acrescentou:

- Vocês deveriam ajudar crianças carentes.

E foi assim que começou a nascer o Ser-social.

Marcamos um jogo com os colegas de Ponta Grossa. Reunimo-nos no Tribunal do Júri para, dali, de ônibus, rumar para a bela Princesa dos Campos. O Laertes Ferreira Gomes foi o primeiro a chegar. Despediu-se da esposa, pegou a mochila com seu material de futebol e ficou à nossa espera. Aos poucos o pessoal foi chegando. Lotação fechada, lá fomos nós, animados... Lá perto de Vila Velha, alguém pergunta:

- E o Laertes?

O Laertes havia ficado. Logo ele, que havia sido o primeiro a chegar. Tinha ido conversar com alguém nas proximidades quando iniciamos o embarque. Dele, só foi a mochila, guardada por alguém...

A recuperação da cirurgia foi um sucesso,



Diretoria da Amapar, gestão Gilberto Ferreira.

a campanha terminou, voltei a jogar futebol e, graças à bondade de nossos colegas, vencemos as eleições. Com a ajuda de meus companheiros acredito ter honrado a confiança que nos foi depositada nas urnas. Os que me conhecem mais de perto sabem que não sou vaidoso, mas ter tido a oportunidade de ser presidente da Amapar me enche de orgulho e me deixou com um débito imenso para com toda a magistratura paranaense: o dever de eterna gratidão!



Gilberto Ferreira

Nasceu em Quatiguá (PR), no ano de 1953. Bacharel em Direito pela UFPR-Turma 1979. Mestre em Relações Sociais-UEL, especialista em Direito Contemporâneo-IBEJPUC e em Direito Processual - IBEJPositivo. Ingressou na magistratura em 1984, judicando nas comarcas de Jacarezinho, São Jerônimo da Serra, Ribeirão Claro, União da Vitória, Paranaguá e Curitiba. Nomeado para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná em 2013. Presidente da Amapar gestão 2004/05. Esportista consagrado, participa da equipe de futebol da magistratura paranaense em torneios estaduais e nacionais.

Homem de gravata eu respeito!

Por Jorge Wagih Massad

Com imensa alegria, recebi o chamamento do nosso presidente Frederico e da nossa atuante diretora do Departamento de Arquivo e Memória da Amapar, Chloris Elaine Justen de Oliveira, solicitando-me a colaboração, com um artigo, para comemorar o aniversário da nossa entidade de classe, que completa 60 anos de existência.

Tive a honra de presidir nossa querida associação – Amapar, na virada do milênio – gestão 2000/2001, sucedendo a presidência do estimado amigo Ruy Fernando de Oliveira.

Naquela época a Amapar dispunha de pouca receita para fazer frente às suas despesas, já que a arrecadação era limitada a 1% do salário básico do magistrado, quando percebíamos muito mais vantagens do que o próprio salário e aquelas não integravam o percentual da receita da entidade.

Ademais, éramos um número reduzido

de juízes e isso também contribuía para uma modesta receita. Mais tarde, com a implantação do subsídio e a incorporação de todas as vantagens, tudo aliado ao crescente aumento de magistrados na carreira, a Amapar passou a ser uma instituição forte do ponto de vista de arrecadação.

A história que vou contar já faz parte do meu livro “Uma História de Amor”, mas considero-a deveras pitoresca para o propósito de integrar a memória da nossa Amapar. Também porque muitos não tiveram a oportunidade de ler o livro e, assim, conhecê-la.

Temos um funcionário exemplar na nossa associação, que já é prata da casa. Eu o conheci na gestão do Ruy Fernando de Oliveira, pois penso que foi naquela época que ele foi contratado. Seu nome? Nelson Becker. Militar da reserva do Exército Brasileiro, ficou conhecido na Associação pelo seu aperto de mão firme e forte. Nem mesmo com as damas ele mudava seu estilo quando cumprimentava, causando até mesmo alguns



gemidos e reação de dor.

Seu Nelson era o motorista da presidência e assim viajava pelo Paraná, conduzindo com firmeza e competência profissional o presidente ou alguém da diretoria.

Detalhe. Seu Nelson se apresentava para o serviço sempre impecavelmente vestido. Terno, paletó e gravata e, às vezes, até com um colete.

Jorge Wagih Massad

Nasceu em Curitiba (PR), no ano de 1949. Bacharel pela Faculdade de Direito de Curitiba, Turma 1972. Ingressou na magistratura em 1978, judicando nas comarcas de Cornélio Procópio, São Jerônimo da Serra, Congonhinhas, Guaíra, Irati e Curitiba. Tornou-se desembargador em 31 de dezembro de 2004. Vice-presidente da Amapar biênio 1998/99 e presidente em 2000/01. Vice-presidente da AMB na gestão Cláudio Baldino Maciel. Respeitado esportista, violonista e cantor.



Nelson Becker

Nasceu em 1936. Sargento reformado do Exército Nacional. Motorista da Amapar de 1998 a 2016, quando se aposentou.

Para ingressar na Associação dos Magistrados do Paraná foi entrevistado pelo então presidente Ruy Fernando de Oliveira. As perguntas variaram sobre sua vida profissional anterior, experiência ao volante, estradas paranaenses, percursos e cidades do Paraná. Ficou estabelecido um período de três meses em experiência. Findo o prazo de 90 dias, foi efetivado. E permaneceu gestão após gestão: Jorge Wagih Massad, Roberto Portugal Bacellar, Gilberto Ferreira, Paulo Roberto Vasconcelos, Miguel Kfourri Neto, Gil Francisco Fernandes de Paula Xavier Guerra, Fernando Swain Ganem e Frederico Mendes Junior. Durante 18 anos Seu Nelson conduziu os presidentes, levando e trazendo magistrados, percorreu muitas e muitas vezes o Estado do Paraná, pelas nem sempre boas estradas, mas com boa vontade, educação, lhaneza no trato, voz forte e mão firme.

Tão verdade que certa vez, em Londrina, soube que os colegas mais antigos apresentaram o Seu Nelson aos mais modernos e aos da região, que iam jogar futebol na nossa sede, como ministro do STJ. Por alguns instantes a brincadeira foi levada a sério, pelo menos na hora da apresentação.

A minha história envolvendo o Seu Nelson é outra, mas não menos interessante.

Certa vez fui com ele visitar os colegas de Campo Mourão. Seria uma reunião administrativa seguida de um jantar já que haviam me prometido fazer um “carneiro no buraco”, prato típico da região.

Para a viagem, e sempre preocupado com as escassas finanças de que dispúnhamos, chamei a minha secretária que não me recordo se ainda era a dona Alda Gradoswki Bueno ou já a Claudete Kruger Rachadel, e pedi-lhe que fizesse a reserva de dois quartos, no hotel, informando que estaríamos em duas pessoas, o presidente da Associação e o motorista.

Chegamos ao hotel, tomei um banho, descansei um pouco e, logo em seguida, os colegas vieram me buscar para o encontro e a confraternização.

Seu Nelson não quis ir conosco. Me disse que ficaria no hotel para assistir a nossa seleção brasileira de futebol, que jogaria naquela noite. Combinamos nos encontrar às 8 horas da manhã para tomar café e seguir viagem.

A minha reunião com os colegas foi ótima e o jantar ainda melhor, pois eu não conhecia aquele cardápio da região e pude saborear um prato especial que nunca tinha comido antes, que é o carneiro no buraco.

No jantar, as colegas me perguntaram se eu gostei das flores. Respondi que sim, mas confesso que não entendi bem a indagação, porém tudo se esclareceu no dia seguinte.

Terminamos o nosso encontro e depois da confraternização alguns colegas me deixaram no hotel.

Como ainda era relativamente cedo, resolvi assistir ao segundo tempo do jogo da seleção brasileira, até que viesse o sono. Impossível.

A televisão do meu quarto era uma Philco muito velha e pequena, com a imagem em preto e branco. A antena era daquelas internas, telescópica e não parava em posição nenhuma. Na ponta tinha um chumaço de bombril, que alguns acreditavam auxiliar e melhorar a qualidade da transmissão.

Não consegui assistir nada e resolvi dormir.

Na manhã seguinte, assim como combinamos, encontrei Seu Nelson no café bem disposto e vestido impecavelmente. Seus elogios não eram poucos com a noite bem dormida. Me disse que estava maravilhado com o hotel. Assistiu todo o jogo numa televisão colorida, saboreando frutas e, ainda, com o perfume de flores que haviam no apartamento.

Na hora não lhe falei nada, mas fui a viagem inteira rindo calado daquela situação e não tive dúvida de que pela sua aparência e elegância ele conquistou a melhor acomodação e a mim restou o quarto que seria dele.

E assim seguimos viagem. Eu de calça jeans e camisa polo, e ele ao volante, vestido sempre como um lorde.

Compartilhei essa história com meus familiares, amigos e colegas magistrados de todo o Brasil e todos davam muitas risadas daquela situação por nós vivida e que talvez o Seu Nelson nem ficou sabendo do privilégio que teve por andar bem vestido.

Como dizia o humorista Jô Soares, em um quadro de seu programa na televisão, há algum tempo: “Homem de gravata eu respeito”.

Anos de construção e consolidação

Por Ruy Fernando de Oliveira

À guisa de depoimento trago algumas considerações sobre situações e fatos da vida da Amapar de que participei, direta ou indiretamente, desde o ano de 1966. Considero indispensável desde logo assinalar que nesse tempo todo jamais vi ou ouvi referência a alguma atitude desonesta ou desonrosa de membros das diversas diretorias eleitas. Isso bem pode justificar e explicar o seu prestígio e o êxito da jornada.

De 1957 a 1962 a nossa entidade era a Associação dos Juízes de Direito do Paraná e, a partir de então, transformou-se na Associação dos Magistrados do Paraná, primeiro com a sigla AMP e depois Amapar. Há aspectos que engrandecem a história de lutas e conquistas desse período, cujo início já prenunciava dobramentos dramáticos.

Espírito Associativo

A criação de um órgão representativo, antiga aspiração dos magistrados, incluía a ideia de

algo com identidade própria, sem vínculo com o Tribunal de Justiça, para a ampla defesa de seus interesses e desenvolvimento de atividades sociais, culturais, recreativas e profissional, como dito alhures “numa união de esforços em prol do fortalecimento da classe”.

E não poderia ser mais significativa e promissora a participação de Alceste Ribas de Macedo nos fatos que determinaram a realização desse sonho. Ao ser chamado pelo presidente do Tribunal de Justiça, em 1957, no conhecido episódio em que lhe era pedido, como juiz da 1ª Vara Cível, que convencesse os demais juízes a aceitar o aumento de vencimentos previsto como restrito aos desembargadores, ele se recusou a participar daquilo que considerou uma traição aos colegas. Mais tarde, em 1962, afastou-se da presidência da entidade em virtude de sua nomeação para o Tribunal de Justiça - na época a ideia de incompatibilidade era compreensível.

A conduta de Alceste, primeiro presidente da Associação dos Juízes (da Associação dos



Magistrados o primeiro foi Segismundo Gradowski) revelava uma apurada percepção do sentido de democracia e do espírito associativo que devem animar os participantes de tais instituições. Se inicialmente não havia congregarmento integral, porque os desembargadores mais antigos se afastavam por abominar sindicatos, ligando-os a ações getulistas, mais tarde os magistrados em geral compreenderam a importância e a necessidade da iniciativa.

É certo que o Tribunal de Justiça chegou a reservar a presidência da associação como prêmio de consolação aos que haviam perdido a eleição para a chefia do poder. E, ainda, que as atividades de nossa entidade se resumiam praticamente a construção de obras e eventos culturais e recreativos.

Mudou paulatinamente tal estado de coisas. O atendimento ao associado e familiares precisava ser ampliado, acompanhado de outras medidas.

Nas gestões de Francisco de Paula Xavier Neto, a partir de 1988, foram complementados

e solidificados programas e obras de diretorias anteriores e fornecidos parâmetros e inspiração para as diretorias que se seguiram.

Realizações

Vieram então, ano a ano, os muitos benefícios que hão de se estender às gerações futuras.

Um patrimônio que compreende, na região metropolitana de Curitiba, a sede própria central, a Casa do Magistrado, a Sede Esportiva e, no Estado, as sedes de Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, mais o Clube da Justiça de Cascavel e a Colônia de Férias de Guaratuba, recanto de atividades culturais e de férias das famílias dos magistrados paranaenses; a Escola da Magistratura do Paraná (EMAP), instituição modelar, reconhecida nacionalmente, com núcleos em várias comarcas; o plano de saúde Judicemed, que atende magistrados e familiares com eficiência e presteza, garantindo-lhes tranquilidade e segurança; o programa Sersocial e a Oficina de Direito e Cidadania para atendimento a crianças e adolescentes carentes.

Outras muitas atividades estão compreendidas nestas mencionadas. Tudo a evidenciar o empenho e a pujança da Amapar.

O registro histórico do Judiciário foi iniciado e desenvolvido por Milton Miró Vernalha e o dos magistrados por Chloris Elaine Justen de Oliveira, diretora do Departamento de Memória e Arquivo.

Posicionamento

O Poder Judiciário brasileiro é atualmente chamado a intervir em questões muitas vezes previstas como de competência exclusiva de outros poderes, porém a discussão do tema sobre a conveniência, oportunidade e cabimento do chamado ativismo judicial vem sendo gradativa e rapidamente substituída pela certeza da maioria dos juristas e observadores no sentido de que



Desembargadora Ivanise Martins, o casal Chloris e Ruy de Oliveira e o desembargador Guilherme Gomes.

Ruy Fernando de Oliveira

Nasceu em Ponta Grossa (PR), no ano de 1940. Bacharel em Direito pela UFPR-Turma 1965. Ingressou na magistratura em 1966, julgando nas comarcas de Campo Largo, Cerro Azul, Araucária, Rio Negro, Ipiranga, Santo Antônio do Sudoeste, Pato Branco, Paranaguá e Curitiba. Juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça na gestão Ossian França. Nomeado juiz de alçada em 1990. Em 1999 tornou-se desembargador. Eleito primeiro vice-presidente do TJPR em 2009. Secretário da Amapar gestão 1981/82, vice-presidente em 1992/93, conselheiro fiscal em 1996/97 e eleito presidente no biênio 1998/99. Professor da Emap, desde 1984, coordenador e diretor-geral da Escola no período 1988/91. Aposentou-se em 2010. Na juventude, participou com seu irmão Luiz César do conjunto vocal “Calouros do Ritmo”, editando long-play histórico.

sua atuação, nas específicas circunstâncias do panorama vigente, é não só necessária como fundamental, sem mais indagações.

As associações de magistrados têm se apressado a incentivar e defender as autoridades judiciárias eventualmente atacadas ou pressionadas indevida ou ilegalmente nos processos oriundos de operações como as chamadas Mensalão e Lava Jato.

Em 1992 a magistratura paranaense paralisou as suas atividades e dezesseis associados da Amapar ingressaram na Assembleia Legislativa com um pedido de *impeachment* do governador do Estado por crimes de responsabilidade tais como atentado contra o livre exercício do Poder Judiciário, contra o livre exercício dos direitos individuais, contra a probidade administrativa e contra o cumprimento das leis e das decisões judiciais, com previsível resultado adverso. Os fatos apontados, contudo, eram consistentes. E o resultado final da atitude de resistência aos abusos foi positivo em diversos pontos, inclusive na questão salarial, resolvida no Supremo Tribunal Federal.

A ameaça daquela época à independência do Judiciário foi acrescida de uma recente investida contra a própria jurisdição, ao poder que lhe foi conferido de dizer o Direito por seus membros. Os políticos, tendo à frente o mesmo ex-governador, procuraram, com o projeto de uma casuística lei de abuso de autoridade, não só intimidar os juízes, mas também limitar a importância e alcance da tutela jurídica por eles determinada. Suprimiram-se, é certo, artigos contidos no projeto original que configuravam uma tentativa de frustrar as ações da Polícia Federal e do Ministério Público desenvolvidas em conhecidas operações contra a corrupção, mas, principalmente, evidenciavam a clara intenção de enfraquecer os julgadores mediante anunciada punição para os que viessem a interpretar a lei 'de maneira não literal', ou

seja, impondo-lhes uma limitação à liberdade de julgar em contrariedade à regra universal de que os juízes não podem ser punidos pelas opiniões formuladas e razões adotadas no curso do processo.

Sobreviveram, contudo, outros artigos danosos à independência de juízes e promotores, como é sabido. Talvez a intenção fosse mesmo simular uma concordância com a supressão de artigos que eles mesmos haviam concebido.

Cabe às associações de magistrados, com firmeza e constância, lutar pela independência do Poder Judiciário, intérprete final e definitivo da Constituição, e pela prevalência da força imperativa de seus julgados como forma de garantir a integridade do próprio Estado Democrático de Direito.

Os sessenta anos

O retrospecto é favorável na medida em que a atuação associativa e o desvelo dos magistrados nos asseguraram o respeito, o apreço e a consideração da comunidade. A Amapar vem cumprindo o seu papel como todos nós associados reconhecemos.

É oportuno, no entanto, lembrar aos jovens magistrados e magistradas que sua entidade de classe precisa de constante renovação e aperfeiçoamento, ao influxo de iniciativas e esforços especialmente dirigidos e reservados em suas pautas de atividades. A sociedade moderna em constante mutação, a grande crise mundial, a recuperação e o soerguimento de nosso país, são perspectivas nada fáceis para os que, afora os encargos pessoais e profissionais, procuram dar a sua contribuição ao avanço, à força e estabilidade, ao protagonismo de sua instituição. Mas a ninguém é dado se esquivar desse nobre desiderato. Talvez o seu talento, criatividade e, principalmente, a sua capacidade já estejam faltando e sejam decisivos nessa empreitada.

Mãos à obra!

Um passo adiante!

Caro desembargador Luiz César, quando e como o senhor iniciou a carreira na magistratura?

Ingressei a carreira em 1969, na função de juiz substituto. Naquela época eram dois concursos e em 1970 assumi a comarca de Coronel Vivida, no cargo de juiz de Direito. Cheguei na Capital em 1978, fui nomeado juiz de Alçada em 1990 e desembargador em 2000.

Qual a importância dos três anos de experiência antes do ingresso na carreira e o papel da Amapar?

Quanto mais experiência tiver o candidato para a carreira, para o exercício da função jurisdicional, será melhor. Também existe o outro lado, no entusiasmo do jovem, aquele que consegue passar no concurso se submete aos dois anos na Emap, onde adquire uma visão, nos primeiros passos na carreira como juiz substituto e preparação fundamental para o cargo com mais segurança.

A Escola da Magistratura do Paraná sempre prestou um serviço muito importante. Aliás, a Amapar em todas as gestões veio num crescendo inexorável, deixando de atuar de forma mais doméstica, podemos dizer, quando se dedicava mais às atividades culturais e recreativas. Embora com a preocupação de atender e preparar o magistrado para a atividade judicante, a preferência era dada ao atendimento à família.

Essa disposição da Amapar é que determinou o avanço, pela participação responsável e vocacionada de cada presidente, cada um na sua época, dando seu esforço para que a Associação viesse atender cada vez mais com eficiência as exigências dos magistrados, tanto para seu conforto quanto para o preparo e amparo ao exercício dessa função relevantíssima e exaustiva que é a judicatura. Isso estava dentro do contexto da Amapar, de preparar o magistrado para assumir suas funções de modo a não se sentir desamparado, isolado.



E na passagem do senhor pela Escola da Magistratura do Paraná, como supervisor, o que pode ser destacado?

Tenho que fazer uma remissão ao tempo em que a Emap foi fundada, quando as dificuldades eram muito grandes, na questão de estrutura, espaço e até técnica para estabelecer um currículo ou a escolha dos professores. A escola engatinhava, mas evoluiu muito bem. Primeiro, preparando os bacharéis para o concurso, os primeiros passos foram esses. Depois a Emap mudou a orientação e passou a priorizar o atendimento aos magistrados. Embora mantivesse o curso de preparação para ingresso na magistratura, concentrou a atenção nos cursos de aperfeiçoamento, com encontros para debates em todas as áreas do Direito. No começo a Emap se ressentiu do sistema positivado das aulas. Isso começou a preocupar fundamentalmente a escola ainda quando era supervisor o saudoso desembargador Francisco Muniz, com quem dialogávamos muito na época, com o objetivo de implantar

um novo sistema, o de estudo de casos, para familiarizar os alunos ao contraditório dentro da escola. A evolução do trabalho da Amapar foi refletida na Emap.

Muito tem sido comentado sobre o crescimento das mulheres na magistratura, que atualmente preenchem cerca de 40% dos cargos no Paraná. Qual a opinião do senhor?

Acredito que é uma questão de tempo a aceitação total. As mulheres estão ocupando cargos mais importantes, têm preparo e condições de assumi-los. Sempre estiveram em plenas condições e igualdade. Essa luta feminista começou além-fronteiras e hoje as mulheres sofrem poucas restrições em seus propósitos profissionais.

E a campanha do senhor para presidir a Amapar, como foi construída? Ocorreu uma disputa prévia, certo?

Tenho que fazer referência ao período anterior, com o saudoso Francisco de Paula Xavier Neto, um ícone na magistratura do Paraná. Ele inaugurou uma época, deu um sentido completamente novo à Associação, acrescentou algo muito relevante. Mas precisávamos de mais comunicação e integração com os magistrados, para quebrar o isolamento dos juízes que viviam no interior. O ideal foi esse, de quebrar o isolamento, atender melhor os juízes dispersos. Fez-se uma campanha com essa nova visão que conquistou a simpatia dos juízes. O Xavier fez duas gestões e partiu dele a ideia de dividir o Estado em coordenadorias. Havia uma plêiade em seu entorno para que se desenvolvesse o movimento de integração.

O momento conferiu uma movimentação, uma coesão extraordinária entre os magistrados. Era o início da interação das associa-

ções com a AMB. Aí é que tudo começou. O Xavier tinha uma forte ligação com a AMB, especialmente com o colega Régis Fernandes de Oliveira, que veio a ser eleito presidente da AMB. Ocorreu o contato imediato, essa mobilidade que a Amapar ganhou ao entrar no movimento de unificação da magistratura em todo o Brasil. O Xavier estava tão integrado que acabou presidindo a AMB, sendo candidato único, quando foi praticamente aclamado.

Na sucessão ao Xavier, no Paraná, foi a primeira vez na história da Amapar que se fez uma convenção para escolher entre os membros do conselho o candidato a concorrer pela situação contra a oposição liderada pelo desembargador Sydney Zappa. A mobilização na convenção foi enorme, suscitou o interesse de todos. Acabei sendo escolhido candidato por apenas um voto. Até o final não tínhamos ideia de quem venceria para concorrer ao cargo de presidente.

Agora, um fato político, a divergência com o governador do Paraná foi inédita, sem precedentes na história da Amapar. Como foi desencadeada tal “crise institucional”?

O problema foi com o governador Roberto Requião que se excedia ao controlar as verbas constitucionais do Poder Judiciário, as dotações do Poder Judiciário, sem repasses. Foram momentos de grande dificuldade. Ele criticava os magistrados pela imprensa, denegria a imagem dos juízes frontalmente. Como tinha disponibilidade, um acesso ilimitado à mídia, suas ações criticando os juízes passaram a ocupar as primeiras páginas dos jornais, insultando-os de forma escandalosa.

A Amapar foi obrigada a se posicionar para que a ordem fosse restabelecida. O Tribunal



Luiz César de Oliveira

Nasceu em Ponta Grossa PR, no ano de 1939. Bacharel pela Faculdade de Direito Curitiba-Turma 1968. Ingressou na magistratura em 1969, julgando nas comarcas de Campo Largo, Ivaiporã, Paranaguá, Arapongas, União da Vitória, Coronel Vivida, Mandaguari, Wenceslau Brás, Maringá e Curitiba. Nomeado juiz de alçada em 1990. Em 2000 tornou-se desembargador. Professor da UEM e da Emap, onde foi supervisor-geral, vice-presidente da Amapar e diretor da Judicemed na gestão 1988/89, vice-presidente e conselheiro fiscal em 1990/91 e presidente na gestão 1992/93. Aposentou-se em 2007. Na juventude, participou com seu irmão Ruy Fernando do conjunto vocal "Calouros do Ritmo", editando long-play histórico.

ficou numa situação embaraçosa, principalmente pela falta de coesão. A harmonia estava sendo quebrada devido à atitude do governador. Ele nos recebeu no Palácio Iguacu, mas a entrevista foi coberta de ironias, cheia de reticências. A ideia era desafiar o Poder Judiciário e com sua proverbial dificuldade de conviver em clima de democracia. O que sempre caracterizou sua gestão: o autoritarismo. A Associação decidiu, em assembleia geral, fazer uma paralisação.

Ele continuou a manchar a imagem do Poder Judiciário dizendo que os juízes queriam apenas dinheiro. Fomos até Brasília, ingressamos no Supremo Tribunal Federal para buscar de alguma forma um posicionamento, tentar obter algo para cessar aquele estado de coisas e uma ação de *impeachment* foi proposta pela Associação para conter os abusos, tudo com apoio de outras associações. Uma situação crítica que provocou muito desgaste. Foram cinco meses em que a magistratura esteve paralisada, numa mobilização sem precedentes, graças ao novo perfil que a Amapar tinha conquistado com a implantação das coordenadorias. A paralisação foi decidida por unanimidade e dois dias depois teve início. O então presidente do Tribunal de Alçada, Carlos Vitor Maranhão de Loyola, determinou a paralisação do órgão.

O Tribunal de Justiça não interrompeu as atividades, pois o Poder Judiciário, como um todo, não poderia fazer isso. A iniciativa era da Associação e dos juízes. Existia, também, divergência no Tribunal de Justiça, alguns não estavam de acordo. O então presidente, Ronald Accioly, não poderia tomar atitudes que expusesse o Poder. A Associação assumiu esse papel.

Foi, realmente, uma época conturbada, que até prejudicou o alcance e consumação de metas então projetadas.

Essa divergência foi marcante e vejo que, hoje, o desafio ao Poder Judiciário extravasou o âmbito estadual. A atual crise do país está sendo caracterizada por investidas, por atitudes que arrostando o Poder Judiciário e, conseqüentemente, colocam em risco as instituições.

A luta continua!

Entrevista ao jornalista Rômulo Cardoso

Um pouco de mim!

Por Luís Renato Pedroso

Nasci em Foz do Iguaçu, nos idos de 1928. No grupo escolar Bartholomeu Mitre aprendi as primeiras letras. Aos onze anos cursei o liceu Rio Branco, na Capital.

Meu pai, Accácio Pedroso, alugou um sobrado em Curitiba, na rua Ermelino de Leão, onde deixou a família, continuando a dirigir os negócios em Foz do Iguaçu. Fê-lo para que meu irmão mais velho cumprisse o serviço militar na antiga Companhia Quadros, onde hoje se localiza a Rua da Cidadania, na Praça Rui Barbosa e cursasse o pré-jurídico, enquanto minha única irmã terminava o ginásio no Colégio Cajuru. O terceiro filho, este escriba, passou a fazer o 4.º ano primário no grupo Anexo, onde já funcionava o Instituto de Educação, chamado, então, de Escola Normal. No início de 1939, quando se desfez a residência em Curitiba, ingressei no liceu Rio Branco, em regime de internato.

Dirigido pelo distinguido casal Aníbal Bond

Carneiro e Odette Bond Carneiro, o liceu se localizava na Pracinha do Batel, mudando-se, depois, para onde funciona atualmente o Colégio Estadual Rio Branco. Redigindo estas linhas, uma enorme saudade invade meu coração. Interno, lá fiquei de 1939 até 1946, quando fiz vestibular e ingressei na faculdade de Direito da Universidade do Paraná, que foi federalizada no ano de minha formatura, ou seja, em 1950.

Lembro-me dos tempos felizes que passei no liceu, estudando com muita vontade, sob a orientação de mestres renomados, como Lygia Carneiro, rigorosa, mas amiga. Anos depois, quando fui escolhido orador do CPOR, levei meu discurso para que a querida professora o corrigisse. Ela o fez carinhosamente, não sem antes me admoestar jocosamente: 'Não parece que você foi meu aluno de português'...

Recordo-me de muitos colegas, que se tornaram meus amigos, como José Maria de



Desembargadores: Lauro Lima Lopes, Alceste Ribas de Macedo e Luís Renato Pedroso.

Araújo Perpétuo, médico conceituado, prefeito várias vezes de sua terra natal, Palmas; dos irmãos Stadler de Souza, um dos quais, o Sílvio, de saudosa memória e companheiro do Tribunal de Justiça e o primogênito, cel. Mário, que encontrei, vez por outra, dos também irmãos Elias e João Farah, já falecidos, como o Fábio Laynes; do Guinoel, sempre brincalhão, do Vitório Mezzadri, com quem falo sempre, e tantos outros.

Passagem muito interessante daquela época era a de que, tendo os pais na distante Foz do Iguaçu, ficava sozinho no internato, transferido do enorme dormitório para a enfermaria, durante as férias de julho, porque o tempo era exíguo para a épica viagem de oito dias, ora de trem pela Sorocabana, passando por Ourinhos até Presidente Epitácio, ora navegando o Rio Paraná até Guaíra e, depois, por trem, desviando os Saltos das Sete Quedas, para tomar o vapor argentino de Porto Mendes a Foz do Iguaçu.



Bacharel, tive rápidas incursões pelo Ministério Público e Advocacia Estatal. Ingressei na carreira da magistratura, em 1957, tendo sido juiz substituto na Seção Judiciária de Londrina, que abrangia Cambé e Rolândia. Fui titular das comarcas de Araruva, hoje Marilândia do Sul, Astorga e Londrina.

Em Curitiba ocupei a primeira vara da Fazenda Pública, quando não existia a Justiça Federal. Com a criação do Tribunal de Alçada figurei entre os dez primeiros juízes, tendo sido vice-presidente e presidente. No egrégio Tribunal de Justiça de 1978 até 1993, tive a honra de ser corregedor e presidente. Da Associação dos Magistrados do Paraná fui presidente por nove anos e vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Presidi a Associação dos Magistrados do Paraná em duas oportunidades. Em 1978 era vice-presidente e ocorreu o prematuro falecimento do presidente, des. Aurélio

Feijó, e o substituí no cargo. Nas gestões seguintes 1977/1978, 1979/1980, fui eleito presidente, permanecendo à frente da entidade por cinco anos. Nas gestões de 1985/1986 e 1987/1988 fui novamente eleito e reeleito.

Portanto, é natural e lógico que tenha muitas saudades dos tempos em que cumpria minha atividade jurisdicional, notadamente em época que o Judiciário vem passando por profundas mudanças.

Tendo vivido, portanto, boa parte da história de nosso judiciário, inclusive presidido o areópago no Ano do Centenário (1991), é evidente que meu coração abrigue grande saudade e me faça com ele sonhar seguidamente.

Praza aos céus que nossos juízes, com a valiosíssima contribuição dos senhores advogados, agentes do Ministério Público e serventuários da Justiça, cumpram com o dever que lhes é atribuído, sob a benção do 'Juiz dos Juízes'.

Gigante sexagenária

Por Fernando Swain Ganem

A Amapar, Associação dos Magistrados do Paraná, completa 60 anos de existência em uma época de perturbação nacional, em que a democracia sofre riscos com a ameaça de extinção de garantias constitucionais que há anos se conservam em favor daqueles que têm o dever de vigiar, fiscalizar e preservar os direitos das pessoas. Vivemos um tempo em que o país está dividido entre facções que, evidentemente, sob sua ótica, buscam o melhor para a nação. Mas isso é política e o momento se apresenta mais propício a comentários festivos do que à valorização das turbulências pelas quais passamos.

Tive o prazer de integrar a diretoria da Amapar por 10 anos, sendo diretor do interior (gestão 2002/2003), secretário e conselheiro da Judicemed (gestão 2006/2007), secretário e diretor social (gestão 2008/2009), vice-presidente (gestão 2010/2011) e, por fim, presidente (gestão 2012/2013), encerrando um ciclo onde pude

vivenciar as lutas diárias enfrentadas por todos os integrantes da diretoria, no afã de continuar o trabalho lá atrás iniciado pelo saudoso Alceste Ribas de Macedo, quando da formação da então Associação dos Juizes de Direito do Paraná, cuja nomenclatura foi alterada para AMP – Associação dos Magistrados do Paraná, sendo posteriormente denominada de Amapar, hoje uma gigante sexagenária que, em todo esse tempo, só tem acumulado em seu histórico um número sem fim de vitórias institucionais, sem contar o agigantamento do patrimônio e a promoção efetiva do bem estar e saúde dos seus associados. Tudo o que somos hoje foi antecedido de esforço concentrado, trabalho coletivo, lutas e mobilizações que consumiram o tempo de cada um dos associados inscritos, mormente de seus presidentes e diretores.

Nada foi feito por uma só pessoa. No plano institucional foram muitos os embates. Apenas para citar alguns deles:

a) a constituição da associação já foi polêmica, posto que, inicialmente, era formada

somente por juízes e tinha como principal objetivo a união e valorização do magistrado ante as diferenças existentes entre magistrados de primeiro com magistrados de segundo grau;

b) o conhecido confronto direto com o governador estadual contra os parcos vencimentos direcionados à magistratura, bem como a defesa das garantias e prerrogativas dos magistrados em face dos desmandos e retaliações partidas do mesmo chefe de poder;

c) os esforços concentrados contra as primeiras reformas previdenciárias havidas no final nos anos 1990, época em que ingressávamos na magistratura;

d) a luta pela dignidade de nossos vencimentos e, depois, pela implementação dos subsídios;

e) o acompanhamento dos magistrados do interior e capital nos casos em que foram alvo de críticas ou acusações em razão do exercício de suas funções;

f) a campanha pela unificação dos tribunais de Justiça e de Alçada;

f) a histórica marcha de resistência ao cumprimento de metas impostas pelo CNJ a curto prazo sem a implementação, no primeiro grau de jurisdição, de estrutura física e funcional necessárias a tanto;

g) o avanço na luta pela implementação de assessoria ao juiz de Direito, até hoje em andamento com vistas à estrutura de gabinete;

h) a mobilização para a criação das varas judiciárias na capital e interior do Estado, objetivando a melhor prestação jurisdicional ao cidadão;

i) a oposição da magistratura às alterações significativas na categoria das entrâncias judiciárias, que restaram definitivamente enterradas;

j) a movimentação para as eleições diretas à cúpula do Tribunal de Justiça, bem como para a extensão da qualidade de elegíveis a todos os integrantes do Tribunal Pleno;

j) a luta pela implementação de incrementos legais aos vencimentos, de forma a manter a dignidade dos nossos subsídios, sem perder a



Fernando Swain Ganem

Nasceu em Apucarana (PR), no ano de 1971. Técnico em Desenho Industrial do CEFET e bacharel em Direito pela UEM - Turma 1996. Ingressou na magistratura em 1998, julgando nas comarcas de Campo Mourão, Cascavel, Capitão Leônidas Marques, Cianorte e Colombo. Na Amapar ocupou o cargo de diretor do Interior 2004/05, secretário em 2006/07, diretor social 2008/09, primeiro vice-presidente em 2010/11 e presidente no biênio 2012/13. Lecionou na Emap nos Núcleos de Cascavel, de Maringá e de Umuarama. Cantor e violonista com CD editado.

esperança da justa recomposição anual, nos termos da Constituição Federal.

A par dessas lutas e de outras tantas aqui não mencionadas, ainda vimos, atualmente, a mobilização contra as reformas que tendem a afastar garantias e extinguir direitos dos magistrados (como na reforma previdenciária e lei do abuso de autoridade), evidente retaliação à firme atuação de juízes federais e estaduais em operações tendentes a desvendar crimes de corrupção. Já no item patrimonial, assistimos a um avanço significativo, pois saímos de uma sede que funcionava dentro do próprio Tribunal de Justiça e ganhamos a tão sonhada independência física com a inauguração da sede administrativa, idealizada na gestão 2006/2007, sendo um projeto da gestão 2010/2011, construção iniciada na gestão 2012/2013 e obra entregue na gestão 2014/2015.

Trata-se de construção moderna e que, além de abrigar a nossa Associação, ainda tem espaço para locação a terceiros, tornando-a autosustentável. Ainda no plano físico e patrimonial,

os associados viram ser levantadas várias outras obras de importância não reduzida, como a colônia de férias de Guaratuba, as de Foz do Iguaçu, Maringá, Londrina, Cascavel e Ponta Grossa. Todas que, conquanto idealizadas e construídas por esse ou aquele presidente, exigiram das respectivas diretorias, bem como das seguintes, um esforço maior para mantê-las em atividade, sempre buscando o bem estar dos associados.

Não há dúvida nenhuma de que nossa Associação, hoje, no âmbito patrimonial, há de ser, proporcionalmente, a mais rica dentre todas as outras entidades de magistrados estaduais existentes no país, pujança essa que se deve à dedicação de todos aqueles que emprestaram a sua testa, o seu tempo e parte da sua vida pessoal em prol dessa coletividade. E, por falar de empréstimo da vida pessoal, não se pode olvidar que o desgaste do cargo, no dia a dia, com tantas controvérsias, tantos litígios, provoca um outro desgaste na vida do magistrado, que fica com a sua saúde mental e física vulnerável, à mercê do acaso.

E justo por isso é que, desde a sua fundação, a Judicemed também tem sido alvo de atenção da diretoria, além de preocupação constante dos seus usuários. Instituição criada com o fim de cuidar da saúde dos magistrados e familiares, também teve momentos de debilidade em sua saúde financeira e contou com a habilidade de sua diretoria e da compreensão dos associados usuários para driblar, com maestria, essas situações de dificuldade, incluindo-se aí o atendimento da exigência da formação de um plano de autogestão imposto pela agência reguladora.

Hoje temos um dos melhores planos de saúde do país e uma rede credenciada ampliada, abrangendo clínicas e profissionais em todo o Estado do Paraná, tudo também graças ao convênio, renovado periodicamente, celebrado com a Unimed. Do mesmo modo que o plano de saúde, no modelo de autogestão, a Mútua Judiciária passou por dificuldades, chegando a acumular mais de doze indenizações, ficando deficitária, o que exigiu da sua diretoria a realização de diversos estudos necessários à solução da crise, esta que também foi afastada, apesar das controvérsias que surgiram à época.

Atualmente, acumulamos um capital superior a trinta milhões de reais, garantindo plena segurança aos associados vinculados a

esse sistema de seguro, que não se equipara a nenhum outro ofertado no mercado. Não menos importantes dos que essas mobilizações e feitos, também no plano cultural várias atividades foram realizadas a possibilitar a união e conagração dos magistrados, bem como a sua formação e atualização, incluindo-se aí alguns cursos realizados no exterior (Itália e Alemanha), além do apoio no lançamento de obras escritas por colegas magistrados, da *Novos Rumos*, da *Revista Judiciária* e da *Toga e Literatura*. Este é apenas um breve resumo para que se registre que em todos os momentos a Amapar sempre esteve presente e, principalmente, atuante.

Cada associado pode se recordar dos momentos que aqui narrei e a época em que aconteceram e então lembrarão de como foi difícil superar cada etapa, cada embate, cada fato ou tentativa de desonrar o Poder Judiciário ou a magistratura como um todo. Diante de tudo isso, de toda essa pujança de valores conquistados ao longo desses anos, a certeza que fica é a de que, hoje, os presidentes e diretores, sem qualquer distinção, na paz de seus lares, com a sensação do dever cumprido, podem dizer que toda a dedicação, a perda da saúde, a sonegação ao convívio familiar, o abandono temporário da vida particular e dos projetos pessoais, a entrega pela causa coletiva e impessoal, que tudo isso valeu a pena, e que, se fosse hoje, tudo seria feito de novo, e de novo e de novo.

E termino como já fiz outro dia, citando Leminski:

***Valeu encharcar esse planeta de suor
Valeu esquecer das coisas que eu sei de cor***

Valeu encarar essa vida que podia ser melhor

Valeu, Valeu.

Valeu, Amapar!

Caríssimos colegas

Por Guilherme Luiz Gomes

Tive a felicidade e a elevada honra de presidir a nossa Amapar no período de 31 de janeiro de 1996 a 31 de janeiro de 1998. Concorri pela Chapa União, proposta clara de promover a harmonia entre os colegas magistrados. E, realmente, com a diretoria irmanada neste preceito, conseguimos êxito, inclusive nos 23 encontros culturais regionais, sociais, esportivos acontecidos. Honrados fomos pela presença dos presidentes das duas cortes de Justiça do país, ministro Romildo Bueno da Silva, presidente do Superior Tribunal de Justiça e o ministro Sepúlveda Pertence, presidente do Supremo Tribunal Federal, que participaram de seminário e encontro jurídico-cultural, ambos em Foz do Iguaçu, com magistrados e juristas dos países vizinhos, Argentina, Paraguai e Chile. Isto ensejou a primeira reunião de Juízes Ibero-americanos, do Congresso de Direito Comunitário do

Mercosul e do Encontro da Mulher Magistrada. Obtivemos excelentes resultados na conclusão jurídica, questões de interesse da magistratura brasileira e dos países vizinhos, e no conagraçamento entre os participantes.

O competente e saudoso vice-presidente, Márcio Nilton Pereira Mendes, organizou cinco campeonatos esportivos, inclusive o Sul-Brasileiro de Futebol e outro de Tênis, sagrando-se campeã, em ambos, a equipe paranaense.

Emocionante a comemoração do centenário de nascimento do des. Segismundo Gradowski, presidente da Amapar, gestão 1963/64.

Dos vice-presidentes Renato Braga Bettega, Antônio Lopes de Noronha, Ruy Francisco Thomaz, Ruy Muggiati, Rui Antônio Cruz e Márcio Nilton Pereira Mendes recebi irrestrito apoio, o que concorreu para a realização das metas previstas, tais como o Encontro Estadual de Juízes Supervisores de Juizados Especiais e o Seminário de Avaliação da Prestação Jurisdicional.



Muito me apraz recordar aos caros amigos que na primeira reunião da Diretoria, presente o Conselho Fiscal – Tadeu Marino de Loyola Costa, Antônio Oersir Gonçalves, Ruy Fernando de Oliveira, Antônio Domingues dos Santos Junior, Luiz Sebastião Fávero, Luiz Carlos Gabardo, Kennedy Josué Greca de Mattos, Denise Hammerschmidt, Rogério Etzel – aprovamos um plano de ação viável, inclusive ampliação das atividades culturais e esportivas, fortalecimento da Escola da Magistratura, apoio à Judicemed e à defesa dos direitos constitucionais da magistratura.

Relevância especial teve a solenidade no Tribunal Pleno do TJPR em comemoração aos 40 anos da Amapar. Na oportunidade do Jubileu de Prata da Colônia de Guaratuba inauguramos o Parque Aquático (duas piscinas e área de lazer frente ao mar, guarda-sóis e cadeiras, antiga aspiração dos colegas) e o Auditório Des. Francisco José Ferreira Muniz com prestígio merecido. Aproveito



Guilherme Luiz Gomes

Nasceu em Curitiba (PR), no ano de 1950. Bacharel pela Faculdade de Direito de Curitiba, Turma 1978. Ingressou na magistratura em 1982, judicando nas comarcas de Umuarama, Matelândia, São José dos Pinhais, Ponta Grossa e Curitiba. Conselheiro fiscal da Amapar nos biênios 1988/89 e 1990/91, vice-presidente em 1994/95 e presidente na gestão 1996/97. Tornou-se desembargador em 2004.



para dizer que, finalmente, na ocasião, pude apresentar a escritura dos três terrenos adjacentes na divisa dos fundos, que passaram a integrar a Colônia de Férias Des. Antônio Franco Ferreira da Costa. Exitosa foi a Mostra de Talento, exposição artística de peças de autoria de magistrados e de seus familiares.

Com alegria, relembro que, graças ao idealismo e dedicação dos integrantes da diretoria e dos associados, a primeira etapa da Sede de Piraquara foi inaugurada em 30 de janeiro de 1998, com uma partida de futebol, cujo desfecho foi um empate.

Tive grande satisfação em concluir e entregar as obras em Foz do Iguaçu, em concorrida cerimônia. A nova ala recebeu o nome do des. Lauro Lima Lopes e, o Auditório, o do des. Jorge Andrigueto.

Destaco meus colegas e amigos, Jonny de Jesus Campos Marques pelo bom atendimento da Judicemed e, Newton Álvaro da Luz, pela modernização que promoveu na Escola da Magistratura.

Atravessei um período de muito trabalho, percorri o Estado, procurei visitar todas as comarcas, algumas mais de uma vez. Encontrei-me com muitos juízes e, meus amigos, estive vigilante, preocupado com a manutenção das prerrogativas constitucionais, pois havia uma orquestração para enfraquecer a magistratura através da reforma do Poder Judiciário.

A diretoria foi incansável em assuntos que nos são tão caros, a integralidade no pagamento das viúvas com a mesma remuneração do colega falecido e pelo curso para juiz substituto depois de aprovado em concurso.

Cumprimento a Amapar pelos seus 60 anos de luta pela magistratura na pessoa de seu presidente, Frederico Mendes Junior, sempre fiel aos preceitos constitucionais.

Um abraço, Guilherme.

Presidir a Amapar!

**Por Gil Francisco de Paula Xavier
Fernandes Guerra**

O convite de d. Chloris Elaine Justen de Oliveira – madrinha da história da magistratura paranaense – induziu-me a um estado de boa nostalgia, um sentimento de que a par dos percalços naturais daquele palmilhar, tudo aconteceu dentro de um propósito são, confiança em dias melhores, de acordo com a convicção que uma atividade associativa séria, comprometida com o ideário da base, pode desaguar no crescimento institucional e na obtenção de conquistas, ... como de fato aconteceu.

Presidi a Amapar no biênio 2010/2011. Incumbia-me, após acirrada disputa eleitoral, suceder a gestão do colega (e amigo) Miguel Kfoury Neto, de quem fui tesoureiro, função que me permitiu ainda em sua gestão uma visão de nossa entidade “por dentro”, identificando setores que precisavam de uma atenção especial, vetores que naquele passo de nosso momento administrativo e institucional não

podíamos nos descurar.

Ao me transmitir a presidência, com a propriedade de sempre, disse Kfoury entregar a Amapar com o emblema da credibilidade, quem viveu sabe, resgatada após ingentes embates institucionais, dentre os quais relembramos o da desditosa Meta 2, do CNJ.

Certo que não era tarefa fácil. Certo também – e não há aqui nenhum falso arroubo de humildade – que não me preocupava a luz do nosso então ex-presidente, antes exemplo que seguidamente exaltei. Preocupava-me, isto sim, seguir adiante, novas conquistas, sobre o que, mercê do concurso de uma valorosa equipe de colegas e operosos funcionários, tenho a convicção íntima de que alcançamos.

Animávamos nortes distintos. O primeiro, para mim pessoalmente a razão maior da entidade, de ordem institucional, especialmente no resguardo de prerrogativas da magistratura e do Judiciário; outro, de ordem interna – corporativa, se quiserem assim dizer – e jamais escondi ou neguei que uma associação de classe

tem como natural escopo, embora não único nem mais importante, o viés dos accertamentos materiais do exercício profissional, no que se insere estrutura, segurança e questões salariais; por fim, um viés administrativo, tendo em vista os múltiplos interesses de que nossa entidade se ocupa, como nosso plano de saúde e sistema de seguridade (mútua), cujo vulto reclamava a profissionalização cada vez maior das respectivas gestões.

Seria cansativo aqui enfileirar as ações que nossa diretoria desenvolveu e para isso oferecemos à época, em uma publicação da *Novos Rumos*, um minudente relatório de gestão. Contudo, como se pretende nesta publicação anotar a faceta das sucessivas gestões de nossa entidade, como fonte de registro, destacarei apenas os episódios emblemáticos da “nossa gestão”, expressão coletiva que insere cada um de nós, juízes daquele tempo, politicamente afinados ou não, pois passada a eleição – repetíamos amiúde – nossa diretoria representava todos.

No plano institucional, justo destacar, conseguimos estabelecer com segmentos ligados a nossos interesses, como imprensa, outros poderes e instituições paralelas, sem falsa modestia, um nível de diálogo inédito. A expressiva colaboração da nossa assessoria de imprensa, nas pessoas dos jornalistas Rômulo Cardoso e Daniele Dumas, transmutou o significado da participação da *Amapar* – leia-se, magistratura paranaense, na discussão de praticamente todos os temas envolvendo a jurisdição. Afinal, se a entidade dos advogados era merecidamente chamada a participar desse debate, porque não também a da magistratura! Ocupamos nosso lugar e isso foi importante no descortinar de novas pautas.

No que respeita aos interesses corporativos, sobre o que alguns colegas não escondem certa reserva, defendi sempre a legitimidade dessa atuação, afinal, se a Instituição (TJ) precisava manter certo comedimento..., especialmente no trato político, tínhamos a obrigação de apontar nossas carências, defender nossos

direitos, perseguir novas conquistas – permitam-me, como toda e qualquer organização representativa de classe, sem o que desde muito – só pelos belos olhos azuis que nem sei se temos – nada conseguíamos.

Nesse propósito, e como a política salarial era mais da alçada nacional (que apoiávamos incisivamente), centramos esforços na maior “inconsistência” que sofríamos em nível local, a diferença remuneratória entre as entrâncias, na época estabelecida em 10% a cada degrau, mais 5% relativo à substituição.

Esse pleito – muito importante destacar para reconhecermos tratar-se de uma *construção* – vinha de tempos. Nos esforços que fizemos à época para buscar estofo à postulação, constatamos que o primeiro pedido nesse sentido remontava ao final dos anos 1980, subscrito pelo então presidente Francisco de Paula Xavier Neto, permitam-me o registro, meu tio e padrinho de batismo, de saudosa memória, que num movimento histórico na referida década, acompanhado por valorosos colegas deu nova significação ao movimento associativo da magistratura paranaense. Não vou citar nomes, para evitar incorrer em alguma omissão, mas estão representados pela grande maioria dos presidentes da Amapar.

Fato, e voltando à gestão 2010/2011, é que no curso de processo sucessório da cúpula diretiva do TJ, no entremeio de diálogos intensos conforme a “política de resultados” que apre-goávamos, encontramos respaldo, sendo que o presidente então eleito, des. Celso Rotoli de Macedo, que pontificou por seis meses apenas, numa gestão também marcada por destacadas realizações, dignificou o compromisso de atender nossas principais pautas, dentre elas a redução do percentual remuneratório de 10% para 5%, o que puxou o salário dos juízes substitutos à época em 24%. Ao atender

QUEM DEFENDE
A NOSSA DIGNIDADE
MERECE O NOSSO
RESPEITO.



Você pode nunca ter entrado em um tribunal ou assistido a um julgamento. Você pode não conhecer os juízes. Mas a verdade é que, cedo ou tarde, a sua vida, como a de muitas pessoas, pode depender da decisão de um magistrado. Por isso é importante você saber e entender o que um juiz faz e como ele trabalha.

tão elementar pleito, Celso Macedo premiou uma luta de gerações, desenvolvidas desde o tempo de Xavier e Cavuca, enobrecida pelos presidentes que se seguiram, daí a justiça da referência aqui expressa.

No setor administrativo, a par do desenvolvimento dos projetos arquitetônico, estrutural, etc, e construção da viabilidade econômica para as obras da nova sede – tudo aprovado em Assembleia Geral, imperioso ressaltar um aspecto apenas, diante do vulto que tomou no âmbito de nossa gestão e do positivíssimo resultado alcançado. Refiro-me à mútua judiciária.

Como tesoureiro da gestão anterior acompanhei o esvaziamento da “reserva da mútua”, à época integrada pelo desconto de 3% do

ENTENDA MAIS PARA JULGAR MELHOR O TRABALHO DE UM JUIZ.



Eles trabalham muito.

Se no Paraná, há uma ação para cada 12 habitantes. Em 2016, foram 480 mil novos processos. No mesmo ano, os juizes fizeram terminar 927 mil processos.

Eles correm riscos.

Julgam crimes graves e hediondos, analisando casos de família, sucessão, falsidade, infância e juventude, se juizes ficam expostos a riscos.

Eles controlam as leis estaduais e municipais.

Se o legislador edita leis contrárias à Constituição, os Tribunais de Justiça podem impedir a sua aplicação.

Eles cuidam do cumprimento das penas.

Como quase todo sistema prisional é estadual, os juizes cuidam para que 99% das penas sejam cumpridas.

Eles fiscalizam os cartórios e os eleições.

Os juizes regulam os serviços notariais e de registro, apurando se os direitos de cada um são respeitados. E punem os cartórios que praticam qualquer ato ilícito.

Eles fiscalizam empresas.

Se uma empresa desrespeita os direitos do consumidor, são os juizes que decidem, nos processos repetidos, qual punição deve ser aplicada.

Eles julgam muitos administradores.

Imagine um administrador público que não respeita as leis. Para julgá-lo e condená-lo, o juiz é a última instância.

Eles são o último recurso de muita gente.

Quando alguém quer obter a reconhecimento de direitos essenciais, como a saúde, o juiz é a sua última esperança.

Eles merecem respeito.

Muito trabalho, e dedicação, se trata, a responsabilidade. Ao fazer isso, não há vez que os juizes não possam ser reconhecidos pela sociedade da Justiça brasileira.

JUIZ. UMA PROFISSÃO.
UMA VOCAÇÃO. UMA PAIXÃO.



valor do benefício pago à família do associado. Relembrando, desde que constituída a mútua o desconto acontecia apenas nos meses em que se verificava o óbito do colega filiado, reservando-se aquele pequeno percentual ao fundo de reserva.

Fato é que o número de participantes – talvez menos de uma centena ao tempo da instituição do grupo – aumentara consideravelmente; experimentamos naquele tempo (2008/2009) mais óbitos do que o número de meses do ano, o que esvaziou o fundo de reserva como forma de evitar mais de um desconto/mês, pois eram tempos de certo arrocho salarial.

Em fevereiro de 2010, quando assumi a

presidência, diante de tantos óbitos tínhamos uma fila de 11,5 indenizações da mútua. O instituto, pensado como forma de proporcionar tranquilidade à família, quase perdera a finalidade, não fosse um pequeno adiantamento que conseguíamos fazer à época, afinal, esperar 11 meses desatendia o propósito do plano.

Foi nesse contexto que abrimos discussão com toda a magistratura, pois alguma solução precisava ser encontrada para uma das nossas garantias maiores. A par de fomentar o debate, ciente de que o assunto cresceria, nossa diretoria encomendou análises técnicas, pois se antevia que a solução passaria por uma reformulação/profissionalização do sistema.

Assim tivemos que gerir interesses distintos, igualmente defensáveis, de segmentos da magistratura. De um lado colegas que no passado, dentro de um princípio de solidariedade, criaram o sistema, grande parte com mais de vinte anos de contribuição, amigos que acreditaram na gestão da Amapar, inclusive deixando de optar por outros sistemas de seguro. No outro vértice, colegas recém ingressos na carreira, diga-se, por um fenômeno de transformação social e legal, que chegavam muito mais jovens dos que os das gerações passadas, julgando excessiva a cobrança se considerados planos de seguro particulares compatíveis com sua faixa etária.

Nossa responsabilidade era fomentar o debate e buscar soluções. Não há espaço aqui para particularizar todos os fundamentos de um e outro lado, aspectos técnicos, etc.

Frisar apenas que levamos o debate a todos os níveis da carreira, discussões presenciais no interior e na capital, sendo enfim tomadas decisões na mais democrática das sedes – a Assembleia Geral da Amapar – ocasião em que algumas sentidas, mas necessárias medidas saneadoras, foram tomadas (janeiro de 2011), que me permitiram entregar a presidência da Amapar, em

fevereiro de 2012, com aquelas 11,5 pendências em dia (algo em torno de R\$ 5.000.000,00 [cinco milhões de reais – valores da época]), afora os óbitos ocorridos no período, a partir daí sendo construído um efetivo fundo de reserva a ponto de, nos dias atuais, como alvitráramos à época, ser estudada a redução das contribuições, inclusive diante das receitas financeiras geradas pelo significativo fundo constituído pela ação solidária de nossos associados.

As medidas que tomamos, lembra quem vivenciou o período, geraram algumas fissuras. Vi com tristeza alguns colegas deixando nosso quadro associativo, mas era preciso pensar no coletivo e no que constituía o senso da maioria.

Contudo, ao mesmo tempo em que perdemos alguns associados demos início à abertura de possibilidades para retorno dos que, ao tempo da concepção do plano ou que não aderiram no tempo em que era facultativo, pudessem ingressar. Equacionamos também a questão dos colegas ingressos pela via do quinto constitucional, reduzimos o adiantamento no caso de esposas falecidas, enfim, o que nos foi possível fazer, sempre sob a luz da orientação técnica, especialmente do sr. Gustavo de Carvalho Chaves (G9 – Investimentos).

O melhor disso, e por isso o registro, é que apesar de ter constituído a maior quizila daquele tempo, o debate foi profícuo, frutificou, temos hoje um sistema seguro sustentável, que se merecer a necessária atenção dos nossos dirigentes garantirá o bem-estar de gerações e gerações de nossos familiares.

Nesse comenos, como não referir a participação inteligente e intemorata do colega Luciano Albuquerque, que aceitou na época o encargo de dirigir a Mútua Judiciária, que tanto colaborou para o encontro das soluções que garantiram a sobrevivência do sistema; da mesma forma, nosso amigo Rodrigo Bressan,

QUEM GARANTE A NOSSA CIDADANIA MERECE O NOSSO RESPEITO.



JUIZ. UMA PROFISSÃO. UMA VOCAÇÃO. UMA PAIXÃO.



Já viu alguém ser condenado antes de qualquer julgamento? Infelizmente, é o que tem acontecido com os juízes no Brasil.



Para se tornar juiz, uma pessoa passa por um longo período de preparação. São muitos meses e muitos dias de estudo, incluindo concursos entre os melhores. Passado esse estágio e sendo aprovado, passa a viver o dia a dia de um juiz brasileiro, que, ao contrário do que muitos gostam pensar, não tem nada de confortável: são muitas horas de trabalho diárias, à noite, nos fins de semana e feriados, acobertado por responsabilidades de justiça e responsabilidade. Esperar, porém, quem pensa que tem o mundo para dominar e controlar e a dedicação desses profissionais. Para um juiz, ser trabalho é quase uma missão. Porque eles sabem que, em última análise, é dos juizes que depende a defesa da dignidade e dos direitos de mulheres, das crianças, menores e de milhares de outras pessoas que, em a trabalho deles, não seriam com quem contar. Deixar da responsabilidade dos juizes, não seria um trabalho imparcial. Deixar de criminosos, fugitivos, um juiz não tem nada de mau-car e cura. Mas se agem e trabalham para reparar injustiças, os juizes brasileiros também refletem e são vitimas delas. Para não ter como forma de combater uma realidade que, das mais diversas formas, tenta culpar os juizes pelas falhas e pela morosidade dos julgamentos. E sempre tem que a magistratura se lembra. Para sobreviver o juiz e leva-lo ao lugar que sempre foi dele: o de um profissional que luta pela dignidade e pelos direitos de toda a sociedade. E que, pela virtuosidade de seu trabalho e pela dedicação de sua dedicação, merece respeito.

JUIZ. UMA PROFISSÃO. UMA VOCAÇÃO. UMA PAIXÃO.



na época 1º Vice-presidente da Amapar, que auscultou o interior do Estado, Noeli Reback, Monica Fleith, Fabrício Mussi, então vices-presidentes no interior, além de Edson Trevisan, representando nossos colegas jubilados.

Um tempo bom, em que demos atendimento àquilo que propuséramos, uma política associativa preponderantemente institucional, sem constrangimento de exercer o bom corporativismo, sem descurar dos nossos interesses materiais.

Lembrar que as verbas de auxílio alimentação e saúde (esta, para ativos e inativos), como o aumento da gratificação de férias de 1/3 para 1/2, remontam também àquela época, partindo de requerimentos da Amapar que encontraram acolhida na administração sensível do então presidente do TJ, o colega Miguel Kfoury Neto. Os projetos culturais marcados pelos inéditos encontros setorizados (juízes criminais, juízes de família e infância e juízes do cível), dois congressos de Direito Civil, um nacional em concurso com o IBDFAN, outro internacional consistente no I Simpósio do Agronegócio. O enviar quase três dezenas de colegas para um curso inédito no exterior, na cidade de Hamburgo (Alemanha), para estudar Direito Penal e Processo. O seguir da Toga e Literatura, a jóia de nossa história, eventos sociais em cada rincão do Estado.... o que dizer, dois anos apenas!

Mas há ainda um destaque a ser feito, da mais importante significação institucional. A campanha Olhos Abertos, cujo *slogan* dizia: *Juiz, uma profissão, uma vocação, uma paixão*. Num tempo em que sofríamos ataque de hordas de detratores dos mais variados calibres, desenvolvemos e implementamos um antigo projeto até então representado por um conjunto de cartazes, protótipo do que seria a campanha – objeto de criação de uma das mais destacadas agências de publicidade nacionais (Heads), com

sede em Curitiba, sensibilizada pelas relações que com seu presidente, sr. Claudio Loureiro, mantinha nosso colega Luiz Fernando Keppen, então diretor cultural da Amapar, projeto do qual fui sempre entusiasta e que vinha embriônico da gestão Kfoury.

Com o apoio do nosso diretor de Comunicação, Rogério Ribas, por meio de seguidas reuniões das quais participei ativamente, transformamos aquele material inicial numa campanha de porte estadual, depois nacional, que convidava à reflexão sobre o papel do juiz, sua importância como guardião dos direitos da população.

Frases de efeito como: “Quem garante nossos direitos, merece o nosso respeito” ecoaram por meio de milhares de cartazes que espalhamos nos edifícios dos fóruns de nosso Estado, prefeituras, câmaras de vereadores e outros órgãos/espços públicos, como o “mobilário urbano de Curitiba” (painéis localizados nos pontos de ônibus da capital), sites públicos como o do governo do Paraná. “Quem defende nossa cidadania, merece o nosso respeito”, mensagem ecoada por meio de milhares e milhares de *flyers* e *folders* que se espalharam por espaços públicos diversos, como postos de saúde, eventos de visibilidade local como projetos sociais no interior do Estado, tudo dentro de uma política organizada e parcerias das mais variadas; frases estas que estamparam *outdoors* não apenas em Curitiba, como no trajeto que levava grande contingente de paranaenses ao nosso litoral, dentre eles colegas que se dirigiam à nossa colônia. Textos de efeito traduzidos por vinhetas que ecoaram pelas emissoras de rádio de todo o Estado, tudo coroado por dois filmes publicitários que, exibidos em primeira mão em memorável evento de lançamento, com a presença da Cúpula do TJ levou às lágrimas muitos dos presentes, num



Gil Guerra, sua esposa Graciete e as filhas Jade, Victória e Laura.

Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra

Nasceu em Curitiba (PR), no ano de 1963. Bacharel pela Faculdade de Direito de Curitiba, Turma 1986. Ingressou na magistratura em 1990, julgando nas comarcas de Guaíra, Matelândia, Prudentópolis, Guarapuava, Maringá e Curitiba. Promovido a juiz de direito em segundo grau. Na Amapar foi tesoureiro na gestão 2008/09 e integrou o Conselho Fiscal. Participou da Associação dos Juizes e Promotores da Infância e Juventude. Presidente na gestão 2010/11.

sentimento de resgate de nossa dignidade tão atingida, muito amiúde naqueles tempos, e que foram reproduzidos por todas as emissoras de televisão locais.

Foi um movimento de muita significação, que elevou o debate público sobre nossas responsabilidades e importância no contexto institucional. Tamanha significação tomou aquela ação que foi levada a outros estados da Federação, e que contagiou a todos nós num resgate íntimo necessário.

Dois momentos quero, por fim, destacar nessa campanha e que conferem seu vulto e importância: ver o conferencista de nosso Congresso Estadual de Magistrados, realizado na Praia do Forte em Salvador (BA), ministro Marco Aurélio Buzzi, num gesto de grandeza, literalmente “vestir a camisa” com os dizeres e imagem da campanha; ver circulando em redes sociais uma foto particular da minha própria família, que como tantas outras famílias vestiram a camisa da bandeira de seus pais e mães juizes, num decantado exemplo do que conseguimos, pela especial mercê da maciça adesão dos colegas dos mais variados rincões do Estado.

Foram tempos memoráveis, agradeço a todos que direta ou indiretamente estiveram conosco, como os que nos dignificaram com sua objeção. Acontecimentos revestidos de uma especialidade destacada, um tempo de muita união e realizações, que me permitiram no seu ocaso, ao transmitir a presidência da Amapar dizer, com segurança, que se tivera a responsabilidade de receber a entidade com a marca da credibilidade, a entregava soerguida pelo signo da confiança!

Foi assim, um dia... com escusas àqueles que não pudemos atender, afinal, unanimidade não há. No que me respeita, se necessário, faria tudo de novo!

Aproximação e Independência

Por Roberto Portugal Bacellar

Foram muitos os projetos e programas implantados, alguns de organização interna, remodelação administrativa com unidades de trabalho integrada, descentralização de gestão, criação do Departamento de Apoio ao Magistrado, do Conselho de Ex-Presidentes da Amapar, do Departamento Feminino de Esporte, oferta de bolsa de estudos para estudantes carentes junto à Escola da Magistratura, com apoio do TJ, para democratizar o preparo dos melhores e mais vocacionados candidatos à carreira de juiz substituto, além de avançar nos programas de responsabilidade social como o Justiça se Aprende na Escola.

O momento em que assumi a Amapar, em continuidade ao trabalho dos magistrados que me antecederam, era de alguma dificuldade material, falta de juízes e servidores. Não havia cargos de magistrado para os Juizados Especiais e fizemos um trabalho intenso de esclarecimento aos deputados e junto ao governador a fim



Roberto Portugal Bacellar

Nasceu em Curitiba (PR), no ano de 1952, bacharel pela PUCPR, Turma 1987. Mestre, especialista em Direito Civil e Processual Civil, MBA pela UFPR. Ingressou na magistratura em 1989 e julgou nas comarcas de Colombo, Rio Branco do Sul, Catanduvas, Bacaíuva do Sul, Cerro Azul, Imbituva, Umuarama, Londrina e Curitiba, onde coordenou os projetos Sistema de Juizados Especiais e Justiça se Aprende na Escola. Juiz auxiliar da 2ª vice-presidência do TJPR em três gestões consecutivas 2007/09, 2010 e 2011/2013. Nomeado desembargador no ano de 2013. Membro do Conselho de Direitos Humanos no Estado do Paraná. No CNJ é instrutor de técnicas de conciliação.

Na Amapar exerceu os cargos de diretor de Comunicação Social em 1997/98, vice-presidente em 1998/99. Presidiu a Amapar no biênio 2002/03. Diretor da Emap em 2009/10. Na AMB presidiu a Comissão de Mediação e Arbitragem, dirigiu o Departamento de Comunicação Social e de Juizados Especiais e é vice-presidente da área de Cidadania e Direitos Humanos.

Autor de diversas obras jurídicas. O futebol e o violão participam de suas horas de lazer.

de obter apoio político para o novo Código de Organização e Divisão Judiciárias, proposto pelo Tribunal de Justiça. Ao final, conseguimos a criação de centenas de cargos de magistrado e mais algumas centenas de cargos de servidor para atuação nos Juizados Especiais. Após esse trabalho de convencimento tive a honra de assinar como presidente da Amapar um ofício em conjunto com o próprio governador do Estado do Paraná, dirigido à Assembleia Legislativa, para aprovação do projeto. Conseguimos, em trabalho integrado com o TJ, a aprovação de todos os cargos propostos, sem cortes.

Fizemos uma intensa campanha para discutir a corrupção – « mãos limpas » e apresentamos ao governo do Estado propostas de combate a corrupção e diminuição da criminalidade violenta no Estado, com resultados importantes tanto do ponto de vista da legitimação social da magistratura quanto da efetividade das ações implantadas.

Remodelamos a própria sede da Amapar e a Casa do Magistrado com projetos de modernização mobiliária; algumas de nossas outras sub-sedes, como a de Guaratuba, que passou a contar com deque, novo restaurante, cinema e nova portaria mais próxima de uma estrutura hoteleira, tudo para propiciar maior comodidade aos associados. Outras sub-sedes como a de Piraquara, Foz do Iguaçu, Maringá receberam aporte para melhoramentos. Reservamos recursos para compra de imóvel da sub-sede de Ponta Grossa e investimos em acabamento de qualidade em todas as obras iniciadas em gestões anteriores.

Foi uma gestão de integração e valorização do magistrado que alcançou resultados gratificantes e significativos.

Agradecimento antes de qualquer outra coisa

Por Frederico Mendes Junior

Não há outra forma de iniciar este texto senão agradecendo a toda a magistratura do Paraná pela generosidade de permitir, por duas vezes, que eu estivesse à frente da Amapar. Por mais que esteja agradecido fico sempre com a impressão que é pouco pelo presente que a magistratura paranaense me deu. É um desses débitos impagáveis. A vivência associativa é rica e faz com que seja possível viver de um extremo a outro quase que cotidianamente.

No diário exercício da empatia, nesses quase quatro anos, me foi concedida a oportunidade de viver a alegria e o sofrimento, as vitórias e as derrotas, próprios e de outros, fazendo com que os problemas pessoais fossem minimizados. A escritora mineira Maria José de Queiroz, bem descreve que “(...) a vida é feita de algumas pessoas que direcionam todo o seu potencial criativo para melhorar a qualidade de vida de gente que eles nem conhecem. Que é feita de e-mails que chegam

recheados de saudade e de cartas extraviadas solitárias numa gaveta de um correio qualquer. De muros e pontes e cais. De aviões que suprimem distâncias e de barcos que chegam. De bicicletas que atravessam cidades. De redes que balançam gente (...). De mãos que se dão. Que existem pessoas altamente gostáveis, altamente rabugentas, altamente generosas, pessoas distraídas que perdem as coisas, mal-educadas que buzina sem necessidade, pessoas conectadas que se preocupam com o lixo, pessoas sedutoras e seduzíveis, possíveis e impossíveis, pessoas que se entregam, pessoas que se privam, pessoas que machucam, pessoas que chegam pra curar desencadeadores de poemas, de sorrisos, de lições de vida que ficarão guardadas para sempre (...).”

E esse tempo que a magistratura paranaense me deu na Amapar foi extremamente relevante, revelador, construtivo e abençoado. Minha eterna gratidão aos juizes e desembargadores de ontem, de hoje e de sempre, pela amizade, pela compreensão, paciência e confiança.



A Amapar ao longo do tempo

A história se desenvolve em um movimento pendular, é cíclica, daí termos a Amapar com diferentes perfis ao longo de seus 60 anos. Não havia certo ou errado, existiam as necessidades do momento, sentidas pelos dirigentes escolhidos e pela magistratura. Gente que, segundo suas convicções, fez o melhor para a magistratura em determinado contexto histórico.

Nasce como uma entidade política, a partir de uma discussão sobre aumento de vencimentos, que deveria atingir a todos, e não apenas parte da magistratura. Em uma época onde a comunicação era escassa, o transporte difícil, as tradições mandavam que a conduta fosse mais reservada e discreta, juízes se encorajaram e se levantaram contra a injustiça dentro do próprio Judiciário. Passa por períodos com atividade predominante recreativas e retorna, hoje, para uma atividade de natureza política – como esse tempo, de tantas incertezas e ataques à figura do juiz e do Judiciário exige. Isso não retira o mérito ou diminui qualquer dos dirigentes que, a seu modo, contribuíram para que a Amapar fosse essa potência que é hoje – aliás, é sobre seus ombros que nos assentamos.

Construindo pontes e derrubando muros

Mesmo entre os dirigentes associativos há uma certa timidez. Em maior ou menor grau se percebe alguma dificuldade de relacionamento institucional dentro e fora do próprio Judiciário (nesse último caso potencializado). Partimos da premissa de que na democracia a resolução dos problemas e a construção de soluções decorre do consenso. Nesse sentido, internamente, se buscou fortalecer o papel das coordenadorias, diretoria executiva, conselho fiscal e de grupos de magistrados com pontos em comum (juízes substitutos, juízes que estivessem nas comarcas de mesma entrância,



Membros da Amapar e Judicemed com o presidente Federico Mendes Junior.

magistrados das diversas áreas de atuação, etc.), discutindo os problemas e fazendo com que as conclusões, da qual decorriam entendimentos, servissem de impulso para todas as ações da entidade (premissa básica da teoria da ação comunicativa de Habermas). No plano externo, principalmente, o momento exigia investimento no amadurecimento de relações republicanas com membros de outros poderes e setores sensíveis da sociedade civil. Isso porque, com a magistratura sendo nacional, decisões vindas do CNJ, STF e Congresso Nacional passaram a ter efeito imediato na vida dos magistrados dos mais diferentes estados do país. De outra banda, a nível local, a grave crise política e econômica fez com que, repetidas vezes, estivessem ameaçados recursos indispensáveis ao funcionamento do sistema de Justiça no Paraná.

A inclusão

Um dos maiores desafios associativos era fazer com que o magistrado se sentisse incluído e representado. Embora em sentido amplo existisse convergência nas demandas da magistratura, a divergência acabava sendo maximizada, produzindo afastamento e isolamento. Se no passado o ingresso e permanência nos quadros da Amapar era algo natural e automático, nos últimos anos isso passava pelo convencimento sobre a necessidade de participar.

Havia muita gente fora da Amapar, quase 1/3 da magistratura ativa do Paraná. Isso, inevitavelmente, colocava em risco a própria existência da entidade. A solução estava na formatação de um processo político de inclusão de todos aqueles que não se sentiam, por variados motivos, alcançados ou representados pela entidade. A exclusão desse contingente

de magistrados, evidentemente, foi encarada como um processo causal, multidimensional e complexo, mas que poderia ser revertido, fomentando a participação, ouvindo a todos para a construção de um perfil diferente de atuação. Aquele que não se sentia representado, com alguma mudança, poderia se sentir como tal. O resultado prático foi o retorno, aos quadros da Amapar, de quase 70% dos que haviam deixado a associação, que se somaram a adesão maciça entre os novos magistrados.

Toga e Literatura

A magistratura não está distante da Literatura. Em realidade, pode-se dizer que com ela, juntamente com outros instrumentos, ladeia a missão de transformar a realidade a partir da palavra. A sentença (que retrata os fatos, que soluciona tensões, que gera esperança e que, a partir daí, influencia a vida das pessoas) tem no uso da palavra a matéria prima de sua própria existência. Do mesmo modo, a decisão do Juiz faz, pela palavra, o registro de determinada realidade para a posteridade e, fundamentalmente, direciona os destinos de um indivíduo ou de uma comunidade, sendo a missão de decidir, portanto, mais dinâmica e complexa do que o mero julgar por silogismo.

Por essas características, próprias de um gênero que contempla suas variações, arrisco-me a concluir que o magistrado é detentor de todos os predicados que fazem dele, sem dúvidas, uma espécie de literato.

Mas é um literato especial. Com renúncias e com ideais muitos próprios. Que doa parte de si (do próprio tempo, da família, da própria liberdade e da própria tranquilidade) no propósito de pacificar, a partir do significado daquilo que fala e que escreve. Suas palavras, transformadoras como são, não resvalam apenas no âmbito da crítica, já que imergem, de maneira mais profunda, na efetiva transforma-

ção da realidade a partir da solução do conflito, queiram os incontáveis desafios ou não. Mais do que isso, o magistrado não tem a escolha do momento de maior inspiração: ele precisa fazer uso da palavra transformadora sempre que é exigido.

Se por prosa, poesia; se por romance ou ensaio; se por todos os textos ou sentenças; se por gêneros contemporâneos ou antigos, ao final não importa. A Literatura, como arte, reside sempre na capacidade *transformadora* do uso da palavra. E poucas palavras são tão transformadoras quanto aquelas proferidas pelo Juiz quando investido de seu papel jurisdicional.

Se mesmo defronte a todos esses argumentos ainda sustentassem, para mim, que a Literatura tem campo próprio, existindo exclusivamente a partir de cenários inteiramente desconectados da atuação do magistrado, eu lembraria que o Juiz, por formação, se traduz em um agente inserido em um contexto cultural e histórico. Contexto este que é parte importante, senão determinante, de sua formação. Por tal razão, a ideia do magistrado visto como mero aplicador do Direito (um resquício da escola da *Exegese*), recolhido a este campo, é uma figura que não mais encontra espaço na dinâmica sociológica atual, notadamente em tempos marcados por aquilo que Boaventura de Sousa Santos classificou como um momento de “desassossego”, ao falar dos nossos dias (*Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002).

Zygmunt Bauman, igualmente, apontou por diversas vezes para as indefinições dos novos tempos, marcados por um horizonte desafiador que passará a exigir, sobretudo dos agentes públicos, novas posturas e novas reflexões (*O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar).

E é por isso, no âmbito desse tempo que ainda se forma (de reformulação de conceitos e de profunda *liquidez*), que o magistrado, para bem exercer seu mister, não pode jamais se isolar, seja pessoalmente ou intelectualmente.

O diálogo permanente com outros ramos e com as próprias convicções, internamente desafiando as suas mais sólidas posições, encontra campo fértil em produções culturais como a *Toga e Literatura*. O juiz deve ser incentivado a explorar sua criatividade, dentro das balizas do Direito, e deve ser contextualizado, a todo momento, pela reorganização rápida e constante dos novos tempos.

Importante, ainda, congrega-se, para aprimorar o diálogo e refinar ou reformular as próprias verdades, proporcionando, a partir dessa postura, visões coletivas mais nítidas em detrimento da inevitável limitação que é própria das posições isoladas e unilaterais. O Juiz dos novos tempos deve evitar o espelho de narciso que nasce do isolamento, e deve se inserir, como postura oposta, no mundo criativo que somente o associativismo promove (pois congrega múltiplas visões no propósito comum).

Ainda, cada magistrado, em seu tempo, em seu momento histórico – e aqui reside uma das mais belas tarefas da *Toga e Literatura* na preservação dessas memórias, é detentor de uma marca única, ante os referenciais de cada momento. Olhar para o passado com as balizas do presente é o anacronismo que nunca se deve fazer. Em realidade, o olhar para o passado, como aqui se pretende, se dá com o propósito da inserção, do aprendizado e do reconhecimento, fazendo a leitura de cada conduta à luz de seu tempo, inclusive para compreender, com exatidão, o caminho que desencadeou na atualidade.

Essas considerações (incluindo a preservação da memória) indicam que a produção

Frederico Mendes Junior

Nasceu em Paranavaí (PR), em 1973, filho de Akiko e Frederico Mendes. Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidade Estadual de Maringá, Turma 1995. cursou a 6ª Turma da Escola da Magistratura naquela cidade. Na área acadêmica é mestre em Direito Processual Penal. Ingressou na magistratura em 1998 e julgou nas comarcas de Nova Londrina, Umuarama, Foz do Iguaçu, Curitiba e Maringá, titular da 1ª Vara da Fazenda Pública. Juiz auxiliar da presidência do TJPR - gestão Miguel Kfoury Neto, 2011/12. Vice-presidente da Amapar nos períodos 2010/11 e 2012/13.

Professor, lecionou na Emap nos núcleos de Umuarama e Foz do Iguaçu. Artista plástico e escultor de reconhecido mérito.

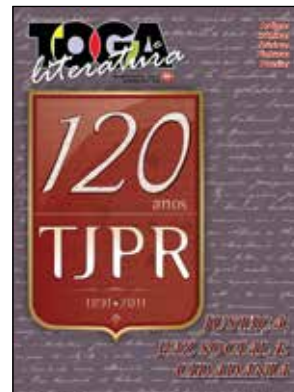
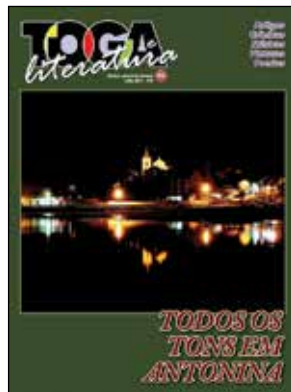
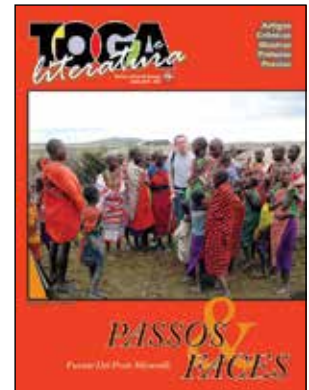
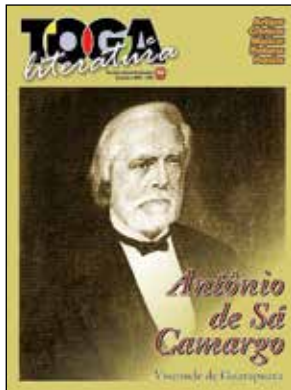
Eleito presidente no ano de 2014/15, promoveu a inauguração da Sede Administrativa Amapar-Judicemed, mobiliando os ambientes, instalando os departamentos e promovendo interação entre os funcionários. Reeleito em 2016/17 criou comissão de prerrogativas da magistratura, assumindo protagonismo em debates legislativos em Brasília. Manteve e ampliou projetos sociais já existentes. Na sua gestão a representatividade dos paranaenses na AMB aumentou de modo expressivo.

cultural, como instrumento de informação, é estímulo necessário e fundamental para que o Juiz possa entender, com vistas à realidade, o contexto político e social em que vive. Trata-se, essencialmente, de atitude determinante para a atividade de decidir; mas decidir com acerto e justiça, tendo por referencial a ideia de que o Julgador é um ser sociável que é conhecedor da realidade cultural que o circunda e que reflete, nesse mesmo contexto de realidade, a vida do jurisdicionado.

Para finalizar, cumpre reconhecer o trabalho do Departamento de Arquivo e Memória da Amapar, na pessoa da professora Chloris Elaine Justen de Oliveira.

TOGA e literatura

Revista cultural da Amapar





PATROCÍNIO

